MIGUEL OZORIO DE ALMEIDA

UM DEPOIMENTO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Antônio de Aguiar Patriota

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Alvaro da Costa Franco

A *Fundação Alexandre de Gusmão* (FUNAG), instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H,
Anexo 2, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034
Fax: (61) 3411 9125
www.funag.gov.br

Miguel Ozorio de Almeida
um depoimento

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Brasília, 2009

Impresso no Brasil 2009

Miguel Ozorio de Almeida : um depoimento. – Rio de Janeiro : Centro de História e Documentação Diplomática ; Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
188 p. ; 15,5 x 22,5 cm.

ISBN 978.85.7631.165-2

1. Almeida, Miguel Álvaro Ozorio de, 1916-1999. 2. Diplomatas – Brasil. I. Centro de História e Documentação Diplomática. II. Fundação Alexandre de Gusmão. III. Ministério das Relações Exteriores.

Direitos de publicação reservados à Fundação Alexandre de Gusmão.

PREFÁCIO

CELSO AMORIM

Ministro das Relações Exteriores

É oportuno o lançamento deste depoimento do Embaixador Miguel Ozorio de Almeida. A publicação traz à superfície longa entrevista, gravada em meados dos anos 80, na qual o saudoso Embaixador discorre sobre sua experiência na diplomacia e reconstroi um vivo painel dos anos em que foi observador privilegiado da política nacional e internacional.

Os testemunhos dos Embaixadores Geraldo Holanda Cavalcanti, Jorio Dauster e Sérgio Paulo Rouanet – seus colaboradores e amigos de longa data – complementam a obra, ao oferecer perspectivas próprias sobre a personalidade, carreira e ideias de Miguel Ozorio. Esses registros, por si só, já possuem valor historiográfico inestimável para os interessados na recuperação da memória diplomática brasileira.

Miguel Ozorio de Almeida foi um dos fundadores da diplomacia econômica brasileira. Tendo sido Chefe do Setor de Política Monetária e Fiscal, prenunciou a criação de um Departamento Econômico no Itamaraty. Foi também o primeiro chefe do Secretariado Técnico de Análise e Planejamento (STAP), unidade que fazia uso de métodos quantitativos na análise e planejamento da política externa brasileira, na qual vim a trabalhar alguns anos depois, já sob a orientação do Embaixador Paulo Nogueira Batista e em companhia do atual Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Especiais da Presidência da República, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Em momento em que a economia brasileira apresenta desempenho sólido, mesmo em contexto internacional de adversidade, é justo relembrar aqueles que deram uma significativa contribuição à profissionalização da gestão econômica brasileira.

Herdeiro da tradição cepalina, postulava a necessidade de desenvolvimento industrial como forma de combater os efeitos da excessiva

especialização em produtos primários e, por consequência, da deterioração dos termos de troca. Antecipou e fez parte da criação da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento – a UNCTAD. Viria depois a envolver-se ativamente nas discussões que conduziram à fundação do órgão do Sistema ONU que se dedica especificamente ao desenvolvimento industrial, a UNIDO. O Embaixador Miguel Ozorio contribuiu para sedimentar o entendimento de que a diplomacia brasileira deveria estar a serviço do desenvolvimento nacional.

Miguel Ozorio foi também um tenaz defensor da reorganização da ordem econômica internacional em bases menos assimétricas, sobretudo no que se refere às regras do comércio internacional. A derrubada do muro Norte-Sul, propósito para o qual o Governo Lula tem movido esforços, foi uma causa pela qual se debateu ao longo de sua carreira.

O Embaixador Miguel Ozorio de Almeida testemunharia, em primeira mão, a aproximação com dois grandes países em desenvolvimento, hoje parceiros importantes do Brasil na redefinição da arquitetura internacional. Acompanhou o reatamento das relações bilaterais com a União Soviética, tendo servido em Moscou como Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios da nossa Embaixada recém-reaberta. Pouco depois, na qualidade de Cônsul-Geral em Hong Kong, assumiu papel de observador da política chinesa no processo que antecedeu o reconhecimento da China Popular.

Expoente de uma geração que ainda hoje é referência para os novos diplomatas, o Embaixador Miguel Ozorio integrou grupo de jovens inquietos, comprometidos com a superação de um modelo de diplomacia protocolar e meramente legalista, conformada com as regras prevalecentes no sistema internacional, sem reflexão crítica. Aquela geração ajudou a renovar a própria cultura do serviço diplomático brasileiro em benefício da formulação de uma política externa mais genuinamente brasileira.

Quando entrei para o Instituto Rio Branco, em 1963, Miguel Ozorio já era uma dessas figuras lendárias pela ousadia intelectual e pela

crítica à sabedoria convencional. Possuidor de viva inteligência, capturava a admiração de seus contemporâneos. A recuperação deste depoimento atende ao duplo propósito de prestar-lhe uma justa homenagem e de brindar o público com um retrato de um País que já ficou no passado, mas que não pode ser negligenciado por aqueles que querem pensar o Brasil do futuro.

APRESENTAÇÃO

ALVARO DA COSTA FRANCO

Miguel Álvaro Ozorio de Almeida é, para os que tiveram a oportunidade de conhecê-lo, uma figura inesquecível. Inesquecível pela inteligência, pela cultura, pela curiosidade universal, pela rapidez de raciocínio, pela facilidade na formulação de ideias e conceitos, mas também pela pertinácia com que os defendia e pela sua extraordinária capacidade de trabalho. Aliava, a estas qualidades, grande simplicidade e cordialidade.

Nascido no Rio de Janeiro, em 1916, filho de um ilustre cientista, que o teria desaconselhado a seguir seus passos, graduou-se em direito e foi, em 1942, admitido, por concurso, na carreira diplomática. O estudo de economia mostrou ser sua verdadeira vocação, completando sua formação acadêmica nos Estados Unidos. Foi na diplomacia econômica que revelou sua capacidade técnica e negociadora, exercendo notável influência sobre toda uma geração de diplomatas, que orientou e inspirou, e sobre a formulação, na área econômica, de nossa política externa.

Ao ver passar as gerações, dei-me conta de que era chegado o momento de reavivar a memória da atuação de Miguel Ozorio e mostrar, aos novos pesquisadores de nossa política externa, o papel que desempenhou em seu tempo e os traços de seu pensamento que, ainda hoje, afloram em nosso comportamento internacional. Será útil editar os documentos de sua lavra, que se encontram nos arquivos do Itamaraty, não somente por seu valor intrínseco, mas porque são reveladores do processo de formulação da política externa e do papel dos diplomatas no desenho de nosso comportamento internacional, muitas vezes atribuído à exclusiva concepção dos titulares da pasta. Com este intuito, incluí no volume II do livro *Documentos da Política Externa Independente* (Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão/CHDD, 2008. p. 89-91) trechos de um rela-

tório de Miguel Ozorio, esperando que outras oportunidades surjam de dar à luz uma parcela que seja de sua vasta produção funcional.

Foi nesse momento que, por um feliz acaso, chegaram-me às mãos, por intermédio do embaixador Gelson Fonseca, dois volumosos maços contendo a "degravação" de uma série de depoimentos prestados por Miguel Ozorio, entre setembro de 1986 e junho de 1987, às professoras Maria Helena Cabral de Almeida Cardoso e Sônia Regina de Mendonça, no quadro do Programa de Memória Nacional da FEA/UFRJ. Infelizmente, por motivos vários, estes depoimentos não chegaram a ser editados. Miguel Ozorio já estava enfermo quando os prestou e não teve tempo de revê-los e acompanhar sua edição.

Apercebendo-me do extraordinário interesse do documento para a história das relações internacionais do Brasil, me propus editar alguns trechos do depoimento, que me pareciam, nesta perspectiva, mais relevantes. Foi respeitado, entretanto, o texto original, que reflete a espontaneidade do depoimento e seu estilo coloquial.

Feita a seleção, submeti o projeto à família de Miguel e pude, com grande satisfação, contar com a anuência da embaixatriz Margaret Ozorio de Almeida e do professor doutor Alfredo Ozorio de Almeida, que gentilmente aprovaram a seleção feita e cederam os direitos autorais relativos a esta coletânea à Fundação Alexandre de Gusmão. Sou igualmente grato à compreensão demonstrada pelas professoras Maria Helena Cabral de Almeida Cardoso e Sonia Regina Mendonça, que durante quase um ano conduziram com habilidade e profissionalismo as entrevistas com Miguel Ozorio e recolheram o longo depoimento, cujo particular interesse e notável valor se deixa perceber pelo texto ora oferecido ao público.

Agradeço, de forma especial, aos embaixadores Geraldo Holanda Cavalcanti, Jorio Dauster e Sérgio Paulo Rouanet sua participação nesta homenagem à memória de Miguel Ozorio. Seus colaboradores diretos, em fases diversas da carreira de Miguel, ilustram não somente a importância da sua contribuição à política exterior do Brasil, como traços reveladores de suas qualidades profissionais e de sua personalidade.

As matérias objeto dos depoimentos foram organizadas por temas, respeitando no possível a cronologia dos acontecimentos. As mínimas intervenções, indispensáveis à edição do texto, aparecem entre colchetes.

INTRODUÇÃO

GERALDO HOLANDA CAVALCANTI*

Fazer uma introdução ao depoimento prestado, entre 1986 e 1987, pelo embaixador Miguel Ozorio de Almeida ao Programa de Memória Nacional da FEA/UFRJ, é o que me pede o embaixador Alvaro da Costa Franco, diretor do Centro de História e Documentação Diplomática da Fundação Alexandre de Gusmão que, em boa hora, leva à publicação esse importante testemunho para a história diplomática do Brasil no século XX. Outro título não tenho para isso, senão o de ser hoje, provavelmente, de entre os que com ele conviveram profissionalmente, o que mais de perto esteve associado a muitos dos principais eventos de sua carreira.

Conheci Miguel em 1957, num encontro social, no dia em que ele chegava a Washington, desligado da missão junto à ONU, nas circunstâncias que descreve em seu depoimento, para assumir a chefia do setor econômico, no qual eu, ainda terceiro secretário, me ocupava do setor de produtos de base. Miguel vinha precedido de fama atemorizadora. Ninguém lhe recusava as qualidades de excepcionais conhecimentos de economia e corajosa defesa de seus pontos de vista, dos quais tinha absoluta convicção, nas tarefas diplomáticas que lhe eram atribuídas. Tinha, porém, a reputação de ser polêmico, rigoroso, exigente, e pouco suave nas relações pessoais. Ao ser-lhe apresentado, como que procurou confirmar tudo o que eu antecipava ou temia encontrar nele. Sua voz era metálica, suas palavras incisivas, seu porte distante. Foi logo dizendo que tínhamos muito trabalho pela frente, a partir da manhã seguinte. O longo convívio que assim se iniciava confirmou tudo o que dele me haviam dito, com uma notável exceção: Miguel, sob a secura aparente, era um homem com imensas qualidades humanas, generoso, compreensivo com as dificuldades e

* N.E. – As opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade exclusiva do autor.

fraquezas de seus colaboradores, dos quais – se os encontrava capazes e dedicados – se tornava amigo incondicional. Dessa incondicionalidade, fui testemunha nas relações dele com terceiros e fui beneficiário até o fim de sua vida. O mesmo se aplicava às relações com seus companheiros de geração e de protagonismo na vida econômica e política do país. Ideologicamente, por exemplo, nem sempre se afinavam seu pensamento e o de Roberto Campos no diagnóstico ou nas soluções propostas para os problemas que um e outro, em suas respectivas esferas de atuação ou conjuntamente, tiveram que enfrentar em circunstâncias concretas. Tais diferenças nunca abalaram, no entanto, no mínimo que fosse, a inteira amizade e a cooperação eficaz entre os dois, como é demonstrado no depoimento.

São abundantes os episódios de incômodo que a defesa intransigente e beligerante que Miguel exercia em suas atividades diplomáticas podia causar e muitos estão por ele mesmo relatados. Guardo a lembrança de um que ele não menciona, mas que considero representativo. Miguel, então primeiro secretário, defendia na ONU a criação de um organismo internacional que tivesse como finalidade específica o atendimento das exigências de crescimento econômico dos países subdesenvolvidos – ainda não se usava, por então, o artificioso eufemismo de "países em desenvolvimento". Suas palavras eram contundentes e suas imagens com frequência estridentes. Num discurso memorável afirmou que, a continuar a evolução do crescimento econômico díspar entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos nos ritmos observados, em não muitos anos as crianças americanas iriam ao jardim zoológico para ver um homem "subdesenvolvido" entre as espécies de animais ali expostas. Essa imagem, insólita como possa parecer, não era tão exagerada, pois, à época, era possível ver no Museu de História Natural de Nova York, na mesma sala em que estavam expostos os animais selvagens em vitrines realistas dos seus habitats naturais, uma delas dedicada a uma família de pigmeus africanos. Quando revisitei o museu, alguns anos mais tarde, a vitrine havia sido suprimida.

A articulação realizada por Miguel na ONU preocupava e incomodava a delegação americana. Era 1962 e estávamos, se não me falha

a memória, no fatídico dia 28 de outubro, quando recebi, cedo pela manhã, um chamado telefônico do embaixador Roberto Campos, para comparecer imediatamente à chancelaria a fim de acompanhá-lo ao Departamento de Estado, convocado que havia sido para um encontro urgente com o subsecretário para Assuntos da América Latina. Não sabia Campos a razão da convocação. Como naquele dia se esperava o desenlace dos ultimatos recíprocos trocados entre Kennedy e Kruschev, relativos à retirada dos mísseis que a URSS intentava implantar em Cuba, cuja não-solução ameaçava desencadear imediato conflito nuclear, presumíamos, ele e eu, que a reunião tivesse algo a ver com essa suprema questão. É necessário dizer que a tensão na cidade era extrema, muitas famílias já com os carros abarrotados de víveres para escapar, ao primeiro aviso, da bomba nuclear retaliatória soviética. Ao chegarmos ao gabinete do subsecretário, ali encontramos, além do funcionário encarregado especificamente das relações com o Brasil, mais três diplomatas desconhecidos, dois dos quais nos foram apresentados como membros da delegação americana na ONU. Suas presenças ficaram logo esclarecidas: o objetivo do encontro era solicitar ao embaixador do Brasil que obtivesse do Itamaraty instruções que fizessem calar um delegado seu na ONU, Miguel Ozorio de Almeida, no empenho com que articulava uma frente comum contrária aos interesses americanos, ao defender a criação do órgão que depois veio a ser a UNCTAD.

Narro esse ato por ser representativo, de um lado, da capacidade de atuação de Miguel Ozorio e, de outro, de até que ponto a diplomacia americana podia recorrer a medidas tão extremas na defesa dos seus interesses.

Acompanhei Miguel em muitas das atribuições que lhe foram conferidas, nem todas narradas em seu depoimento. Não tendo a formação acadêmica em economia de alguns de seus outros colaboradores, como Marcílio Marques Moreira, Otávio Rainho da Silva Neves, Luiz Paulo Lindenberg Sette, Ronaldo Costa, Oswaldo Lobo, Álvaro Alencar, talvez outros mais, minha colaboração se exercia mais habitualmente na assessoria que lhe pudesse prestar analisando, do

ponto de vista político, os resultados a que chegava nos seus trabalhos de econometria, relacionados a previsões que pudessem suportar orientações de cunho estratégico, no plano da diplomacia bilateral como no da multilateral. Um exemplo dessa cumplicidade simbiótica é o que ocorreu em 1958, por ocasião do lançamento da Operação Pan-Americana.

Era, ainda, Amaral Peixoto embaixador em Washington e Henrique Vale seu ministro conselheiro. Vale não era um pensador político, nem econômico – como despontavam ser Araújo Castro, entre os primeiros, e Campos, Dias Carneiro e Miguel, entre os segundos – mas um homem de grande bom senso e incentivador do debate intelectual sobre os rumos da política externa do Brasil. Iniciou na embaixada, com pleno apoio de Amaral Peixoto, um ciclo de debates sobre o tema, do qual participavam todos os funcionários diplomáticos, o ministro para assuntos econômicos Egídio Câmara e os adidos militares das três forças. Reuníamo-nos com regularidade e apresentávamos papéis de substância, escritos com independência e debatidos com total liberdade. Era nítida a diferença de opiniões entre os das gerações mais antigas, Ramiro Saraiva Guerreiro, Maury Gurgel Valente, Francisco de Assis Grieco, e os jovens terceiros secretários Ronaldo Costa, Luiz Paulo Lindenberg Sette, Marcílio Marques Moreira, Otávio Rainho Neves, Oswaldo Lobo. Eu estava entre estes. Para aqueles, os princípios que deviam reger a política externa brasileira eram o da manutenção da paz (obrigatoriedade de recurso às soluções pacíficas das controvérsias internacionais) e o do respeito aos compromissos assumidos (*pacta sunt servanda*). Para nós, tais princípios históricos provinham de uma época em que as regras do direito internacional haviam sido elaboradas nos países hegemônicos política e economicamente. Nosso papel era agora examinar a validade de tais princípios gestores à luz da evolução histórica, que havia reduzido boa parte do mundo que se desvencilhara do colonialismo europeu à condição de nações subdesenvolvidas, para cuja liberação continuavam sujeitos a fórmulas e teorias apresentadas pelos mesmos países desenvolvidos, responsáveis por seu retardamento econômico.

Quando recebemos pelo telex a notícia do discurso do presidente Kubitschek com o lançamento da Operação Pan-Americana, nele vimos a grande oportunidade de fazer vingar, no nosso cenáculo, as ideias que vínhamos defendendo. Miguel narra que, para dar suporte ao programa lançado pelo presidente, inspirado por Augusto Frederico Schmidt, preparou um trabalho de natureza teórica que trouxesse embasamento ao que não era, na origem, mais do que um impulso intuitivo do Schmidt arrepanhado por nosso presidente sonhador. Não teve a embaixada conhecimento desse trabalho, mas, uma frase aqui, outra acolá, do discurso do presidente, nos dava suficiente apoio para reivindicar a validade de nossos pontos de vista. Decidimos, então, Otávio Rainho e eu, preparar um documento que pudesse fundamentar, teoricamente, o que nos parecia ser a grande guinada da diplomacia brasileira que estava surgindo – ou pudesse surgir da iniciativa da OPA – e nos reunimos na casa dele, dia e noite, ininterruptamente, para produzir esse documento, entre os dias 19 e 21 de julho, de modo a estar pronto quando chegasse a missão chefiada por Schmidt para apresentar ao governo norte-americano a proposta brasileira. Foram 136 páginas manuscritas que não tiveram tempo de ser datilografadas, nem de ser submetidas ao nosso plenário da embaixada para aprovação oficial. Nele estabelecíamos, à luz das diretrizes gerais da OPA, os novos princípios da política externa brasileira, que definíamos como sendo o princípio da autenticidade (correspondência aos interesses nacionais), da identidade com a solução dos problemas reais da nacionalidade – definidos, na ocasião, como os de desenvolvimento econômico – e o da continentalidade, em razão da exigência da sustentabilidade a longo prazo, que só poderia ser adquirida num quadro de progresso compartilhado. Esclarecíamos, na introdução, que nossa contribuição resultava de um esforço de deduzir as consequências políticas dos documentos oficiais "Projeções de Desenvolvimento da Economia Internacional" e "Projeto de Instruções para a XXII Sessão do ECOSOC". Não é necessário dizer que ambos os documentos haviam sido redigidos por Miguel Ozorio de Almeida.

Como não tínhamos cobertura formal para apresentação de nosso papel à missão que chegava no dia seguinte, tomei a liberdade de entregar o manuscrito a Schmidt, como uma colaboração particular de Rainho e minha para futuros desdobramentos da OPA. Schmidt recebeu o original, olhou superficialmente para o índice, e com o texto nas mãos, enquanto o folheava, encaminhou-se – com seu séquito de alto nível e nós dois, Rainho e eu, no fim da fila – para a sala do mimeógrafo, onde aguardava a impressão de um papel que iria levar consigo à primeira reunião oficial. Ali, depois de anunciar com voz solene: "Mas isto é um documento de fundamental importância! Nada se fez de semelhante desde o tempo de Ricardo!", depositou o documento fundamental sobre a mesa do mimeógrafo, onde ficou esquecido para toda a posteridade. O que Ricardo tinha a ver com o nosso papel, até hoje, nem Rainho, nem eu pudemos descobrir.

Quando, em 1959, Miguel, ainda primeiro secretário, chefiando o setor econômico da embaixada em Washington, foi convidado por Roberto Campos, nomeado presidente do então BNDE, para criar seu primeiro órgão dedicado às relações externas, o Departamento de Operações Internacionais, fui por ele convidado para instalar e assumir a Direção de Contratos e Convênios. Eu era terceiro secretário no quadro funcional do Itamaraty, o que criava problemas delicados de susceptibilidades hierárquicas para a constituição das contrapartes brasileiras nas negociações com as missões que vinham dos países do Leste Europeu, que me cabia chefiar (como ocorreu com as da República Democrática Alemã e da Tchecoslováquia). Ao afastar-se Campos do BNDE, seus assessores imediatos o seguimos. Miguel regressou à Secretaria de Estado e deve ter convencido o ministro Horácio Lafer da necessidade de instituir na Secretaria de Estado um núcleo de planejamento com base em métodos de análise científicos. Não me recordo com exatidão se foi nesse momento que Miguel organizou uma série de palestras para os chefes da casa, durante a qual expôs suas ideias sobre a necessidade de utilização de computadores para a modernização do ministério. O fato foi que logo se instalou o Secretariado Técnico de Análise e Planejamento (STAP), do qual Miguel foi o chefe e eu o vice-chefe, o primeiro órgão desti-

nado especificamente ao planejamento de política externa brasileira com o auxílio de técnicas de análise econométrica. A Miguel foi dada autorização para comprar um computador, o primeiro a entrar na Casa de Rio Branco, que custou a assombrosa quantia de 25 mil dólares. O STAP foi para ele a sementeira das análises matemáticas com modelos de desenvolvimento, que, depois, viria aplicar ao crescimento soviético, quando ministro conselheiro em Moscou, e ao da China comunista, quando cônsul-geral em Hong Kong. Em ambas as missões vim a substituí-lo e tentar dar continuidade aos seus trabalhos.

Para Moscou fui removido a pedido, em 1964, finda a I UNCTAD, de cuja preparação da delegação brasileira eu havia sido coordenador-geral por mais de um ano. Ali convivi com Miguel, então ministro conselheiro, por alguns meses, até sua partida para Montreal, herdando, além de suas funções, o apartamento que ocupava no gueto anexo à chancelaria na rua Herzen, e boa parte das provisões de inverno que éramos obrigados a acumular em depósitos que chamávamos pela palavra russa *gastronom*. Miguel continuava a acreditar firmemente nas suas previsões comparativas do crescimento econômico da URSS e dos Estados Unidos da América, cuja verossimilhança, que podia parecer aceitável à época em que foram formuladas, ele não viveu para ver desacreditada com o desmoronamento do comunismo real vinte anos depois. Para melhor conhecer a engrenagem interna de funcionamento do poder na URSS, havia Miguel estabelecido uma rede de contactos que incluía a alta hierarquia soviética. Mais uma vez, seu exemplo e sua obra me foram preciosos para o trabalho que me coube, de seguir a evolução política da URSS, a qual, como veremos adiante, estava às vésperas de grandes transformações.

Tinha Miguel a reputação de inventivo e exagerado em muito do que contava de suas façanhas. Não posso assegurar o que pode ter havido de verdade naqueles casos nos quais não tive participação. De outros, porém, tive a oportunidade de conhecer serem exatos. Que era boxeador, sei ser verdade. Corre no Itamaraty que, enquanto cônsul em Miami, entre 1945 e 1947, chegou a participar de campeonatos de peso leve. Não sei. Sei, porém, que sempre deu grande importân-

cia à manutenção da boa forma física e que, para isso, praticava exercícios, estes, sim, com regular exagero. Foi, aliás, preparando-se para participar de uma maratona em Nova York que, tendo começado a sentir-se mal enquanto corria e não querendo interromper o exercício, foi vitimado por uma isquemia cerebral que o inutilizou pelo restante de seus anos de vida. Seu empenho em convencer os amigos a práticas de semelhante rigor físico e sua capacidade de convencimento eram tais, que conseguiu levar o casmurro Roberto Campos e o franzino Lindenberg Sette a, pelo menos, uma ou duas sessões de treinamento de boxe no YMCA do Rio de Janeiro. A mim, fez-me levantar pesos na varanda de sua casa em Washington. Uma vez só, é verdade. A varanda era aberta e estávamos no inverno. Eu não sobreviveria ao frio, nem ao esforço de afastar de meu peito a barra com os pesos, em posição supina. O mesmo pode ser verdade das histórias um tanto mirabolantes que ele narra, de episódios profissionais, relativas ao acesso que tinha a fontes privilegiadas. E cito um deles.

Uma semana após minha chegada a Moscou, em outubro de 1964, chamou-me Miguel a seu apartamento, no andar de cima do que eu habitava provisoriamente, para dizer-me que naquele exato momento estava havendo a reunião do *Presidium* do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética que iria destituir Nikita Kruschev das funções de presidente do Presídio e de secretário-geral do partido. Pediu-me sigilo e disse que não havia passado a informação ao embaixador porque a tentação que ele teria de realizar um "furo" espetacular junto à Secretaria de Estado seria irreprimível e a divulgação da notícia, sem ter qualquer utilidade prática para a nossa política externa, poderia "queimar" a fonte que tinha no Comitê Central, e até mesmo pôr em risco a própria integridade física do personagem. A informação era correta e, de fato, no dia seguinte a notícia estava em todos os jornais do mundo. Poucos dias depois conheci a "fonte": um membro do Comitê Central que, acompanhado da namorada, uma fogosa ucraniana, foi comemorar o evento no apartamento de Miguel, tomando-se, entre nós quatro, a maior quantidade de conhaque que jamais vi consumida.

Em Hong Kong, a tomada de bastão do Miguel ocorreu em 1970. Pretendia eu regressar ao Itamaraty, depois de uma ausência de três anos à frente do escritório do Instituto Brasileiro do Café, em Nova York, para onde havia sido designado em 1967 por Horácio Coimbra, presidente do instituto, por indicação do ministro da Fazenda, Delfim Neto, que queria junto ao *trade* americano um diplomata para enfrentar a oposição americana às exportações de café solúvel do Brasil. Ao saber que eu estava de volta, chamou-me o ministro Mário Gibson Barbosa, recém-empossado chanceler, para dizer que havia encontrado em sua gaveta, assinado por seu predecessor, o ministro Magalhães Pinto, e aguardando a assinatura do presidente, um decreto que me removia para a embaixada em Paris. Estava disposto a manter a indicação, mas queria que eu soubesse que seria do maior interesse para o Itamaraty que eu fosse removido para Hong Kong, a fim de dar sequência ao trabalho de *China watcher* que vinha sendo realizado por Miguel. Imediatamente aceitei a missão. Mais uma vez, estava eu no rastro de Miguel e pude constatar os efeitos de sua passagem, pelas atenções que me dispensaram os altos funcionários da *Hinshua*, a agência de notícias da RPC que, na verdade, atuava como uma espécie de representação não oficial da China na colônia. Mais uma vez havia Miguel lavrado o campo para o meu trabalho.

Era evidente que, sobre o espólio da Revolução Cultural, tentava a China restabelecer a confiança universal para o objetivo político de conquistar o reconhecimento nas Nações Unidas, dela afastando Taiwan como representante legal da nação chinesa. O persistente esforço de erosão das relações diplomáticas de Taiwan com o resto do mundo produzia resultados a olhos vistos. Pude alertar a chancelaria brasileira para o retardamento em que estávamos, reduzidos à companhia de uma vintena de países sem expressão e de governos de extrema direita. Os relatórios que periodicamente enviava, dando continuidade ao que fizera Miguel, creio haverem contribuído para o amadurecimento da reflexão sobre a inexorabilidade do reconhecimento da RPC pelo Brasil. No dia, aliás, em que a China foi admitida nas Nações Unidas, eu me encontrava em Pequim, devidamente au-

torizado pelo ministro Mário Gibson Barbosa, ostensivamente como membro de uma missão comercial brasileira à Feira de Cantão, iniciativa de Horácio Coimbra, meu ex-chefe no IBC, agora viajando como presidente da Companhia Cacique de Café Solúvel, que a Gibson solicitara meu acompanhamento. O propósito formal da missão era explorar a possibilidade de exportar café solúvel para a RPC. Minha inclusão cercou-se de cuidados especiais e viajei, inclusive, com passaporte comum, como os dos demais membros da missão. Os chineses não podiam deixar de conhecer, porém, minha qualidade de cônsul-geral do Brasil em Hong Kong e o passaporte comum não servia de disfarce suficiente para retirar-me aquela condição. Tanto quanto pude perceber pelas atenções que me foram pessoalmente estendidas, acredito que me tenham tomado como presumido e inominado representante do governo, possivelmente numa missão de sondagem para eventual aproximação política, o que, na realidade, não era o caso. Assim entendi a vinda a Cantão de um alto funcionário governamental de Pequim, o sr. Wong-Yun Sang, para oferecer um almoço à missão. Sabíamos ser personagem importante, por estar vestido num impecável uniforme de boa casimira, enquanto era de algodão grosseiro o de todos os demais chineses com quem lidávamos, e por levar no bolso da túnica uma caneta esferográfica, o que parecia ser uma espécie de distintivo dos graduados do poder. Via-se, ademais, que a ele prestavam reverência os demais chineses presentes. Enquanto aguardávamos ser convidados à mesa, o sr. Sang abordou assuntos de natureza política, que nada tinham a ver com a natureza da missão, expressando o apoio que a RPC dava a posições do governo brasileiro, como a defesa das 200 milhas marítimas de águas territoriais, assunto vivo no momento em virtude das recentes violações francesas desse limite. No brinde, durante o almoço, manifestou o desejo de que outras missões visitassem a China no futuro próximo. Soube depois, pelo intérprete, que nosso anfitrião havia sido um dos membros da missão chinesa ao Brasil que, em 1964, havia tido a infelicidade de desembarcar logo após a instalação do governo militar e tivera todos os seus membros aprisionados, bem como seus recursos financeiros confiscados, informação que só fez aumentar a

admiração que nos marcara a cortesia e mesmo cordialidade com que nos havia recebido. Quando, após breve passagem como ministro conselheiro em Bonn, fui convidado pelo embaixador Francisco Antônio Azeredo da Silveira para assessorá-lo na preparação do programa de política externa do presidente Ernesto Geisel, o reconhecimento da China Popular foi um dos oito pontos aprovados pelo presidente eleito e, uma vez empossado o novo governo, fui encarregado dos contatos preliminares para o reconhecimento. Completava-se, assim, mais um dos grandes trabalhos iniciados por Miguel para a nossa política externa.

No gabinete do ministro Silveira, retomei alguns dos trabalhos que haviam sido iniciados por Miguel ao tempo do STAP e, indiretamente, participei, mais uma vez, de uma tarefa por ele iniciada. Como narra no seu depoimento, coube-lhe preparar as instruções para a Conferência das Nações Unidas sobre População, que iria se realizar em Bucareste, em 1974. Silveira, que respeitava a capacidade intelectual de Miguel e admirava sua dedicação às tarefas que lhe eram conferidas, era dele o oposto como personalidade e nos métodos de reflexão e trabalho. Não desprezava a análise racional, mas confiava predominantemente na sua própria intuição política, que era, aliás, notoriamente reconhecida. Pediu-me para "traduzir" as instruções redigidas por Miguel (para ele próprio, pois seria o chefe da delegação do Brasil), em linguagem inteligível e, aqui e ali, atenuar críticas, moderar exigências, tornar mais realistas alguns objetivos. Curiosamente, a mim coube, vinte anos depois, já aposentado, a pedido do ministro Celso Amorim, chefiar a delegação do Brasil à II Conferência sobre População, realizada no Cairo em 1994, obedecendo a instruções que, em muitos pontos capitais – particularmente caros a Miguel e que correspondiam a uma visão do mundo e do Brasil bastante diferente da que se podia ter tido no tempo do governo militar – haviam sido alteradas.

Minha última oportunidade de seguir os passos de Miguel foi em 1979. Sendo eu, à época, embaixador junto à UNESCO, fui designado para chefiar a delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas

sobre Ciência e Tecnologia a serviço do Desenvolvimento (CNUCTD), que se realizou em Viena, em 1979. Como narra Miguel, as instruções para a delegação foram por ele preparadas e a mim coube pô-las em execução. Essa constante associação levou-o a pensar, e desejar, que eu viesse a sucedê-lo também como embaixador na Austrália, ao término de sua missão, em 1978, o que não ocorreu porque já me tinha sido dada outra destinação.

O exemplo de Miguel me ofereceu, em muitas ocasiões, a resposta à pergunta que, às vezes, me ocorria fazer a mim mesmo – e, outras tantas, me era dirigida – sobre o que faz um diplomata e para que serve a diplomacia no mundo de hoje, onde a rapidez e facilidade das comunicações tornou irrelevante a função de informante, que tanto significou para o diplomata no passado, e a de negociação vê-se distribuída por vários setores governamentais e mesmo estendida ao setor privado. A leitura do depoimento que se segue demonstra que, ao contrário do que se pensa, o diplomata continua a ser indispensável para a consecução de objetivos maiores do país, pois é sua ação oportuna e eficaz que, em muitos casos, permite alcançar a solução de conflitos ou obter os resultados que, de outra maneira, seriam praticamente inatingíveis. Para isso, no entanto, é preciso que o diplomata, como pessoa, e a diplomacia, como instituição, se rejam por uma confiança absoluta na validade dos seus objetivos e na sua consonância com os interesses maiores do país. Essa é a lição que a leitura do depoimento a seguir deve propiciar.

Rio de Janeiro, maio de 2009.

CONTRIBUIÇÃO DE JORIO DAUSTER*

Pede-me o embaixador Alvaro da Costa Franco que contribua com algumas palavras para introduzir o depoimento de Miguel Ozorio de Almeida a ser publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão. Desafio irrecusável, porque Miguel foi minha maior influência no início da carreira e amigo fraterno até que a isquemia cerebral o afastou cruel e prematuramente da linha de frente, enquanto os ventos profissionais me sopravam para outras paragens.

Descubro, porém, que meu agridoce exercício de rememoração foi facilitado pela brilhante exposição de Geraldo Holanda Cavalcanti, num retrato de corpo inteiro daquele homem que, pela dificuldade em lidar com tons intermediários entre o preto e o branco, era também objeto de fortes afinidades e grandes rejeições. E ninguém melhor do que o poeta Geraldo Holanda apreendeu um dos traços mais marcantes da personalidade de Miguel nos belos versos em que mostra como ele e Clarice Lispector (também pertencente ao círculo diplomático de Washington no final da década de 50) faziam uso da palavra de formas tão distintas.

E foi lá que o conheci, ao passar um ano como estudante na casa de meu então cunhado Luiz Paulo Lindenberg Sette. Mais tarde, quando já ia iniciar o curso Rio Branco, ele me convidou para auxiliá-lo numa pesquisa sobre a frigorificação no Brasil, ocasião em que me coube pilotar uma máquina de calcular Friden para processar as montanhas de dados estatísticos que faziam a alegria de Miguel.

Passados mais alguns anos, ele e Sérgio Paulo Rouanet lutavam na ONU pela celebração de uma grande conferência que marcaria a divisão entre países ricos e pobres, pondo a nu o conflito Norte-Sul até então ofuscado pela clivagem Leste-Oeste da Guerra Fria. Ao mesmo tempo, num Itamaraty dividido pelas tensões políticas que

---

* N.E. – As opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade exclusiva do autor.

arrastavam o Brasil para o abismo da ditadura militar, três jovens diplomatas – eu, Álvaro Alencar e Carlos Átila Álvares da Silva – assessoravam o embaixador Jayme de Azevedo Rodrigues no esforço de tornar realidade aquele importante evento internacional que deu origem à UNCTAD.

Marginalizados pela revolução de 1964, Miguel e eu terminamos por nos reunir no consulado-geral de Montreal (não sem antes ter de superar as resistências de certos colegas, desejosos de evitar a criação de um "ninho de subversivos" em terras canadenses). Preparando-me para estudar economia na Universidade McGill, Miguel, em poucas semanas, me levou das quatro operações ao cálculo integral e às matrizes – fazendo aquilo de que mais gostava, que era ensinar a alguém matemática, economia e boxe. Morando em casas contíguas, fui seu pupilo ideal: além dos estudos conjuntos de probabilidade e dos levantamentos de elasticidade cruzada que fizemos para os produtos de exportação brasileira (e que certamente ninguém jamais leu na Secretaria de Estado), avancei o bastante nas artes pugilísticas para justificar a encomenda de um protetor de dentes, por sorte tornado desnecessário quando Miguel foi transferido para Hong Kong.

Desse rico convívio em Montreal, entre muitas recordações que vão do pungente ao hilariante, destaco uma que simboliza a paixão de Miguel pelas ciências e sua capacidade excepcional de raciocínio – ele que, segundo dizia, foi ser diplomata porque o pai, o grande fisiologista Álvaro Ozorio de Almeida, interlocutor de Marie Curie e outros luminares internacionais, o impediu de seguir suas pegadas. Pois bem, ao fazer esforços físicos continuados, estourava-me uma dor de cabeça insuportável, problema que submeti à consideração de Miguel antes de me entregar aos médicos locais. Um dia depois, Miguel perguntou-me o que eu fazia ao sair de casa pela manhã e, como estávamos no inverno, relatei que ligava o carro na garagem fechada antes de abrir a porta e limpar com a pá a neve caída na véspera. Tiro e queda! Eu estava sendo gradualmente envenenado pelo dióxido de carbono, que ia substituindo nas hemácias o oxigênio que me faltava nos momentos de maior esforço. Diagnóstico por ila-

ção, à la Sherlock Holmes, e solução confirmada sem necessidade de que eu fosse perfurado ou, mais modernamente, escaneado.

Bem depois, quando o Itamaraty de Gibson não quis receber de volta o irmão de um banido, fui trabalhar no INPI por interferência de Miguel junto ao comandante Thedim, presidente do recém-criado órgão. Nessa época, participei de uma delegação presidida por Miguel à importante conferência da OMPI em Viena sobre marcas internacionais. Para surpresa de todos, no primeiro dia de reunião, a poderosa representação da Alemanha, com apoio de vários países europeus, apresentou a proposta de um convênio sobre caracteres tipográficos – não me lembro que sinal tipográfico ou sei lá o quê queriam patentear. No dia seguinte, Miguel fez um discurso *pince-sans-rire* em que lançou a ideia de um convênio sobre as notas musicais, reivindicando para o Brasil, com prioridade inatacável, o dó. As gargalhadas dos sisudos delegados sepultaram para sempre a pretensão germânica...

Esse é o Miguel que, nas viagens internacionais, levava uma mala pesadíssima onde havia um terno, duas camisas e um montão de livros, porque sua fome de saber e de transmitir o saber era inesgotável. O Miguel, nacionalista por convicção, que pensava com números um Brasil livre das amarras do subdesenvolvimento. O Miguel que nunca teve medo de defender suas ideias, mesmo que contrariassem os poderosos de então. Farão bem as novas gerações do Itamaraty se buscarem conhecer melhor seu pensamento e cuidarem de seguir seu exemplo como homem público.

Rio de Janeiro, junho de 2009.

CONTRIBUIÇÃO DE SERGIO PAULO ROUANET*

Conheci Miguel Ozorio de Almeida no início dos anos 60, quando o Brasil estava lançando a Operação Pan-Americana, a principal iniciativa do governo JK em matéria de política externa. Para os que não se lembram disso, a OPA, como era conhecida, propunha uma aliança hemisférica visando ao desenvolvimento econômico dos países da América Latina. Lembro-me de minha emoção quando ouvi o discurso presidencial, onde se dizia que o Brasil estava cansado de estar numa "retaguarda incaracterística" e queria assumir a posição de "sujeito da história", e não mais objeto. Na verdade, quem estava numa retaguarda incaracterística era eu, humilhantemente jovem, diplomata principiante mal saído do Instituto Rio Branco, que certamente nem era notado pela equipe de diplomatas e economistas que dava apoio técnico à OPA e funcionava num espaço anexo ao meu lugar de trabalho, no velho palácio da rua Larga.

Essa equipe era comandada por Miguel Ozorio, figura que, para os meus 20 anos, assumia as proporções de um semideus. Havia um pouco de ISEB na concepção da OPA, e mesmo um pouco de poesia, pois sentia-se aqui e ali o dedo um tanto visionário de Augusto Frederico Schmidt. Mas faltava clareza conceitual. A missão de Miguel era preencher esse déficit. Ele estava convencido de que a CEPAL estava certa em reivindicar para o planejamento estatal um papel dinâmico na promoção do desenvolvimento da América Latina e, para lastrear essa convicção, montou séries históricas mostrando que as taxas de crescimento dos países centralmente planificados do Leste Europeu eram muito superiores às das economias de mercado. Não surpreende que os Estados Unidos tenham reagido com certa frieza à ofensiva diplomática brasileira, mas a prova de que tinham se impressionado com nossa argumentação é que muitos elementos da OPA foram incorporados num dos principais programas da administração

---

* N.E. – As opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade exclusiva do autor.

Kennedy, a Aliança para o Progresso. Comum às duas iniciativas era a ideia de que o desenvolvimento da América Latina passava por uma estreita cooperação com os Estados Unidos.

Mas os tempos mudaram. Pouco a pouco, foi-se cristalizando a percepção de que os Estados Unidos e os países subdesenvolvidos (na época não se usava o eufemismo politicamente correto de país em desenvolvimento) estavam em campos opostos. O discurso da cooperação foi substituído pelo discurso do conflito – o conflito Norte-Sul. Foi nessa segunda fase que pude atuar mais de perto com Miguel Ozorio.

Um dos temas em que trabalhamos juntos foi o do desenvolvimento industrial. Miguel estava lotado na embaixada em Washington e eu na missão do Brasil junto à ONU, em Nova York. Prevalecia nos foros internacionais, naquele tempo, uma visão neobucólica, segundo a qual a mola propulsora do desenvolvimento era a agricultura. As atividades industriais mal eram contempladas no orçamento do sistema das Nações Unidas. Meu querido amigo, hoje falecido, o também diplomata Márcio Rego Monteiro, tinha lutado, quando membro da missão do Brasil junto às Nações Unidas, para corrigir esse desequilíbrio, que, para nós, era motivado ideologicamente: subjacente a essa posição estaria uma política de preservação do *statu quo* internacional, que condenava os países da periferia à condição de meros exportadores de produtos primários. Foi na esteira dessa atuação brasileira que propusemos a criação de uma agência especializada para o desenvolvimento industrial, que seria para a indústria o que era a FAO para a agricultura. Obviamente os países desenvolvidos foram totalmente contrários a essa proposta. Mas conseguimos, como prêmio de consolação, criar um Comitê de Desenvolvimento Industrial, subordinado ao ECOSOC (Conselho Econômico e Social). Mais tarde, o Brasil obteve uma vitória ainda mais importante. Não logramos consenso para criar uma agência especializada, dotada de autonomia dentro do sistema das Nações Unidas, como era nosso objetivo, mas chegamos a uma solução satisfatória, que foi o estabelecimento de uma organização subordinada à Assembleia Geral das Nações Unidas – a UNIDO.

Miguel esteve associado a essa luta desde o princípio, batendo-se pelas posições brasileiras no comitê, no ECOSOC e na II Comissão da Assembleia Geral. Foi nessa ocasião que conheci seu verdadeiro perfil intelectual e profissional. Miguel era um formulador de primeira linha e um delegado imbatível. Graças à sua formidável cultura econômica, lia e usava os documentos mais técnicos produzidos pelo secretariado, às vezes redigidos em linguagem rebarbativa, eriçados de fórmulas econométricas, indecifráveis para o comum dos mortais. Lembro-me de que conseguiu provar com um desses documentos a tese, ferozmente combatida pelos países desenvolvidos, de que o desenvolvimento industrial deveria começar com a produção de bens de capital, e não de bens de consumo, porque os investimentos nos bens de capital tinham impacto mais imediato no crescimento do PIB. Como delegado, aliava um perfeito conhecimento do inglês, do francês e do espanhol à combatividade e ao senso de humor, o que fazia dele um adversário temido e um aliado cujo apoio era buscado ansiosamente em momentos difíceis. Uma vez, numa reunião do grupo latino-americano, falou em defesa de uma posição (não me lembro qual) com a qual ninguém no início estava de acordo. Quinze minutos depois, todos os delegados, ou aturdidos com a voz hipnótica do orador ou convencidos pela força dos seus argumentos, tinham-se passado, sem uma única exceção, para o lado do Brasil.

Outro tema foi a luta para convocar e institucionalizar a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento. De novo, essa luta se deu sob o signo do conflito Norte-Sul. A conferência foi convocada por meio de um projeto sobre comércio internacional apresentado na Assembleia Geral, do qual ninguém discordava, até o momento em que o Brasil e outros países submeteram uma emenda, convocando uma conferência internacional para debater o assunto. Foi um pandemônio. Os países desenvolvidos ficaram histéricos: a intromissão das Nações Unidas nessa área poderia desestabilizar o GATT, organismo tão civilizado, tão britânico, tão dócil aos interesses dos países industrializados, abrindo a porta aos novos bárbaros da América Latina, da Ásia e da África. Mas, contra ventos e marés, a resolução foi aprovada. A conferência realizou-se em 1964 e, em

vez de ser extinta quando suas atividades se encerraram naquele ano, perpetuou-se sob a forma de uma nova organização, a UNCTAD. A primeira sessão deu a moldura institucional para o conflito Norte-Sul: um documento assinado por todos os países em desenvolvimento, exigindo uma alteração das regras do jogo no campo do comércio internacional. Esse documento foi, por assim dizer, a carta constitucional do grupo dos 77, o número dos signatários originais.

A atuação do Brasil nesses episódios foi dirigida politicamente pelo embaixador Jaime de Azevedo Rodrigues, até o momento em que ele se afastou, denunciando a ditadura militar instalada no Brasil, pela qual não tardou a ser cassado. Mas a formulação coube a Miguel Ozorio. Foi ele quem mostrou que os diferentes segmentos do comércio internacional – produtos de base, manufaturas, financiamento, transporte, invisíveis – eram regidos por práticas cegas, anômicas, que favoreciam os países industrializados e que estavam, portanto, a exigir uma nova regulamentação internacional. Ele chegou à mesma conclusão por outra abordagem, a dos fluxos de comércio – o comércio entre países desenvolvidos (Norte-Norte); entre países socialistas (Leste-Leste); entre países de economia de mercado e países socialistas (Leste-Oeste); e os fluxos que têm como foco os países em desenvolvimento (Norte-Sul, Leste-Sul e Sul-Sul). Miguel mostrou que, enquanto o comércio entre países desenvolvidos era regido pelo GATT e o entre países socialistas pelo COMECOM, os fluxos comerciais dos países em desenvolvimento se davam num vácuo normativo, num *laissez-faire* que funcionava a favor dos países mais avançados.

Tudo apontava, segundo Miguel, para a necessidade de substituir a velha estrutura do GATT por uma nova organização, mais sensível às necessidades dos países em desenvolvimento. Essa proposta foi defendida durante anos pelo Brasil, mesmo durante o governo militar. Chegamos a submeter os estatutos da futura organização a uma das sessões da UNCTAD, realizada em Santiago do Chile. Era mais uma provocação que uma iniciativa viável, porque sabíamos que os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental eram radicalmente con-

tra. Mas a ideia acabou vingando, como se sabe. É verdade que a atual OMC não corresponde inteiramente à que fora proposta pelo Brasil, mas sem nossa pressão implacável, exercida durante anos, não teríamos, sequer, essa organização, na qual o Brasil obteve significativos sucessos em suas disputas comerciais com outros países. E é bom que se diga e repita que a inspiração teórica para a atuação do Brasil, nessa área e outras conexas, veio das primeiras formulações de Miguel Ozorio sobre a relação entre comércio internacional e desenvolvimento.

Falei mais de Miguel Ozorio como homem de ação e de pensamento que como pessoa. É que em Miguel tudo era indissociável. O que ele era como pai, marido e amigo, por um lado, e intelectual e diplomata, por outro, formava uma unidade. Pensava para agir, e não separava as ideias dos afetos. Seus amigos eram, para ele, sobretudo interlocutores e tendia a tornar-se amigo de todos os interlocutores que o estimulassem intelectualmente. Era um campeão de boxe, como foi lembrado por Jorio Dauster, mas não era como boxeador que ele debatia com seus amigos, dando e aparando golpes, e sim como jogador de pingue-pongue, enviando e recebendo a bola com o único objetivo de manter a excitação da partida. Nunca pude observar nele qualquer manifestação de agressividade. Para um homem de posições tão nítidas, sua tolerância era espantosa. Muitas vezes trabalhávamos juntos na redação de discursos, mas quando ele se deparava com uma frase minha, escrita num estilo mais retórico do que era necessário, não fazia a menor objeção e o máximo que dizia, quando eu pedia sua opinião, era: "Eu não teria escrito assim". Em geral, isso me bastava para refazer a frase, porque quase sempre suas reservas se justificavam.

Miguel foi um grande educador, mas não numa sala de aula. Como Sócrates na ágora, ele ensinava no escritório, na rua, no carro, fazendo ginástica, ouvindo discursos. Sua vocação era a de um filósofo à grega, sempre rodeado de discípulos. Por isso alguns jovens diplomatas orientaram seu início de carreira de modo a serem removidos para cidades como Montreal, Hong Kong ou Moscou, onde Miguel

era chefe de posto. Entre eles estavam Jorio Dauster, Álvaro Alencar, Geraldo Holanda Cavalcanti.

Não tive o privilégio de um convívio tão direto, mas aprendi muitíssimo com Miguel e não apenas no terreno profissional. Ele não conseguiu me ensinar matemática, mas aproximou-me de Freud, contando episódios de sua própria psicanálise. O livro que ele mais admirava era *Moisés e o monoteísmo*, de Freud. A propósito desse livro, lembro-me de uma frase de Miguel, que pode servir de fecho a este depoimento, porque exprime com perfeição todo um ideal cognitivo: "Nunca a inteligência humana foi tão longe, nem mergulhou tão fundo".

Rio de Janeiro, julho de 2009.

Miguel Ozorio de Almeida

um depoimento

1. VIDA INTELECTUAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA

ENTREVISTA • 15 SET. 1986

MHC *Desde a sua adolescência até a fase mais madura, já como cônsul-adjunto, atuando junto à ONU e defendendo a CEPAL, quais eram as suas leituras preferidas? O senhor tinha algum autor preferido? O que o senhor mais leu durante a sua adolescência e, depois, em sua vida adulta?*

Em número de horas, John Maynard Keynes, que eu acho o economista mais brilhante que jamais existiu. [*E o filósofo*] Bertrand Russell.

MHC *Eu quero saber de literatura, mesmo. Literatura, enquanto romance, qual é o seu preferido?*

Olha, em romance, não tenho autor preferido. Eu creio que concentrei todos esses anos lendo um pouquinho de filosofia, lógica, epistemologia.

MHC *Quer dizer que as suas leituras estavam mais dirigidas para essa área e era pouco o apego à literatura.*

É. Entre os pontos de universidade, eu tinha pontos em lógica e método científico. Eu tinha um *major in Economics* e tinha acrescentado lógica e método científico.

MHC *E a faculdade foi feita nos Estados Unidos, na New York University?*

Em Columbia, também. Eu comecei em Columbia, depois passei para a New School of Social Research e, aí, para a New York University. No final do período, eu lecionei na New School, eu dei uma turma introdutória de economia, *The Theories of Economic Dissent*.

MHC *Dava perfeitamente para conciliar o trabalho na ONU com os estudos acadêmicos para a formação de economista?*

Olha, o mais engraçado é o seguinte: na maioria das vezes, eu estava sentado no lugar do delegado brasileiro e o delegado americano, sentado do outro lado, era o meu professor de economia na Columbia. E, sentado atrás dele, como assessor, na quinta cadeira lá atrás, era o *lecturer* da matéria, também na universidade.

2. OS PRIMEIROS PASSOS NA CARREIRA DIPLOMÁTICA E A MISSÃO COOKE

ENTREVISTA • 15 SET. 1986

No ministério, eu tive algumas coisas que foram diferentes dos demais. Foi o seguinte: quando eu entrei, eu me lembro um dia, na hora do almoço, no Bife de Zinco, lá atrás, estava eu almoçando com uma pessoa que eu não conhecia – que era o embaixador Carlos Alves de Souza Filho – e, por um acaso, manifestei a pior impressão sobre o Getúlio Vargas. E Alves de Souza, que era bernardista, casado com filha do Bernardes, adorou o comentário. Achou que o comentário era válido. Então, dias depois, o Brasil entrou na guerra e o ministério recebeu ordens de reunir um grupo de funcionários excepcionais para fazer o lado brasileiro de uma comissão mista para o esforço de guerra. O Alves de Souza disse: "Olha, outro dia eu encontrei um excepcional lá no almoço, um que criticava o Fulano de Tal".

MHC *O que o senhor disse do Getúlio? O senhor lembra?*

O Getúlio foi um traidor de tudo quanto havia de constitucional no Brasil, tantas vezes, que era fácil [*criticar*] o Getúlio. Então, foi essa lembrança que me botou no melhor grupo que tinha no ministério, que eram o Mozart Valente, Antônio Corrêa do Lago, Araújo Castro. E lá fui eu nesse bolo de funcionários que eram considerados os mais brilhantes do ministério, porque tinha [*criticado*] o Getúlio. E não tive nenhum outro mérito. Mas, criticar o Getúlio merecia alguma coisa, porque era perigoso, na época.

Existia o nosso grupinho reunido sob a direção imediata e próxima do Vasco Leitão da Cunha. E uma orientação mais distante, mais getuliana, via João Alberto Lins e Barros, uma pessoa extraordinária, na minha opinião – um homem valente, de caráter idôneo. Quando nos reuniu, disse: "olha, tudo que vocês fizerem de errado, é meu; tudo o que vocês fizerem certo, é seu, é de vocês. Não tenham medo,

não. Vocês estão aqui porque são bons e façam o que acham que têm que fazer". E nós, [*todos garotos*], a inventar como fazer a colaboração de guerra com os Estados Unidos, sem ter a menor ideia no que isso consistia.

MHC *Sim. Mas todos vocês antieixo e pró-aliados? A questão do fascismo já aparecia de forma clara para vocês? Nesta época já estava claro o que o fascismo realmente significava?*

O Getúlio tinha feito um discurso do *Minas Gerais*, em que chamava o Roosevelt de "Cassandra agourenta" e queria botar o Brasil do lado da Alemanha.

MHC *Embaixador, mas o senhor acha realmente que houve, da parte do Getúlio, intencionalmente, uma política de alinhamento ao Eixo? Ou foi o que a moderna historiografia está tentando fazer, ou seja, um jogo pendular, com uma aliança sempre explícita e prioritária com os Estados Unidos, mas jogando a aliança nos sentido de auferir resultados do tipo Volta Redonda?*

O Getúlio era fascista e queria seguir o negócio. Os resultados econômicos e sociais na Itália e na Alemanha eram brilhantes. Na Itália, todos os trens passaram a chegar na hora pela primeira vez desde que se implantou o trem na Itália. Na Alemanha, tudo funcionava como um relógio. A Alemanha nos oferecia vantagens estratégicas e econômicas muito grandes, aquele sistema de marco vinculado.

MHC *Mas, o senhor acha que existia realmente da parte do Getúlio a possibilidade de aliança explícita com o Eixo para derrotar os Estados Unidos?*

Na verdade, foram o Oswaldo Aranha e o ministro da Agricultura – [*Fernando de*] Souza Costa,[1] que tinha muita influência sobre o Ge-

[1] N.E. – Fernando de Souza Costa (1886-1946), ministro da Agricultura de 1937 a 1941; interventor federal no estado de São Paulo, de 1941 a 1945.

túlio – que impediram a tomada de medidas que nos teriam amarrado ali, na hora, à Alemanha. Ele tinha um prestígio enorme com o Getúlio e Oswaldo Aranha, também. Fernando Costa e Oswaldo Aranha nos salvaram de ter ficado do lado do perdedor nessa guerra.

MHC *E o Exército, como é que se colocava nessa questão, nesse momento? Dutra, Góes Monteiro?*

Dutra e Góes Monteiro olhavam a Alemanha como a tecnificação máxima do fato militar, o que estava certo. Era uma potência militar extraordinária. É estranho que eles não tenham mudado de cadeira quando a Rússia deu aquela surra na Alemanha.

MHC *Embaixador, e quanto à sociedade brasileira na época, sobretudo a sociedade carioca, a sociedade do Distrito Federal, ela teve uma participação na entrada do Brasil na guerra? O movimento da sociedade brasileira pró-aliados, o senhor acha que teve alguma ressonância também na cabeça do Getúlio ou não?*

Teve. Havia correria. Eu mesmo corria desde a Cinelândia até o Palácio do Catete, berrando com um grupo de estudantes. Aí apareciam aqueles discursadores da cambada do Getúlio – o ministro do Interior dizia: "Olha, vocês estão do lado certo. V de Vargas é o V da vitória! V de Vargas é o V da vitória!".

MHC *E o trabalho de vocês na comissão: qual foi, realmente, o escopo e o desenvolvimento desse trabalho?*

Vamos entrar nisso agora. A comissão chegou, nós nos reunimos ali no anexo do Palace Hotel com a rua México. Não tinha uma mesa de trabalho, não tinha uma máquina de escrever, não tinha nada, não tinha secretárias, não tinha coisa nenhuma. Nós, os meninotes do ministério,[2] ficamos sentados lá, bem vestidos, naturalmente, barbeados – e com pouca barba – quando, de repente, nos avisaram: "Che-

[2] N.E. – Miguel Ozorio estava com 26 anos.

gou a missão americana, preparem-se aí". E a gente: "Preparar o quê?" Nós não tínhamos a menor noção do que fazer.

MHC *Que missão era? A Missão Cooke?*

Morris Llewellyn Cooke. E a missão chegou [*1942*] e logo entrou lá. Ela era chefiada por um brilhante engenheiro militar americano, major Boyle, que era o inventor do sistema esferográfico de tiro antiaéreo. Parece que era uma maravilha. E nós, tremendo, lá, diante daquela turma toda, sem saber o que fazer e sem instruções de qualquer espécie. Mas, aí aconteceu uma coisa: São Paulo. Surgiu de São Paulo o doutor Ari Frederico Torres, que era presidente da Confederação Paulista de Indústrias e engenheiro brilhante. Bom, quando surgiu o Ari Torres, começou a melhorar a coisa, porque os americanos queriam saber o que nós queríamos e nós queríamos saber o que eles queriam. Ninguém sabia o que queria. Eles queriam uma coisa muito simples: eles queriam malacacheta e cristal de rocha. Era o que eles queriam. Para os aviões deles voarem, eles precisavam de cristal de rocha, que não estava disponível; e malacacheta, também, para aparelhos de intercomunicação, sem o qual não poderia haver voos organizados. Então, a primeira preocupação deles era com Minas Gerais e Bahia, onde obter esses produtos. E a nossa preocupação era tocar adiante Volta Redonda. E havia, da parte dos americanos, a preocupação de não tocar Volta Redonda adiante, eles não queriam; achavam um absurdo o que iam gastar em aço pesado, siderurgia pesada para fazer um elefante branco aqui no Brasil, que não iria produzir nada de útil durante a guerra, ainda. A Missão Cooke foi totalmente contrária a Volta Redonda. E ela desenvolveu, então, uma teoria de que nós tínhamos chegado muito tarde à indústria metalúrgica, que em vez da pesada, ela devia cair logo na leve e passar logo para o alumínio. Nós tínhamos facilidade energética, hidrelétrica, necessária para o alumínio e não tínhamos o coque metalúrgico. Então – foi interessante, isso ninguém sabe – idealizaram criar trens aéreos entre o Brasil e os Estados Unidos. Seriam aviões rebocando planadores. Eles sairiam do Brasil carregados desses materiais; a mica, a malaca-

cheta, não era grande problema. Para os Estados Unidos, em vez de trilhos e locomotivas, que era o que nós queríamos para desenvolver o Brasil, isso ficaria para depois. Volta Redonda ficaria para depois. Volta Redonda, quando eles visitaram, eles voltaram todos assim: "Isso é um elefante branco que vai custar uma fortuna para vocês e não vai valer nada!". Foi essa a opinião deles: "*That's much too big!* Faz qualquer coisa, feito a Laminação Nacional de Metais, do Pignatari; aquilo é que serve!". Porque era alumínio...

MHC *Mas vocês estavam realmente comprados pela ideia de Volta Redonda? Vocês da comissão achavam importante Volta Redonda ou tinham essa mesma visão naquele momento?*

Aí é que entraram o Ari Torres e o Simonsen, o velho Simonsen, o Roberto Simonsen: "Não, nós queremos é indústria pesada, mesmo, valha ou não valha agora. Nós queremos para agora e para o futuro". Eu me lembro de uma descrição da situação brasileira em matéria de indústria pesada e dizia-se: "O transporte de material do sul do Brasil para o norte era feito por mar e os submarinos estavam torpedeando. De trem, não tinha; estrada asfaltada, também não. Era só lama. Aqueles caminhões velhos, importados, afundados na lama até o teto, quase. Era uma coisa horrível". E a descrição de uma estrada de ferro brasileira era o seguinte: "Olha, quando a gente pega um trilho, o primeiro uso do trilho é poste de telégrafo na beira da estrada; o segundo uso do trilho é numa curva da estrada de alta velocidade, do lado externo da curva. Depois, quando ele não dá mais para essa curva, porque está desgastado, ele passa para o lado interno da curva, que é menos exigente. Quando acaba do lado interno, ele vai passar a ser cerca da estrada para proteger a estrada – a cerca externa da estrada". E então a situação naquele momento era a seguinte: nós estávamos para chegar ao norte usando todos os postes telegráficos que haviam no Brasil que eram trilhos, e soldando nos trechos desgastados da estrada. Era essa a situação e o Ari Torres e o Simonsen diziam: "Olha, de jeito nenhum. Assim não vai não, assim nós não colaboramos. Nós temos que tirar Volta Redonda de qualquer jeito!". E assim foi.

MHC *Quer dizer que o senhor não concorda, em absoluto, com a versão que a moderna historiografia está levantando aí de que o discurso, inclusive o do 'Minas Gerais', seria uma jogada de estadista do Getúlio para forçar a implantação de Volta Redonda?*

Olha, o Getúlio mandou um emissário ao Oswaldo Aranha, com instruções para que ele procurasse o Roosevelt pessoalmente e discutisse Volta Redonda. Quando o Aranha voltou para a embaixada, ele contou como é que foi. Ele chegou lá na Casa Branca, no *Oval Room*, estava lá o Roosevelt sentado com toda sua equipe, todos os ministros de Estado, inclusive o Cordell Hull, o ministro da Marinha, o Frank Knox, estava todo mundo lá. Então, abriu-se a porta da sala de espera e ele virou para o Aranha e disse: – *Come in, my friend. Come in, my friend. Come in. How is my friend, mr. Vargas?* O Aranha improvisou uma mensagenzinha do Vargas para ele, que disse: – *Tell him that he is going to get what he wants. He is going to get his steel mill*. Ele: – *Do you see this paper here?* Tinha um papel em cima da mesa: – *It's the only thing those sons of a bitch understand*, e apontou para os *sons of a bitch*, que eram todos os ministros de Estado ali atrás dele. – *He's going to get what he wants, his steel mill will begin soon now*. E, aí, assinou o documento e ele: – *This paper is an executive order, the only document that those sons of a bitch understand*. Quer dizer, é uma ordem do presidente, assinada com o nome do presidente ali e lá vai fogo.

MHC *O que parece é que existiam laços pessoais de amizade entre o Roosevelt e Vargas, não?*

O Roosevelt era um homem com uma imensa capacidade de capturar simpatias. E ele capturou a simpatia do Vargas.

MHC *Porque, inclusive, as bases americanas do Nordeste estavam sendo implantadas paralelamente a todo o jogo pendular de Vargas. Mas o Cordell Hull já tinha uma tese de que a crise de 29 nos Estados Unidos havia tido desdobramentos sérios em termos de*

economia interna, exatamente pela questão da posição pouco intervencionista dos Estados Unidos no resto do mundo. Mas, ao mesmo tempo, me parece que essa política estava colada na inversão de capitais privados que não tinham interesse nenhum no desenvolvimento de indústrias de base nos países subdesenvolvidos. Não existia isso?

Existia, sim. Mas, isso tem outras ramificações, muito engraçadas, muito interessantes. Há um problema de cronologia, a ser resolvido aí, que é o seguinte: eu creio que a Missão Cooke foi contra Volta Redonda por burrice. Realmente, em termos de esforço de guerra, ali na hora, Volta Redonda não era esforço de guerra. Para fazer Volta Redonda, eles deixavam de fazer um ou dois encouraçados fundamentais, ou porta-aviões. Eu tenho [*sobre isto*] um trabalho que guardei no cofre do ministério.

MHC *Um trabalho feito na época da comissão?*

É. Agora, o trabalho da comissão foi muito engraçado pelo seguinte; é um aspecto que precisa ser contado, porque, quando nós estávamos no grosso desses problemas, o Edmundo Barbosa Silva, que trabalhava como introdutor diplomático do secretário-geral Pedro Leão Veloso, chamou o Corrêa do Lago e disse: – "Olha, está havendo um 'clima seco' danado com os americanos. Eles não estão querendo entregar as posições deles ao lado brasileiro. Nós mostramos tudo que temos, eles não estão mostrando nada, de maneira que vocês façam alguma coisa..." Aí, o Corrêa do Lago e eu resolvemos fazer alguma coisa e, todos os dias, passei a almoçar com o major Boyle. Como secretário-geral do lado americano, ele tinha a chave do cofre onde eles guardavam tudo. Major Boyle sofria muito de dispepsia e dormia depois do almoço e eu consegui tirar o perfil da chave dele num bloquinho de cera de abelha: sapequei muita cachaça no major Boyle, ele dormiu, tirei o molde da chave e fizemos uma chave do cofre. E, de noite, nós fomos lá, tiramos todos os documentos e arrumamos duas secretárias – uma das quais era a Bluma

Weiner, mulher do Samuel Weiner, e a outra era d. Albertina Castro Menezes, que era funcionária dos 'secretos' do Itamaraty. E o Lago e eu ficávamos olhando o negócio em inglês e ditando em português para as duas moças, que ficavam lá, trabalhando, ali no anexo do Palace Hotel, até meia-noite todos os dias. O resultado é que, quando a Missão Cooke foi embora, não entregou o relatório ao Brasil. E, nesse dia, nós apresentamos o relatório – já em português – com todos esses detalhes: de que, ao invés de indústria pesada, ia ser indústria leve; trens aéreos para levar mica e cristal de rocha para os Estados Unidos.

MHC *E o que eles iam dar?*

Eles davam tudo. O Brasil consumia vinte e oito mil barris diários de óleo e vinha tudo dos Estados Unidos, do Texas, ou então era trazido por eles do Oriente Médio, Deus sabe donde! Se os americanos não nos dessem os ingredientes de viver, nós morreríamos aqui. É inacreditável a pobreza do Brasil. Aí é que nós entendemos a que ponto nós éramos subdesenvolvidos. Fabricar Copacabana Palace e Quitandinha não era ser desenvolvido. E as primeiras prioridades que nós demos foi Quitandinha, cimento para o Quitandinha. E, naturalmente, gasolina para levar esse cimento lá para o alto. Nós gastávamos vinte e oito mil barris de petróleo por dia nessa época, quer dizer, em condições normais, ao entrarmos na guerra. E os americanos nos seguravam, daqui e dali, e mantinham o Brasil bamboleante, mas inteiro. Agora, um aspecto muito engraçado desses relatórios é que, como o Vasco Leitão da Cunha era o nosso chefe de grupo, nós entregamos a ele, para ele entregar o negócio ao Oswaldo Aranha, para entregar ao Getúlio. O Getúlio ficou entusiasmado com o trabalho que nós fizemos. Ele perguntava: – "Qual é o menino de ouro do Ministério das Relações Exteriores?" Ninguém sabia quem era o menino de ouro. Aí, eu descobri que era eu! A missão foi embora e eu a acompanhei por todo o Brasil, como tradutor.

MHC *Terminada a Missão Cooke, aí o senhor foi para aquela missão*

na Argentina, para ver como estava a situação do país e para avaliar o possível tratamento do Brasil com a Argentina?

Foi logo depois. Eu tinha trabalhado não só com o Boyle, como também tinha trabalhado com o Corwin Edwards, que era um economista brilhante do Departamento de Estado. E meu conhecimento de economia teórica vinha daí. Eu também comprava muito livro e estudava sozinho.

ENTREVISTA • 29 SET. 1986

MHC *Embaixador, vamos retomar um pouquinho a Missão Cooke? Fale mais um pouquinho das agruras e dos prazeres da Missão Cooke.*

Um americano que conhece tudo isso, que eu contei em detalhe, é um advogado ilustre em Nova York. Chama-se Frank Nattier Junior. O Frank Nattier conhece todos os detalhes do conflito Missão Cooke e Missão Brasileira. Bom, mas vamos agora então à Missão Cooke naquilo que ela tentou fazer. A Missão Cooke, na realidade, era uma missão para coordenar com o Brasil esforços de guerra. Quer dizer: os americanos faziam esforços de guerra e o Brasil faria o esforço dele. O nosso esforço se resumia em mandar matérias-primas absolutamente essenciais – como eles chamavam, estratégicas – cuja falta paralisava o esforço de guerra americano. E que se resumiam fundamentalmente em borracha natural, que é indispensável para a produção de borracha sintética. É um elemento catalítico na produção de borracha sintética e fundamental na produção de armamento, sobretudo na área de comunicações. A Missão Cooke veio com a ideia de tirar o máximo que pudesse com o menor tempo, com o menor esforço possível. Nós botamos tudo que tínhamos à disposição deles. E também começamos a mostrar o que nós precisávamos, que, entre outras coisas, era cimento para construir [*o*] Quitandinha – que era um cassino que um conhecido bicheiro Rolas, senhor Rolas, amigo do Amaral Peixoto – estava construindo em Petrópolis para abrir o

jogo de grande estilo no Brasil, roleta e outras coisas. Aliás, era um cassino, um hotel-cassino realmente tremendo. Houve muita conferência no Quitandinha, depois, para aproveitar os salões e as facilidades de hospedagem. Da nossa parte, entre outras coisas, a gente queria era cimento para continuar o Quitandinha. O Brasil [*quase*] não produzia cimento naquela época. Produzia duzentas mil toneladas por ano, o que era muito pouco. Nós produzimos dois milhões hoje em dia. E esse cimento era levado para o Quitandinha em caminhão. E nós não tínhamos gasolina, nem combustíveis para isso. Então, a gente precisava de petróleo para fazer funcionar esses caminhões até o alto da serra. Agora, um aspecto engraçado da Missão Cooke foi o seguinte: no estado do Rio, nós estávamos construindo uma série de hidroelétricas, cujo projeto era japonês. Então, nós pedimos aos americanos para completarem o projeto para a gente terminar. Eram as usinas de Macabu. Eu creio que o nome era Macabu. E eu arrumei um nissei para traduzir o projeto japonês para o português. E nós, então, do português passávamos para o inglês. Mas o nissei começou a demorar muito. Eu disse: – "Mas, pipocas! Acaba logo com isso, porque está atrasando aí os trabalhos". Ele disse: – "Olha, o que demora são as rimas. Porque traduzir só as ideias é muito fácil. Acabo num instante". Eu digo: – "Que rimas são essas?" Aí ele deu a desculpa de que o projeto era todo em versos. Todo ele era rimado. Um projeto tecnológico de uma usina hidroelétrica feito pelos japoneses era todo rimado. Anos depois, eu descobri que na China é a mesma coisa: todas as diretrizes do Mao Tsé-tung para a China são em versos. A gente fica às vezes abobalhado de ver como é que essa gente funciona. Mas, no caso, era mesmo tudo em verso... a usina de Macabu era um verso do qual o japonês tinha o maior orgulho. Ele disse: – "Não, vai estragar. Vai estragar a poesia toda!" E o que nós queríamos era que não estragassem a usina. Bom, os americanos examinaram, examinaram, examinaram. Acharam uma porcaria. Eu não sei se eles não gostaram dos versos, ou se da usina. Foi nessa época que nós os chamávamos para pedir trilho também. E forçar a mão para Volta Redonda. Então, foi aí que veio o diretor da Central do Brasil e contou aquela estória que eu já contei da vida de um trilho

na Central, que começa no lado de fora de uma linha de alta velocidade numa curva externa; depois passa para o lado de dentro da curva quando ele não pode mais aguentar o peso do lado de fora. Aí já está suficientemente desgastado para virar poste telegráfico. Aí é cortado em pedacinho para fazer cerca lateral. E que nós já tínhamos arrancado todos os postezinhos de cerca para manter as linhas funcionado e soldando aquilo nas linhas-tronco. Então, eu insisti muito em ter Volta Redonda. Continuar até o nível de trilho. Aí, houve um interregnozinho em que o Brasil deu uma demonstração de improvisação muito grande. Nós pegamos aço da Belgo-Mineira, trouxemos aqui para o Rio de Janeiro. E, com esse aço, produzimos ali, no Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras, um laminador e, com esse laminador, conseguimos fazer trilho – trilho leve, de trinta e seis quilos por metro. O trilho de Volta Redonda tem setenta quilos por metro. É trilho de bitola larga. Mas, tapamos o buraco com esse laminador improvisado ali no Arsenal. Os americanos ficaram boquiabertos quando viram o negócio. O relatório do Cooke, entre outras coisas, é um relatório ao Roosevelt – pessoal ao Roosevelt – [*pondo*] a capacidade brasileira nos córneos da lua, lá em cima, dizendo: "A capacidade brasileira de improvisação é extraordinária. E o Brasil tem capacidade de se industrializar no momento que quiser". E foram extraordinariamente elogiosos sobre a inteligência e a capacidade de improvisação do trabalhador brasileiro. E chegaram a limites de experimentação feito este: eles diziam que "o brasileiro é muito subnutrido. Como é que o trabalhador brasileiro se compara, com essa subnutrição, a um trabalhador americano?" Então, eles fizeram cálculos: nós fomos ali para Santa Catarina, para as minas de carvão, em Criciúma, e um grupo de técnicos americanos calculou a capacidade de uma gôndola de estrada de ferro colocada ao lado de uma pilha de carvão, e botaram um 'desnutridozinho' brasileiro ao lado daquela pilha de carvão com um pá, e mandaram encher a gôndola. E disseram: "Um americano enche essa gôndola em n horas". O brasileiro bateu as n horas por várias horas. Aí, houve uma série de estudos médicos, entre os quais inclusive meu pai foi consultado. E disse: "O que acontece é que o brasileiro é desnutrido. Ele produz tanto

quanto um nutrido, mas ele se desgasta. O desgaste é maior. Isso encurta a vida dele. Mas, na verdade, o esforço que ele é capaz de fazer, por unidade de tempo, é o mesmo." Os americanos ficaram boquiabertos com o negócio. Mas foi feita a experiência com o relógio na mão. E aí, então, para a coordenação do esforço de guerra, veio aquela coisa – os alemães estavam torpedeando muitos navios ao longo do Caribe. Então, como escapar desses torpedos? Eles: "Vamos levar tudo por via aérea. Olha, nós estamos recolhendo todo esse material – a borracha, a malacacheta toda está sendo recolhida – dentro do Brasil, por via aérea. Por que não levar por via aérea até os Estados Unidos?" Aí, nós fomos ao Observatório Nacional e pedimos para eles calcularem a linha de círculo máximo entre os portos de partida brasileiros e os portos de consumo ideais americanos. Você conhece o conceito de linha de círculo máximo, não conhece? Num planisfério, a menor distância entre dois pontos geográficos não é uma reta naturalmente; é uma linha que vai passar por vários pontos, vai fazer vários ziguezagues e várias curvas antes de atingir o ponto que deve ser atingido. Mas tem, evidentemente, um percurso que é o mais curto possível. É o percurso mais curto possível num planisfério entre os pontos que se quer unir. Porque, sendo aviação, não tinha problema de estrada, ou de porto, ou o que fosse. Era só o trabalho de estabelecer as bases. Relativamente fáceis e leves no caso de aviação. Os americanos tinham tentado produzir tanques até esse momento – tanques de guerra – tinham copiado um modelo de tanque russo, o T-34, que tinha um motor diesel. E, antes de conseguir produzir o tanque, eles tinham produzido alguns milhares de motores diesel, que chegaram à conclusão que era utilizável. Era um diesel feito de duralumínio. Eles chegaram à conclusão que era utilizável em certos tipos de avião. Então, o Cooke e o pessoal dele – o major Boyle e os técnicos todos – imaginaram um sistema de trens aéreos, rebocados por locomotivas que seriam aviões, munidos desses motores diesel extremamente econômicos e possantes – haja vista que são para empurrar um tanque de trinta e quatro toneladas em terreno difícil – e perfeitamente adaptáveis ao modelo de avião que eles tinham em mente. Então, eles desenharam uma porção de aviões com

esses motores e desenharam uma série de planadores, para serem rebocados como vagões numa estrada de ferro. Então, um único desses aviões rebocaria cinco a seis planadores com uma capacidade de trinta toneladas cada um. E sairiam, ali do centro de Minas Gerais ou de Belém do Pará, e chegariam aos Estados Unidos em poucas horas, sem que os alemães pudessem fazer nada no caminho. E feito isso, então, a ideia foi a seguinte: "Olha, se isso pode ser feito do Brasil até os Estados Unidos, por que não fazer isso para o Brasil como um todo? Então, vamos apagar Volta Redonda dessa estória toda. Porque Volta Redonda está criando muito problema para os Estados Unidos". Os americanos estavam reconstruindo a frota que tinha sido aniquilada pelos japoneses em Pearl Harbor. E precisavam de todo o aço, de todas as facilidades que eles tinham de indústria pesada. Por exemplo: cabos de aço eram indispensáveis. E a capacidade deles de produzir era muito pequena. Aí houve um episódio engraçado, também, de diplomacia safada. A mina de Ouro Velho – que é a mais profunda do mundo, ali perto de Belo Horizonte – depende de um cabo de alguns milhares de metros, e o cabo arrebentou. E nós queríamos um cabo novo. E os americanos declararam que não podiam. Todos os cabos que eles podiam produzir naquele momento iam para os navios novos, cruzadores, encouraçados novos que estavam sendo produzidos. E eles não podiam, de maneira alguma, fornecer o cabo. A embaixada em Washington recebeu ordens de negociar esse cabo imediatamente. O Roberto Campos foi lá ao Departamento de Estado e usou todos os argumentos do mundo. E o pessoal disse: "Olha, dessa vez nós sentimos muito. Tudo o mais nós mandamos para Volta Redonda, mas o cabo, não. O cabo vai atrasar o lançamento de tais e tais cruzadores e 'não sei mais o quê', que são indispensáveis agora". Eles estavam apanhando muito dos japoneses. Então, nós tínhamos um colega na embaixada, que eu creio que você conhece e é um individuo extraordinário. Estranhíssimo, [*esperto*], mas muito bom diplomata, o Hugo Gouthier de Oliveira Gondim. O Hugo Gouthier procurou o Campos e disse: – "Escuta, eu tenho aqui um telegrama do Benedito Valadares, pedindo para acelerar esse cabo". O Campos disse: – "Olha, eu já argumentei de tal e tal manei-

ra. Não adianta. Eles precisam do cabo para completar navio. E não vão dar, mesmo, não. Se você quer tentar, tenta. Tudo o que eu podia fazer, já fiz." E descreveu os esforços que tinha feito. E o Campos é muito convincente. É um funcionário de uma competência extraordinária, realmente. Aí o Gouthier disse: – "Então, deixa comigo, que eu me encarrego disso." – "Está bem. Se você quer, vai." O Gouthier, no dia seguinte, encontrou com o Campos e o Campos disse: – "Como é? Como é que vão as coisas?" – "O cabo embarcou. Acaba de embarcar. Embarcou lá no Sul, em Nova Orleans. Já está no mar." Aí o Campos perguntou: – "Como é que você arrumou o negócio?" O Gouthier mostrou a ele um telegrama que ele tinha falsificado, vindo de Minas Gerais. Negócio de produzir telegrama no Ministério das Relações Exteriores é fundamental! Então, ele dizia assim, assinado Benedito Valadares: "Ouro Velho fechado. Cinco mil trabalhadores sem emprego. Situação no estado inquietadora. Polícia não tem condições de garantir tranquilidade. Produção de cristal de rocha e malacacheta em perigo. Não podemos garantir mais. Façam aí o que puderem para que possamos garantir o *shipment* do cristal e da malacacheta. Senão vai parar. Cinco mil operários estão em greve". Com esse telegrama, ele passou no Departamento de Estado, e pá! Embarcaram o cabo. Imediatamente apareceu o cabo, botaram no navio e seguiu.

3. CARTA DO ATLÂNTICO

ENTREVISTA • 14 MAIO 1987

SRM *Embaixador, vamos para o plano internacional. Como o senhor analisa a assinatura da Carta do Atlântico?*

A Carta do Atlântico não foi propriamente assinada, não é ? A Carta do Atlântico foi uma conversa do Roosevelt com o Churchill, a bordo de um encouraçado inglês ali no rio São Lourenço – o *Prince of Wales*. Os dois perceberam que eles haviam esquecido de capturar para o esforço de guerra o resto do mundo, sobretudo do Terceiro Mundo. Então, resolveram fazer uma declaração razoavelmente atraente. Foi a Carta do Atlântico, que serviu de semente para Bretton Woods. Tinha como objetivo, inclusive, atrair as potências adversárias – Alemanha e Japão. A Carta do Atlântico prometia à Alemanha e ao Japão acesso futuro a matérias-primas. Porque era considerado que a Alemanha e Japão tinham entrado na guerra por falta de matérias-primas. Há que lembrar o *lebensraum* alemão e as declarações japonesas antes da entrada na guerra. Aliás, a atuação americana, antes de participar da guerra, cortando todos os suprimentos de petróleo japonês, culminou sufocando o Japão economicamente. O Japão não tinha outros elementos energéticos que pudesse usar adequadamente. Mas, com isso, eles imaginavam que seria mais fácil para as potências adversárias se renderem e virem a participar de um mundo organizado, que se seguiria ao final da guerra, que eles estavam prevendo como caótico – com boa razão – como totalmente caótico. Mas o que eles não deixaram claro eram as condições do comércio a que seriam submetidos os países subdesenvolvidos do Terceiro Mundo, os chamados donos das matérias-primas. Eles não consideraram, de forma nenhuma, a necessidade de desenvolvimento desses países. Então, seguiu-se, em função da Carta do Atlântico, a convocação da Conferência de Bretton Woods, feita por Roosevelt. De acordo com a combinação, todos os países se uniriam para organizar o mundo do

após-guerra de uma forma justa e equilibrada. Justa e equilibrada queria dizer: com os países desenvolvidos podendo consumir, à vontade, toda a matéria-prima dos países subdesenvolvidos. A realidade que nós estamos vivendo hoje, do mundo subdesenvolvido totalmente endividado, é o resultado de Bretton Woods. Que, aliás, está deixando saudades não sei bem a quem. Certamente não deveria deixar a nós! Porque não houve a menor tentativa, nem na Carta do Atlântico, nem depois em Bretton Woods, de dar uma compensação aos países subdesenvolvidos. Todas as tentativas nesse sentido, que foram feitas na Conferência de Comércio e Emprego de Havana, foram abandonadas. É engraçado! Porque os capítulos correspondentes foram rejeitados pelas duas potências, Inglaterra e Estados Unidos. Foram rejeitados. E a parte correspondente à necessidade de fornecimento de matérias-primas, ao comércio de matérias-primas, etc., etc., foi resumido num capítulo especial e esse capítulo foi posto para funcionar, provisoriamente, sob o título de *Interim Agreement of Commerce and Employment*. Então o *Interim Agreement* foi posto para funcionar. Os países desenvolvidos nunca ratificaram a parte correspondente a recursos para a industrialização dos países subdesenvolvidos. E nós, bestamente, deixamos que o *Interim Agreement* funcionasse. E ele ficou funcionando, ficou para sempre. Foi aquele provisório que se eternizou e que hoje se chama GATT: *General Agreement on Tariffs and Trade.* O *General Agreement* é o descendente do *Interim Agreement,* que era o capítulo correspondente compensatório, dentro de Bretton Woods e da Carta do Atlântico, para a negligência em relação aos países subdesenvolvidos. Isso piorou ainda mais, quando – depois de criada a [*Organização da*]s Nações Unidas – americanos e ingleses forçaram a mão para liquidar, dentro do Conselho Econômico Social, a Comissão de Economia e Emprego, que era uma espécie de pedra angular para a Conferência de Havana. Então, eles liquidaram a Comissão de Economia e Emprego e liquidaram a Comissão de Desenvolvimento Econômico que, de certa forma, ficaria com o trabalho de industrialização esvaziado em Havana. Foi nesse momento que, tendo criado as comissões regionais – e a principal delas, a CEPAL – começou a surgir

dentro da CEPAL uma série de raciocínios e análises que substituíam adequadamente a ausência desses órgãos, que eram os órgãos precípuos dentro do esquema da ONU. Porque a comissão regional é um câncer, por assim dizer, do ponto de vista dos países desenvolvidos. É uma espécie de um "cancerzinho", um "nodulozinho" que apareceu dentro da ONU ilegitimamente. Mas, por outro lado, eles tinham cortado todos os nódulos que eram legítimos para nós, antes. A comissão regional apareceu, então, para substituir. Apareceu primeiro muito fracamente. As primeiras comissões regionais não fizeram nada. A primeira de todas foi a da Europa, com Gunnar Myrdal,[3] como secretário-executivo. O Myrdal é um excelente economista, mas ele é um europeu: só pensa no desenvolvimento da sua Suécia e da Europa. A CEPAL também teve, como primeiro chefe, um mexicano chamado Martinez Cabañas, que era muito fraco como economista, muito "desinspirado". Não era um líder de ideias e de homens. Mas o Cabañas fez uma coisa extraordinária, que foi contratar o Prebisch como *senior economist* da CEPAL. O primeiro trabalho do Prebisch foi tão bom que, em pouco tempo, [*foi escolhido*] secretário-executivo da comissão, no lugar do Martinez Cabañas, e o Prebisch começou a abrir os caminhos, abrir trilhas novas na teoria econômica, sobretudo no que diz respeito ao comércio internacional e à situação institucional do sistema mundial de equilíbrio de contas. Daí, a tentativa de alguns países de liquidar a CEPAL. E de liquidar também, como liquidaram, dentro do Conselho Econômico e Social, que devia ser institucionalmente o principal órgão de vigilância e equilíbrio e justiça, a ideia de justiça econômica. Incidentalmente, o conselho estudou muito o conceito de justiça econômica. Nunca conseguiu formular nada que prestasse, porque é um conceito difícil.

[3] N.E. – Gunnar Myrdal, economista sueco (1898-1987) e secretário da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (1947-1957).

4. CRISE DO PÓS-GUERRA

ENTREVISTA • 18 MAIO 1987

MHC *O que seriam, para o senhor, estas crises cíclicas do capitalismo? Elas são inerentes a ele? Por que elas acontecem?*

Elas são inerentes a ele, sim. Todo e qualquer modelo de livre empreendimento capitalista que você puder fazer, se você botar num computador, o negócio corre logo para uma crise brutal. E lhe dá uma crise sem solução no final.

MHC *Mas qual seria a questão principal que desencadeia estas crises cíclicas, ou seja, o que há no sistema capitalista, qual é a sua contradição básica, que propicia essas crises cíclicas?*

Os economistas em geral usam linguagem hidráulica – de hidráulica, de caixa d'água – para discorrer esses elementos. Eles não têm linguagem econômica para isso. O que há, é uma liquidez de recursos. Deixe-me botar o negócio em termos mais claros e econômicos possíveis. O modelo econômico keynesiano demonstra claramente a inevitabilidade dessa crise. Por isso, o Keynes é considerado como o homem que afastou, eliminou, o marxismo. Resolveu a análise marxista. Estou pensando geometricamente, deixa ver se consigo botar em palavras. No processo capitalista de livre empreendimento, há um derrame de recursos; quer dizer, a remuneração dos produtores nacionais não é suficiente para comprar o produto nacional. Ela se torna menor do que o somatório dos custos do produto. Então, se você tem um sistema que produz e não pode comprar a si próprio, o que você tem? Você tem um sistema em crise. Porque, se o empresário não pode vender o que ele está produzindo, porque ele não pode pagar os produtores, ele não paga aos produtores a quantia correspondente cujo somatório daria o produto. Talvez a maneira técnica de dizer seja que o produto nacional a custo de fatores é menor do que o produto nacional a preço de mercado.

SRM *Embaixador, é mais ou menos isso: toda crise cíclica do capitalismo, então, seria uma crise de realização da produção, seria uma crise de subconsumo?*

Não de subconsumo, porque o consumo pode ficar no mesmo nível. Ele não precisa cair. Mesmo no mesmo nível, você tem a crise. Você não tem recursos para comprar.

MHC *É uma crise de investimentos?*

Não. O Keynes dizia: nós podemos compensar [*essa disponibilidade*] de recursos usando-os para investimentos, com os investimentos nós estamos dando [*meios*] ao empregado para comprar o produto produzido, além daquilo que ele recebeu para produzir, diretamente. Por exemplo, eu tenho que produzir essa garrafa aí e o dinheiro que eu pago para que essa garrafa seja produzida não dá para comprar essa garrafa. Mas, se eu pegar o dinheiro, pegar os mesmos operários e pagá-los para fazer uma máquina que fabrique essa garrafa, enquanto essa máquina está sendo produzida, eles podem comprar a garrafa. Mas o que acontece é que quando a máquina for produzida, ela vai produzir muito mais garrafas e muito mais depressa. Então ela voltou a criar a crise. Ela voltou a criar a equação da crise.

SRM *Como, então, o senhor compara essa perspectiva de explicação da crise keynesiana com um postulado da teoria marxista que vê toda a crise do capitalismo como uma crise de tendência decrescente da taxa de lucro?*

Não é uma queda, não é uma tendência decrescente da taxa de lucro, não. A formulação não é bem essa. A formulação é a tendência para a queda da produtividade marginal do capital.

SRM *Qual é a teoria do valor que embasa Keynes e Marx, qual a diferença essencial entre elas?*

O Keynes não tem uma teoria de valor. Para ele, o valor é o preço de

mercado e não se discute mais o assunto. É essa a posição do Keynes. O preço obtido no mercado é o valor. O Marx adota a teoria de valor do Adam Smith e do Ricardo, ou seja: que é a quantidade de trabalho embutida no produto, utilizada para um produto, que representa o valor. Quem tentou destruir essa teoria foi a famosa Escola Austríaca, com o Böhm-Bawerk,[4] Ludwig von Mises.[5] Eles tentaram mostrar que o valor de um produto é relativo à combinação da sua atividade com a sua escassez relativa.

SRM *Em sua opinião, então, o postulado da eficiência marginal do capital ainda preside a lógica capitalista hoje?*

A eficiência marginal do capital é usada nos Estados Unidos, mas para outros objetivos. São objetivos macroeconômicos e não microeconômicos; nós estamos discutindo problemas microeconômicos. Aliás, a queda da eficiência marginal do capital é paralela à queda da eficiência marginal de todos os fatores, inclusive o próprio trabalho e a terra.

MHC *Embaixador, já que nós tocamos em diferença entre Marx e Keynes, eu gostaria de perguntar ao senhor qual é a sua opinião hoje sobre o estudo do Marx a respeito do sistema capitalista?*

É brilhante. É brilhante e válido, e válido até agora. É por isso que às vezes é difícil entender a Rússia. É que nós não entendemos que eles acreditem e acompanhem o esquema marxista muito de perto e, historicamente, o sistema marxista funcionou contra eles em todos os pontos. Quer dizer: os países ocidentais entraram em crise, em desemprego, concentraram a massa desempregada em forças armadas e criaram emprego produzindo armamentos e morte. Porque o negócio consiste em não apenas tirar o homem do mercado de trabalho, botando para produzir armamentos, mas também matando ele. E

[4] N.E. – Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914).
[5] N.E. – Ludwig von Mises (1881-1973).

quando ele morre, quando morrem milhões de pessoas, o desemprego diminui muito...

MHC *Então, nesse caso, o senhor poderia dizer que concorda com o postulado de Marx, quando ele diz que a contradição básica do sistema capitalista é a contradição capital/trabalho?*

É. Concordo inteiramente.

MHC *Isso para o senhor continua válido, então?*

Completamente válido.

MHC *Então, a contradição básica está na esfera da produção e não na esfera da circulação?*

Exato.

MHC *Embaixador, qual é o papel do Estado na economia capitalista moderna, por exemplo, definido a partir do Keynes? Existe um novo papel do Estado em matéria de economia a partir do Keynes?*

A partir do Keynes existe um Banco Central. O Banco Central tem meios de compensar as *liquidities* do sistema, se necessário, criando inflação, inclusive. Basta imprimir dinheiro e soltar. Não precisa mais nada.

SRM *Quer dizer que o Estado então passa ser um fator de equilíbrio dentro do próprio capitalismo?*

É.

SRM *Quando, dentro do pensamento econômico liberal, esse Estado estaria fora do processo? Seria o mercado?*

É, o Estado produz dinheiro no sistema liberal microeconômico anterior, todas as vezes que o sistema produz uma transação. Quer dizer: eu peço pra você me vender essa máquina; aí, eu lhe dou [*uma nota promissória*] pelo valor dela. Você pega essa [*promissória*], leva ao banco, que a redesconta e lhe dá o dinheiro correspondente, ou seja, criou dinheiro. O sistema cria o dinheiro necessário para as transações que estão em andamento. Aí, o que o Estado faz é o seguinte: se está havendo uma tendência para a inflação, ele reduz o redesconto, aumenta a taxa de redesconto, de maneira que deixa de ser negócio redescontar. Se eu precisar, de repente, do dinheiro, ou você precisar do dinheiro, você não pode redescontar no *overnight*. Em outras palavras: quem produz o dinheiro são as transações que se realizam, são as produções e transações. Depois de Keynes, ficou claro que o papel do Banco Central é olhar como estão andando as coisas: está faltando liquidez no sistema ou está sobrando liquidez? Está com tendência para os preços subirem? Se está, você reduz a criação automática de dinheiro que o sistema oferece, ou seja, aumenta as reservas obrigatórias dos bancos e pronto. Imediatamente some o dinheiro do mercado. Está claro, está respondido?

SRM *Depois disso tudo que a gente estava discutindo sobre o Keynes, o que vem a ser o 'welfare state'?*

O Keynes não tem nada a ver com o *welfare state*. São outros economistas ingleses que, pela influência do Partido Socialista inglês, conseguiram obter de um certo número de economistas uma conceituação de um Estado, um *welfare state*, para ver se conseguiam impor isso ao Parlamento inglês. É preciso não confundir o *welfare state* com atividade de socorro durante uma depressão, não tem nada a ver com o conceito de *welfare state*. Pseudoempregos inventados, aquele negócio de varrer folha contra o vento, abrir buraco durante o dia e tapar de noite. Aquilo tudo não é o *welfare state*. Isso é keynesianismo puro.

SRM *O senhor, então, atribui uma influência importante do pensa-*

mento do Keynes, por exemplo, na CEPAL? Existe essa penetração das idéias keynesianas?

Existe, mas espuriamente. O que aconteceu foi o seguinte: não havia um único documento sobre o desenvolvimento econômico dos países do Terceiro Mundo. Não havia um único documento sobre o assunto que merecesse crédito, que merecesse confiança, aceitação. Então, não foi impossível, não foi difícil adaptar as ideias keynesianas às ideias de desenvolvimento econômico, já que você podia pegar um país que estava parado e, de repente, fazê-lo voltar a produzir.

SRM *Valorizando inclusive o papel do Estado?*

Valorizando, não – exclusivamente através do papel do Estado. O Estado faria isso. Daí as fúrias do Gudin e outros, que viam em Keynes a emissão de papel-moeda.

5. BRETTON WOODS

ENTREVISTA • 18 MAIO 1987

SRM *Embaixador, a criação dos organismos financeiros internacionais, a partir de Bretton Woods, servia a que interesses?*

Serviu, evidentemente, ao interesse dos países desenvolvidos. O objetivo principal é o da Carta do Atlântico, ou seja, garantir para os países desenvolvidos o fluxo de matérias-primas que eles precisavam ou pensavam que precisavam. Por excelência, minério de ferro e produtos agrícolas. É só a gente olhar o acordo assinado entre o Hitler e o Stálin para a gente ver o que era. Eram minérios e cereais e produtos agrícolas em geral, inclusive borracha, que a Rússia ia buscar lá no sudeste asiático. No dia em que a Alemanha invadiu a Rússia, a travessia do Vístula teve que esperar um pouquinho, porque vinha passando um trem cargueiro russo trazendo todas as matérias-primas que a Rússia entregava à Alemanha para a guerra. O Molotov, quando recebeu do embaixador alemão a informação que a Alemanha estava em guerra com a Rússia, perguntou: – "Mas nós merecemos isso? Nós não cumprimos tudo que combinamos?" O embaixador respondeu: – "De fato. Vocês cumpriram tudo que combinaram, mas, chegou a hora de a gente resolver o nosso lugar no mundo." A Alemanha e a Rússia realmente não cabiam na Europa juntas. A Rússia sempre foi protetora dos países balcânicos e a Alemanha sempre foi ocupadora e mentora, também, desses países. Em primeiro lugar, a Áustria e, depois, a Alemanha. Num certo sentido, também, a Inglaterra sempre fez tudo para influenciar os países balcânicos. E, se incluirmos a Turquia entre eles – o que é necessário, pois a Turquia é balcânica –, temos as tentativas inglesas de impedir os russos de passar nos estreitos, não é? Ela sempre conseguiu a proibição turca da passagem das esquadras russas nos estreitos, ali em torno de Constantinopla. De certa forma, é o problema da Guerra de Troia. Troia era uma espécie de Turquia que impedia os gregos de passarem para o Mar

Negro; ou impedia os citas de saírem do Mar Negro para o Mediterrâneo. Os citas e os persas em geral.

MHC *Mas, basicamente, quais eram os objetivos programáticos, por exemplo, do BIRD e do FMI, e o que eles se tornaram, na realidade, ao longo da década de 50 e 60?*

Eles tentaram ser uma espécie de maestro da finança internacional, porque, com o *crack* da Bolsa de Nova York – a grande crise dos 30 – todos os países tentaram empurrar para os seus parceiros comerciais o ônus do reequilíbrio econômico mundial – a famosa *beggar-thy-neighbor policy*. Então, um dos objetivos era rever as finanças internacionais para impedir o acontecimento de alguma coisa de parecido. Mas, a principal causa, a gente encontra na Carta do Atlântico. Na Carta do Atlântico, praticamente não se fala nessa regência financeira. Fala-se, sim, na necessidade de impedir que os países se sintam forçados à agressão pela falta de meios de vida próprios, de meios de progresso. Progresso, no caso, era fundamentalmente construção de armamento. A Alemanha, por exemplo, não tinha minério de ferro. Como é que ela podia construir aqueles enormes exércitos blindados e uma marinha que pudesse equilibrar a marinha inglesa, sem minério de ferro? A Inglaterra tinha todo o minério de ferro que precisava dentro do seu próprio território. A Alemanha ia buscar o minério de ferro na Suécia. A coitada da Escandinávia, dessa vez, caiu na guerra porque a Alemanha precisava daquele minério sueco que saía de Berger, no Círculo Ártico. E os ingleses, para impedir, resolveram semear minas ao longo das costas da Noruega, por onde descia o minério para a Alemanha. Então, a Alemanha, para impedir a atuação inglesa, atacou a Noruega e ocupou toda a área correspondente. Incidentalmente, os franceses e ingleses já tinham a expedição preparada para fazer a mesma coisa: atacar e tomar a Noruega. E o pretexto era ajudar a Finlândia, que estava lutando contra a Rússia. Por uma espécie de mascarada qualquer, a Rússia conseguiu dar ao mundo a impressão de que estava apanhando da Finlândia. E todo mundo descartou a Rússia como potência, inclusive a própria Alema-

nha. O Hitler dizia aos seus generais: "Se nós dermos um pontapé na porta da frente da Rússia, *the whole rotten building will fall*". E infelizmente, ou felizmente, descobriram que não era verdade. Nada desmoronou. Pelo contrário, a Rússia teve uma concentração tremenda de força durante a guerra e deu uma surra fenomenal na Alemanha. As grandes batalhas da guerra foram vencidas pela Rússia. Enquanto a batalha de El-Alamein se travava e era anunciada ao mundo como uma grande vitória aliada, os russos estavam travando a batalha de Kursk, na qual eles destruíram a totalidade da força blindada alemã. E mataram alguns milhões de homens. Na outra, em El-Alamein, era uma divisão alemã – uma divisão leve alemã – e algumas divisões italianas. Em Kursk havia cento e muitas divisões alemãs e três mil tanques. Em El-Alamein havia três tanques alemães e havia alguns semoventes italianos, que eram umas porcarias. Eles nem chamavam de tanques – eram semoventes. Não vamos, com isso, diminuir a glória do Montgomery, que era, incidentalmente, um péssimo general. Com a superioridade numérica de dez para um, os americanos chamavam o Montgomery de *ten to one Mont*, porque ele só investia quando tinha uma vantagem de dez a um: *ten to one Mont*... Mas, enfim, era para fabricar essa parafernália guerreira toda, que os países precisavam de mais matéria-prima. Sem ela, eles não eram grandes potências. Os Estados Unidos da América, com a enorme reserva de ferro que tinham, de capacitação agrícola que tinham... Incidentalmente, nós estávamos esperando que os americanos acabassem de consumir o [*seu*] minério de ferro, guardando o nosso minério de Itabira. Os americanos só tinham, no fim da guerra, um resto de minério de ferro com quarenta por cento de ferro. Enquanto o nosso – itabirito – era setenta por cento de ferro. Aí, os americanos encontraram um jeito de pulverizar o minério e pelotizar, e acabaram fazendo com que os seus fornos só pudessem usar minério pelotizado. Então, nós, com o nosso itabirito guardado, tivemos que pelotizar um minério de alta qualidade, porque senão os americanos não compravam mais. Perdemos uma boa parte do nosso mercado de minério de ferro. E nós guardamos durante tantos anos, para esperar o dia do monopólio! Que não chegou nunca. Tivemos, inclusive, que arranjar

capital americano para pelotizar. Aí é que o irmão do Foster Dulles andou aqui fazendo umas propostas à [*M.A.*] Hanna Company para pelotizar o minério de Itabira e exportar para os Estados Unidos, através de uma estrada de ferro que seria feita até o porto do Rio de Janeiro. O Dulles fez essa proposta, inclusive pediu para a Consultec preparar o projeto. A Consultec preparou o projeto e apresentou, em nome da Hanna, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Mas o problema era muito complexo. Quer dizer: nós tínhamos um minério da melhor categoria, que nós íamos usar como se fosse uma porcaria.

SRM *Embaixador, nós sabemos que a partir da Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz (Conferência de Chapultepec, 1945) ficam claros os interesses norte-americanos, principalmente no que tange a eliminar os obstáculos cambiais e encorajar a exportação de recursos de capitais para a América Latina. Qual foi a repercussão desse posicionamento na época?*

A América Latina queria, de todas as maneiras, receber os recursos financeiros americanos. Foi uma enorme decepção quando o Truman trocou o recurso financeiro por um programa de assistência técnica. Diziam que os recursos financeiros, mesmo americanos, eram finitos. Mas tecnologia, quanto mais você usa, mais tem. Porque a tecnologia é autogerada no processo de utilização. Então, o famoso Ponto 4 – "programa de assistência técnica" – surge porque os americanos, no fundo, não queriam [*investir*] tantos recursos assim. E, porque nós queríamos mesmo era capital governamental e não capital privado. Os americanos reservaram a América Latina para o capital privado.

SRM *Eu poderia dizer que a CEPAL foi uma reação a esse tipo de exigência?*

A CEPAL tinha consciência de que, politicamente, ela não tinha força para enfrentar isso. A contribuição da CEPAL foi de outra natureza – foi muito mais uma contribuição analítica, tentando mostrar que o

esquema de atrelar as economias latino-americanas ao mercado internacional era um esquema que aumentaria o Produto Nacional Bruto, mas que não garantia a divisão equitativa do mesmo entre os produtores. Isso a CEPAL fez muito bem.

SRM *Eu posso chamar essa postura norte-americana, que se inicia a partir de* [*19*]*45 com relação à América Latina de um neoliberalismo?*

Neoliberalismo, sim. A atitude era essa. Eles queriam trazer para a América Latina empresários americanos e treinar empresários brasileiros pelo modelo deles. Diga-se de passagem que o Brasil, entre outros países, estava mais do que preparado e satisfeito com essa postura. E que nós queríamos também a entrada de capital americano. Mesmo com todos os riscos de controle da economia brasileira, nós queríamos. Mesmo depois que ficou claro que esse capital seria privado.

SRM *O senhor acha que a queda do Vargas – exatamente nesse ponto que o senhor está tocando, em* [*19*]*45 – fez aumentar a expectativa brasileira da ajuda americana?*

A expectativa brasileira da ajuda americana atingiu o máximo com o Kubitscheck. O Kubitscheck herdou todos os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. E foi logo depois da morte do Vargas, com a entrada do Kubitschek e com o ministro Lafer, da Fazenda. Foi o Lafer que eu vi brigando com o embaixador americano, dizendo: – "Vocês têm ou não têm o compromisso de botar o capital aqui? Têm ou não têm o compromisso? Eu entendo que o compromisso é de financiar todos esses projetos". E o embaixador americano não concordava. Então o Lafer dizia para ele: – "Sim ou não? Diz sim ou não: não temos. Diz assim: 'Não temos', ou diz: 'Temos'." E ele não respondia. [*O Lafer*] foi o camarada que eu vi enfrentar um americano com mais valentia nesse nível no Brasil. Mas, [*foi*] na reunião de Bogotá, na qual nós preparamos [*o Convênio*

Econômico de Bogotá, 1948] [*que*] se começou a ter a ideia de fazer um Conselho Econômico e Social na Organização dos Estados Americanos.

MHC *Que seria um órgão, por exemplo, que açambarcaria a CEPAL.*

Que seria o órgão que substituiria os órgãos da ONU na assistência técnico-analítica, financeira e material aos países latino-americanos.

MHC *Mas, na segunda carta, os objetivos ficam mais explicitados?*

Na segunda carta, quem foi para Bogotá foi o Augusto Frederico Schmidt, o Campos, o João Batista Pinheiro, eu e, do lado americano, o secretário do Tesouro, o Dillon.

MHC *Isso já faz parte da Operação Pan-Americana? Já estava na montagem da operação Pan-Americana?*

Foi isso o apresentado em Punta del Leste, foi essa "cartazinha" de Bogotá. E que o nosso Brizola foi lá para desmanchar. Apareceu com vinte automóveis para esvaziar a conferência, para levar tudo de volta para as suas terras.

MHC *E o que dizia essa carta? Em termos de posicionamento, ela se colocava como?*

Essa carta, em primeiro lugar, não tratava mais de desenvolvimento econômico. Tratava de desenvolvimento social. Mudava completamente a ênfase do desenvolvimento, do econômico para o social. E foi aí que surgiram, inclusive, as ideias de Banco de Habitação e tudo o mais. Banco de Habitação é um subproduto dessa cartilha de Bogotá. Em outras palavras, chegaram à conclusão de que o *pingotejamento*[6] não funcionava. Foi a primeira vez que o *pingotejamento* foi realmente criticado, que o desenvolvimento econômico não permeava,

[6] N.E. – Termo utilizado em entrevista anterior. Ver página 75.

não *pingotejava* para o lado social. E era preciso ter um planejamento que fosse simultaneamente econômico e social. Essa carta é muito pouco conhecida. E merece ser examinada. Incidentalmente, ela foi redigida de noite, no quarto do Dillon, pelo Campos, pelo Pinheiro, por mim, [*e*] por alguns americanos. O Schmidt, quando soube o que aconteceu, ficou [*irritado*]. Ele achou que aquilo era uma traição contra ele, que nós o tínhamos traído. O Celso Souza e Silva e outros, que estavam com ele, também estavam danados da vida. Quase que saiu pancadaria entre nós, na delegação brasileira.

MHC *O Schmidt leu como um alinhamento de vocês aos americanos?*

Ele entendeu que nós tínhamos nos rendido.

SRM *E no nível da conferência, qual foi a repercussão da carta?*

A carta foi muito pouco divulgada. Inclusive, não houve interesse em divulgá-la muito, não. O Schmidt não queria divulgá-la de maneira nenhuma. E como ele era o assessor principal e emocional do Juscelino, essa carta ficou escondida. O Brizola estava lá, mas estava alucinado. Nós dizíamos para o Brizola: – "Você está doido. Não vai fazer uma coisa dessas aqui." E ele dizia para nós: – "Vocês estão doidos. Não vão dar isso para o Juscelino assinar, não. Eu não admito."

MHC *Pedia-se investimentos privados ou estatais americanos na área social? A carta propunha isso?*

Não. A carta propunha que os países latino-americanos fizessem um projeto de desenvolvimento social e econômico. E que esse projeto fosse aberto a investimentos internacionais que pudessem complementar a poupança nacional, insuficiente para levá-los avante com o rigor necessário.

MHC *Empréstimo de governo a governo, no caso?*

Haveria empréstimos de governo, mas a maior parte seria privada.

MHC *Mas talvez tenha sido por isso que o Augusto Frederico Schmidt, inclusive, não tenha gostado da ideia. Me parece, talvez, que fosse mais interessante no âmbito da Operação Pan-Americana o empréstimo de governo a governo, não?*

Era. A Operação Pan-Americana, como foi concebida inicialmente, a estrutura do raciocínio econômico, afinal de contas, foi minha e era de governo a governo.

6. UNRRA (ADMINISTRAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E REABILITAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS)

ENTREVISTA • 14 MAIO 1987

MHC *Embaixador, o Brasil chegou a dar dinheiro para UNRRA?*

Deu. O Brasil, idiotamente, deu várias dezenas de milhões de dólares. Se não me engano – a minha memória para cifras está muito difícil – eu creio que nós demos trinta e cinco milhões de dólares.

MHC *Só para efeito de registro, porque nós estamos fazendo um depoimento. O que era, especificamente, a UNRRA?*

United Nations Relief and Rehabilitation Agency. Era um organismo internacional, para o qual muitos países contribuíram para [*a reconstrução e socorro às*] áreas devastadas pela guerra.

MHC *Muito embora o senhor não lembre o montante, o senhor acha que a cifra de dinheiro dada pelo Brasil para UNRRA foi significativa?*

Foi altamente significativa.

MHC *Como o senhor analisa isso?*

Bom, o Brasil era muito inconsciente da sua própria pobreza e do seu próprio subdesenvolvimento. Haja vista que, quando o Brasil foi consultado para dizer o que queria de reparações de guerra, declarou que não tinha entrado em guerra para obter reparações. E não quis nenhuma reparação. Embora, na I Guerra, nós tenhamos aceitado reparações e tenhamos sofrido infinitamente menos, não é ? Todo o Lloyd Brasileiro se formou com reparações de navios, velhos navios alemães dados em reparação. Nessa última guerra, em que nós perdemos tantos navios, a gente podia ter obtido alguma reparação. Mas,

é aquele negócio de ser *gentleman*, de ser cavalheiro: não, o Brasil não quer reparações. Em vez da reparação, nós demos trinta e cinco milhões de dólares para reparar os outros.

7. MISSÃO ABBINK

ENTREVISTA • 18 MAIO 1987

SRM *Qual foi o significado da Missão Abbink?*

Abbink não teve nenhum significado. Ela não teve consequências. A Missão Abbink foi um convite para um grupo de empresários americanos virem ao Brasil ver o que eles podiam tirar daqui, o que eles podiam fazer conosco para tirar vantagem. A Missão Abbink, inclusive, sugeriu o primeiro programa de corredores de exportação. Desenvolver o Brasil através de corredores de exportação.

ENTREVISTA • 21 MAIO 1987

SRM *Mudou a política americana ou foi a nossa política externa que se tornou mais combativa, mais eficaz?*

Foi a nossa política que se tornou mais eficaz, muito mais.

SRM *E qual era o instrumento de pressão para a combatividade da nossa política externa?*

Eu creio que foi o profundo descontentamento do relatório da Missão Abbink. Ele provocou um profundo descontentamento no Brasil. O empresariado brasileiro viu aquilo, com aqueles famosos corredores de exportação, como uma forma exploratória. Como, depois, quiseram ver o projeto da Hanna. Esse projeto da Hanna era uma estrada de ferro de Itabira ao porto do Rio de Janeiro ou a um porto da área para a exportação de minérios. E foi violentamente combatido, inclusive como "entreguismo". Chegaram a dizer que foi a Consultec que quis entregar o minério brasileiro.

8. CEPAL

ENTREVISTA • 15 SET. 1986

[*Em 1949, reúne-se em Havana a II sessão da CEPAL. Miguel Ozorio narra que a delegação brasileira obtivera uma cópia das instruções norte-americanas.*]

Eram as instruções americanas para a delegação americana em Havana. Então, dizia o seguinte: que o problema da América Latina, o problema do mundo era que países, às vezes ainda muito primitivos, adquiriam muita força com a industrialização, como tinha acontecido com a Alemanha e Japão, recentemente, e Rússia, naturalmente. E que isso era um perigo; que a política americana era impedir que essas coisas se repetissem. Então, que eles seriam contra a industrialização e que a América Latina tinha uma vocação imitativa, que o grande problema era nunca deixar a América Latina tomar iniciativas. Era dar, sempre, uma ideia qualquer, apresentar sempre um projeto logo de saída, porque os latino-americanos logo adeririam todos ao projeto. E que era essa a política a ser seguida: esperar a adesão latina a projetos bem estruturados, contra os interesses dos latinos. Nós saímos com o envelope, levando para a delegação e lá copiamos o negócio todo. Estela Rui Barbosa Batista Pereira foi uma das datilógrafas que nós usamos. Alice Franciscone de Faria foi a outra. Mas, pegamos aquele negócio todo e subdividimos tudo em detalhes. Porque o negócio descia a detalhes, por exemplo: se, em Havana, os latino-americanos apresentarem um projeto assim, assim; assim, assado, os Estados Unidos devem imediatamente apresentar uma contraproposta, ao longo das seguintes linhas. Então, nós testamos todas as instruções, para ver se estava certo ou não. Mas, nós testamos as instruções inteiramente. Nós testamos todas as instruções em Havana [*1949*]. Aí veio a sessão seguinte da CEPAL, no México [*1951*]. Os americanos tinham preparado tudo para acabar com a CEPAL. Porque o primeiro-secretário executivo da CEPAL foi o Gustavo Martinez Cabañas, um mexicano que contratou o Raúl

Prebisch como economista principal e o Prebisch fez um trabalho original, daqueles que os americanos não admitiam – um original muito bom. E que entusiasmou muito a todo o latino-americano, todo mundo começou a apoiar. E nós também apoiamos, com o máximo de entusiasmo possível, quando os americanos já tinham organizado no México a liquidação da CEPAL. E a liquidação ia ser feita por intermédio, inclusive, dos mexicanos. O Antonio Carrillo Flores já tinha resolvido apresentar uma resolução liquidando a CEPAL. Os americanos iam apresentar e ele ia apoiar, imediatamente.

MHC *O México levaria o trem, não é?*

E o México levava o trem, como *host country*. Aí, eu vi que o negócio estava perdido, mesmo. Nosso embaixador, coitado, era um homem muito inteligente, mas por fora da safadeza diplomática.[7] Bom, o negócio estava nesse pé. O presidente eleito da sessão era o delegado Philippe de Seynes, que, entre outras coisas, era meu colega de faculdade em Nova York, na Faculdade de Economia da New York University. Nós éramos muito íntimos. O De Seynes estava lá na ponta, presidindo, como delegado da França. Aí, eu fiz o seguinte: em desespero de causa, porque eu vi que iam abolir mesmo a CEPAL e já tinham liquidado as comissões funcionais, de acordo com as sugestões do Owen no primeiro dia. Então, não sobrava nada: nem funcional, nem regional, nem nada de original. Nada que pudesse ser original e próprio, com todo aquele valor do Prebisch ali. O Prebisch realmente saiu-se muito bem nessa primeira fase. Então, eu fiz o seguinte: como quem [*influenciava*] nossa embaixada era o Otávio Paranaguá, do Fundo Monetário Internacional, eu fui ao telégrafo mexicano, redigi um telegrama – assinado Getúlio Vargas, Presidente da República – para a nossa embaixada, dando instruções a não apoiar a liquidação da CEPAL; apoiar a continuação da CEPAL. E mandei para a embaixada. A embaixada recebeu o negócio e, [*de alguma forma*], não percebeu que o telegrama tinha sido passado do próprio México.

[7] N.E. – Embaixador Antônio Camillo de Oliveira.

Não tinha jeito de perceber, mesmo, não tinha indicação do local da emissão. A essa altura, eu já estava rediscutindo o assunto com o Celso Furtado, que estava no mesmo hotel que eu. O Celso era de opinião que liquidariam a CEPAL de uma vez por todas. Eu digo: – "Não, vamos fazer alguma coisa; então, vou fazer isso." – "Você acha que dá?" Eu digo: – "Bom, depois eu ligo para o Rômulo Almeida e para o Cleanto Leite, e dito o telegrama para eles, para o Getúlio mandar, de verdade. Não pode é esperar. Não pode é esperar que ele mande o telegrama, porque eles liquidam a CEPAL aqui. Quando chegar aqui, já está morta". Então, assim fiz. Peguei o telegrama, levei para o embaixador e ele disse: – "O que você acha que isso é?" – "Eu acho que o Getúlio está safado da vida com esse negócio de acabar com a CEPAL. O senhor toma cuidado." Ele disse: – "É mesmo, é mesmo. O que você vai fazer?" Eu digo: "Vou levar para o De Seynes, que o presidente tem de saber o conteúdo." Cheguei lá e disse: "*De Seynes, j'ai ici quelque chose pour vous*." O De Seynes, como bom francês, lia português correntemente e falava espanhol também. Ele leu o negócio e disse: *Qu'est-ce que je fais avec ça? Je crois que je voudrais le lire pour la comission*. Aí, ele disse: *Je vais prendre quelque minute pour donner une information très important. J'ai reçu ici un telegramme du Président du Brésil.* Foi um congelamento geral. Todos aqueles que já estavam apoiando o Carrillo Flores deram para trás. Aí, eu passei o resto da tarde e a noite toda tentando telefonar para o Palácio do Catete para pegar o Cleanto e o Rômulo Almeida.

MHC *Que, nessas alturas, faziam parte da assessoria econômica do Vargas.*

É, da qual eu tinha participado, também. Mas, o diabo é que o telefone do México, para chegar ao Brasil, passava por Nova York. Foi o diabo para conseguir a conexão! Acabei conseguindo. Cleanto estava aqui, mesmo, no outro dia, me dizendo: "Olha, eu não entendi nada. Eu fui tomando nota, aos poucos e mandei o que saiu". De fato, no dia seguinte, chega, de repente, na embaixada, um telegrama

do Getúlio contra a extinção da CEPAL.[8] Aí o embaixador diz: – "O que você acha? Quer dizer, dois telegramas em vez de um..." Eu digo: – "Eu acho que o presidente está safado da vida. É melhor o senhor tomar cuidado." "Eu devo ir lá, levar pessoalmente o telegrama ao De Seynes". Lá saiu ele, com o telegrama na mão, entregou ao De Seynes, que tornou a ler: *Le président du Brésil répète*... Aí, tínhamos salvado um bicho que já estava praticamente dentro da máquina de salsicha...

MHC *A CEPAL ia ser realmente extinguida, ou a proposta era que ela passasse a ser um órgão ou uma entidade dentro da OEA?*

Era esse o mecanismo de extinção: ia-se terminar, liquidar, [*por*]que já havia o Conselho Interamericano Econômico e Social. A CEPAL não ia ser o Conselho Interamericano Econômico e Social. Ela ia ser extinta em benefício do Conselho Interamericano Econômico e Social. E muito cá entre nós, rimava com Lacerda. Era muito fraco como teoria econômica. O telegrama verdadeiro do Getúlio, eu tive uma taquicardia paroxística. Quem me salvou foram o Celso e o Prebisch. Eles me encontraram com as cores nacionais, lá no pátio do hotel: verde e amarela. O coração disparou até quinhentas batidas por minuto. Aí, eles chamaram um médico, que eles mesmos pagaram, e o médico chegou lá e me deu uma injeção e eu acalmei. Aí, tínhamos garantido o que queríamos. Mas, a estória tem aquilo que você dizia: o objetivo realmente era salvar o desenvolvimento independente da América Latina. Agora, nós tínhamos a razão para saber que era isso exatamente que eles queriam eliminar – esse desenvolvimento independente; que o objetivo era tornar a América Latina subsidiária. Em vez de trilhos de ferro e de aço para integrar o país, nós teríamos trens aéreos para levar os nossos produtos para os países guerreiros que precisavam deles. As comissões funcionais foram abolidas, também. O delegado americano era muito amigo meu e conhecido meu, era aquele Bohan que foi da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

[8] N.E. – Segundo testemunho de Alberto Venâncio Filho, Cleanto de Paiva Leite lhe narrou este episódio, corroborando o depoimento de Miguel Ozorio.

aqui, aquela que deu lugar ao Plano de Metas. Erwin Bohan. Além de fazê-lo apoiar a continuação da CEPAL, eu exigi que ele fizesse um delegado ler em Lake Success um discurso que eu preparei, apoiando a comissão funcional – a Comissão de Economia e Emprego. Salvamos a CEPAL e ainda ficamos com a comissão. E o cabra foi lá e leu, mesmo.

ENTREVISTA • 22 SET. 1986

MHC *É nessa época que o senhor passa a ter um convívio mais íntimo e mais assim, vamos dizer, cotidiano com o ministro Celso Furtado?*

Eu comecei a ter contato com o Celso na época da formação da CEPAL. Foi naquela primeira sessão em Havana, quando nós pegamos as instruções americanas.

MHC *Embaixador, até então, no caminho do seu pensamento, enquanto inclusive um estudioso de economia, já havia passado pelo seu pensamento o diagnóstico que a CEPAL faria sobre a personalidade econômica dos países subdesenvolvidos na América Latina?*

Bom, o que havia era o seguinte: eu estava estudando economia e em nenhuma das boas universidades americanas havia a cadeira de Desenvolvimento Econômico. Não havia um livro sobre desenvolvimento econômico no mundo. O primeiro apareceu anos depois, do Arthur Burns, aquele *criollo* ali da Jamaica, e que não é um grande livro. Mas não havia um texto de desenvolvimento econômico. Quando a ONU começou a se preocupar com o desenvolvimento econômico, ela não sabia o que fazer. As primeiras tentativas foram adaptações de política fiscal anticíclica, antirrecessão – eram uns empréstimos de Keynes, que não davam lá muito certo, não. Então, ninguém sabia nada. Eles sabiam que o desenvolvimento não vinha sozinho. Porque, até aí, havia ainda aquela presunção de que nós, raças tropicais e

com sangue misturado, não tínhamos condições de desenvolvimento, que era alguma coisa inerente à qualidade do indivíduo.

MHC *Ligada aos próprios fatores climáticos, não era?*

Climáticos e raciais. E então, a consequência é o seguinte: se desenvolvimento pudesse haver, ele viria com o fator tempo. Tinha era que dar tempo. E, durante esse tempo, você teria que fazer um certo número de coisas. E aí, feitas essas coisas, então haveria o desenvolvimento. Infelizmente, como essas coisas eram tomadas do Keynes, elas eram exatamente as contrárias daquelas que deviam ser feitas. Os primeiros conselhos para desenvolvimento eram negativos. Olha, para mostrar até que ponto o Brasil era ignorante, vamos pensar no seguinte: durante a gestão Souza Costa,[9] o Brasil, para diminuir a inflação, imprimia papel-moeda para comprar ouro. Imprimia papel-moeda para comprar ouro! Quer dizer: aumentava o meio circulante para entupir os cofres do Banco do Brasil de um metal que não aparecia depois, que não tinha significação em termos de desenvolvimento. Eu lembro o fato de que, até hoje, o próprio Gudin só cita, mesmo, Adam Smith. E que Adam Smith não toca no problema de desenvolvimento econômico. O livro dele é *An Inquiry into* [*the*] *Wealth of Nations*. E não tem uma frase sobre como desenvolver, como processar esse negócio. A única frase era não se meter: *laissez-faire, laissez-passer*. E o negócio acontece sozinho. Na ONU, nós chegamos à conclusão [*de*] que, sozinho, não acontecia. Que era impossível. Tentamos fazer uma demonstração, que foi do Prebistch, de que "sozinho não vai; de que há, na estrutura internacional, alguma coisa de perverso".

MHC *Como o tipo do desenvolvimento desigual e combinado* [*de*] *que o Lênin fala?*

Era a desproporção estrutural entre os países e as populações. Quer

[9] N.E. – Artur de Souza Costa (1893-1957) foi ministro da Fazenda de 1934 a 1945.

dizer, a demanda para os produtos primários, que são os produtos do país subdesenvolvido, não podia crescer porque os países que teriam essa demanda não tinham população suficiente para consumir o que seria necessário. Havia uma discrepância de demandas e ofertas. E o país subdesenvolvido, querendo se desenvolver em termos do Adam Smith, por exemplo, para quem o valor era o somatório do trabalho contido nos produtos. O país que produzisse muito – o Brasil, se produzisse muito café – gastaria muito trabalho e ficaria muito mais pobre. Era o contrário, exatamente. Então, isso, a gente pode discutir de uma outra vez, com mais cuidado, porque eu acho que sem desenho, sem papel, sem quadro-negro, é muito difícil de acompanhar o mecanismo.

MHC *Sim. Mas, para o senhor, não entra a tese, por exemplo, do desenvolvimento desigual e combinado, defendido pelos marxistas como Luxemburgo e Lênin?*

Não, o que aconteceu é que a CEPAL aceitou claramente, desde [*a*] saída – não que o Prebistch fosse comunista, que ele nunca foi socialista – o Adam Smith *at face value*; se é o trabalho que cria a riqueza, então por que trabalho não tem riqueza?

MHC *Quer dizer, argumentou-se com o Adam Smith de dentro do Adam Smith?*

É. Aí veio, então, a Escola Austríaca, na qual o Prebistch é muito bom. Com von Mises, com o Böhm-Bawerk e os outros, tentaram demonstrar que o valor do produto é em função da sua escassez relativa. Então, *the wealth of nations* depende da demanda que seus produtos têm no mercado internacional. Isso muda completamente a configuração do problema. O Keynes sai pela janela, uma vez olhado o negócio em termos austríacos, da economia austríaca.

MHC *Esses pensadores tiveram grande influência no senhor, não é? Porque um documento que eu estive lendo, que o senhor escre-*

veu e está aqui comigo, é sobre exatamente qual seria o papel de grupo de trabalho da UNIDO [*Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial*]. *O senhor discute exatamente que a questão do desenvolvimento deveria passar por um estudo aprofundado da industrialização, enquanto via de desenvolvimento, sim. Mas também um estudo macro de quais os setores industriais a serem dinamizados, levando em consideração as especificidades de cada país. Quer dizer, não acoplando modelos. Parece-me que essas suas afirmações estão bem calcadas nisso que o senhor está falando.*

E fechando as tesouras, como dizia Marx.

MHC *E sobre a questão da tecnologia? A CEPAL, durante muito tempo e no seu auge – inclusive no auge do Plano de Metas do Celso Furtado – defendia a importação de tecnologia. Como é que o senhor se situa perante esta questão da tecnologia?*

Olha, não vale a pena descobrir a pólvora e a bússola duas vezes, se elas estão disponíveis. Isso é o primeiro ponto. O segundo ponto: tecnologia não é importável, não se pode importar tecnologia. A gente tem que definir tecnologia com muito cuidado. Tecnologia é a aplicação de conhecimento científico e método científico ao processo de produção, a fim de maximizar os objetivos do empresário, que é o lucro. Se o objetivo do empresário é o lucro, como é que você vai maximizar o lucro do empresário do país A, usando aquilo que é o mais interessante no país B? Se as abundâncias relativas dos fatores que vão ser usados são diferentes; se o país A tem excesso de trabalho, e [o] trabalho é barato, então a melhor tecnologia é a de trabalho intensivo; se um país é rico em energia hidráulica ou de outros tipos, a melhor tecnologia é aquela que usa o fator mais abundante que, por definição econômica, é sempre o mais barato, o de menor custo. E, portanto, você está maximizando o objetivo do produtor, que é aumentar o lucro. Ora, o lucro aumenta quando abaixa o custo – aumenta a demanda quantitativa e aumenta o diferencial entre o custo e o preço obtido. E assim por diante.

MHC *Nós vamos pegar isso de novo na segunda parte. É que eu me lembrei dessa questão da tecnologia. Pareceu-me que, nesse documento, o senhor tomava uma atitude que não era – muito embora esse documento que eu li seja de* [*19*]*72 – a mais comum, em termos de defesa dessas questões. Quer dizer, eu não encontrei muito em bibliografia secundária e, mesmo dentro dos documentos da CEPAL, a questão da estruturação do setor industrial e a questão da tecnologia como o senhor coloca. Uma dúvida que eu tenho: acho que nos documentos da CEPAL, a posição da CEPAL não é bem essa que o senhor estava defendendo em* [*19*]*72, na UNIDO, é?*

Em todos os países há uma demanda recíproca entre o setor primário e o setor secundário e terciário, o industrial e o agrícola. Há uma demanda recíproca entre eles. Essa demanda é o que Marx chamava as tesouras abertas. Um tem demanda pelo outro. E o país só está em equilíbrio e se desenvolvendo quando ele fecha as tesouras – quer dizer: quando essas demandas se equivalem; quando a indústria produz exatamente o que a agricultura quer consumir, e vice-versa: tudo quanto a indústria precisa para se desenvolver é produzido pela agricultura!

MHC *E um dos caminhos para se atingir esse equilíbrio entre setor primário e setor secundário seria exatamente a racionalização, a construção desse setor industrial bem dirigido, bem planejado, de acordo com a especificidade de cada país? Não é essa a sua proposta?*

É.

MHC *Ou eu entendi mal? É essa?*

Não. Está certo, é isso mesmo. Eu queria que a ONU aproveitasse a riqueza da computação, que ela tem na mão, para justamente fazer um exame histórico e estatístico do relacionamento entre as lâminas da tesoura nos países que se desenvolveram. Como é que elas fecha-

ram? É a de cima que desce ou a de baixo que sobe? A agricultura que aumenta ou a indústria que diminui? Como é o negócio?

ENTREVISTA • 21 MAIO 1987

SRM *E qual o papel da CEPAL, numa dimensão macro-histórica? Qual o papel que a CEPAL desempenhou na formulação, se é que eu posso falar isso, de uma escola de pensamento econômico?*

A CEPAL chamou atenção para um fato que eu acho fundamental na história do pensamento econômico. Até a CEPAL, a gente acreditava que desenvolvimento econômico era função do tempo; que um país determinado, ocupando uma determinada área e tendo um governo e fronteiras determinadas, acabaria crescendo. Foi a CEPAL que chamou a atenção para o fato d[*e que*] o subdesenvolvimento não é um problema [*de*] andar devagar, de *legging*, é um problema dinâmico. Subdesenvolvimento é uma estrutura, é uma organização estrutural do sistema socioeconômico que empurra o país para trás, que dá passos para trás, que força o país a parar e a retrogredir. Eu acho que a CEPAL, com essa ideia de que o subdesenvolvimento é um processo, não um fato apenas, e que é um processo muito dinâmico, eu acho que isso foi a coisa mais importante. Porque, até aí, a coisa era esperar. O Brasil "deitado eternamente em berço esplêndido" seria uma grande potência, não precisava nem acordar, nem o despertador. Aí, então, nós entendemos que ou a gente cutucava o bicho e [*o*] fazia levantar e se mexer, ou a gente ficaria sempre, "eternamente, em berço esplêndido" num futuro que não chegava nunca.

SRM *E o senhor acha que os pressupostos ou as teorias da CEPAL são válidos até hoje?*

São mais do que válidos. São inteiramente válidos. O que nós estamos sofrendo no momento atual, inclusive toda a crise do petróleo, pode ser explicado em termos cepalinos, ou seja: a capacidade dos mercados internacionais de absorverem os produtos primários de países

subdesenvolvidos é limitada e, quanto mais países subdesenvolvidos querem se desenvolver simultaneamente, mais saturado fica o mercado e mais incapaz de absorver e, portanto, de suprir os ingredientes do desenvolvimento. Porque, até a CEPAL, a maneira de desenvolver era exportar "porcaria primária" e, com os proventos, importar componentes tecnológicos no sentido material da palavra: importar locomotivas; importar máquinas; importar modelos, marcas; importar tratores; importar as coisas com as quais você aumenta a sua produtividade; importar bens de capital no sentido físico da palavra.

SRM *Quer dizer que o senhor acha que, num certo sentido, a CEPAL introduz no pensamento econômico – vamos dizer, latino-americano – um certo componente de racionalidade?*

Um certo componente, não. O componente de racionalidade que existe e que fez com que a América Latina, nos últimos dez anos, fosse a área subdesenvolvida de crescimento mais rápido do mundo.

SRM *Embaixador, qual era a posição da CEPAL com relação ao intervencionismo estatal?*

Contrária. Não tenha dúvida [*de*] que o ponto de vista central *prebischiano* – sendo microeconomista, também – é acreditar na capacidade do mercado de equilibrar uma economia e levá-la para diante. O que ele tem de vantagem sobre o microeconomista clássico é o sentido histórico com que ele vê as economias do mundo. E a imensa vantagem de trabalhar na ONU é que você tem lá – e o Prebisch e a CEPAL tiveram – o maior arquivo sobre detalhes econômicos do mundo, país por país, região por região. Você tem toda a informação que pode querer para raciocinar. Todos os tijolos do desenvolvimento econômico estão ali à sua disposição, com computadores para fazerem o processo analítico e te entregarem esse material já preparado para a macroanálise.

SRM *Eu fiquei com uma dúvida diante de sua resposta. Eu estou pen-*

sando no Celso Furtado, que é considerado, em termos dos economistas brasileiros, um dos maiores representantes do pensamento cepalino. E ele defende a intervenção do Estado.

A grande contribuição do Furtado na CEPAL é muito mais socialista do que econômica. E o Celso entrou para CEPAL depois do grande impacto dela. Ele, virtualmente, entrou para CEPAL no dia em que tentaram matá-la no México. Mas eu posso dizer que o Prebisch considerava o Celso o seu auxiliar mais inteligente, o mais [*estimulante*] de todos.

SRM *Mas nesse sentido, então, trazendo uma outra leitura, não é? Uma outra contribuição, além do universo puramente econômico. É nesses termos que o senhor está falando? Celso Furtado trouxe uma visão sociológica do subdesenvolvimento, que passa a ser acrescida à razão puramente econômica. Daí a questão do Estado, para ele, ser colocada um pouco diferente. Entendi direito?*

Acho que é isso mesmo.

9. PLANO MARSHALL

ENTREVISTA • 14 MAIO 1987

MHC *Na sua opinião, qual foi realmente a repercussão econômica do Plano Marshall na Europa e dentro dos Estados Unidos? O senhor vê algum mecanismo econômico dos Estados Unidos através do Plano Marshall?*

Nos Estados Unidos, foi um período de maior prosperidade americana com a primeira possibilidade de desemprego reaparecendo em 1950. Em 1950, eu fiz parte da Comissão de Economia e Emprego, que tinha sido abolida, mas foi reunida *ad hoc*, para estudar a situação de emprego no mundo.

MHC *Como uma comissão – que havia sido abolida, como essa – voltava a se reunir? Qual era o mecanismo? Era pressão, por exemplo, dos países menos desenvolvidos?*

No caso do Conselho Econômico e Social, começou um desemprego realmente. Os números começaram a assustar.

MHC *Internamente, nos Estados Unidos?*

Nos Estados Unidos e, sobretudo, na Inglaterra, que era a eterna desempregada. Eu me lembro do delegado inglês – um grande economista, Marcus Flemming – no Conselho Econômico e Social.

MHC *Nesse momento, para eles, interessava reorganizar essa comissão?*

Interessava, porque nós – o Flemming e todo o resto dos delegados, [*como*] o Mendès France, da França, também um grande economista, um grande político e um homem que falava claro e com coragem – começamos todos a atribuir aos Estados Unidos as origens da de-

pressão. Eu, inclusive, fiz um discurso na Assembleia Geral (pelo qual os franceses vieram me cumprimentar), em que eu dizia que os Estados Unidos eram os plantadores e os espalhadores de depressões no mundo. Porque, na hora em que o americano começava com uma depressão, imediatamente ele usava a chamada *beggar-thy-neighbor policy*. Ou seja, ele imediatamente coibia importações e forçava exportações para passar o desemprego para outro. Os americanos não puderam resistir. O Willard Thorpe era um bom economista, sendo delegado também do Conselho Econômico e Social. O Thorpe estava lá. Então, tiveram que concordar com a reunião da comissão, embora eles achassem que a comissão não ia fazer nada, como não ia, mesmo. Mas, nós íamos, ao menos, botar os pontos nos iis e íamos apontar os culpados de tudo. Em outras palavras: o desemprego estava ali a partir da hora que acabava a guerra. Acabava o Plano Marshall e começava o desemprego. Mas aí... – agora você vai se divertir, quer ver? – no meio da discussão da comissão, tinha acabado a guerra, tinha acabado o Plano Marshall, os coreanos do norte atacaram os do sul. Imediatamente, os Estados Unidos começaram a se rearmar e a pedir aos países da Europa Ocidental para se rearmarem também. Todas as bazucas utilizadas na Coreia foram feitas na França, porque a bazuca americana não conseguia nada contra o T-34 russo, que os coreanos estavam usando. Então, com a Guerra da Coreia, imediatamente restabeleceu-se o pleno emprego no mundo ocidental. Em outras palavras: você teve a tese marxista do desemprego levando a uma grande guerra, ao rearmamento e à conscrição. Terminado tudo isso, um período de prosperidade ainda mantido pelo Plano Marshall, que alimentou a indústria americana. E alimentou também a indústria europeia, através dos investimentos feitos em bens de capital.

ENTREVISTA • 18 MAIO 1987

MHC *De uma maneira geral, como é que a população americana reagia ao Plano Marshall?*

Com raiva. Eles tinham passado por um período, pela primeira vez na história, de escassez relativa de coisas. Escassez de bens duráveis, escassez de açúcar, escassez de moradia, escassez de serviços, de aviação, de ônibus, de coisas. Escassez de pneumático para botar nos automóveis. E um iniciozinho, muito pequenino, de escassez de combustível. Combustível inclusive para aquecimento das residências.

MHC *Qual seria, então, sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico, a maior vantagem para os Estados Unidos do Plano Marshall?*

Pleno emprego. Os Estados Unidos ainda não tinham problema de balança de pagamentos. Eles podiam importar o que quisessem. Inclusive, eles tinham os trinta e cinco milhões de dólares da Iugoslávia lá, guardados no *Fort Knox*. Eles tinham quinze milhões, próprios, e trinta e cinco milhões da Iugoslávia. Parecia dinheiro infinito, quando você olhava aquilo, comparando com outros países, que não tinham nada. Parecia que ia durar para sempre. Então, o que eles [*obtinham*] era pleno emprego.

MHC *E no nível externo, a quebra da hegemonia inglesa e o papel hegemônico de defensor do capitalismo ocidental?*

É. Inclusive, eles liquidaram a Inglaterra com alguns empréstimos. Eles fizeram alguns empréstimos à Inglaterra, com a condição de a Inglaterra tornar a libra conversível. Olha, a libra tornada conversível era um ladrão na caixa inglesa, que esvaziava em semanas. Em geral, a conversibilidade inglesa durava semanas, apenas. E já tinha que vir outro empréstimo. O Canadá emprestava, escondido, dólares à Inglaterra para esconder a situação.

MHC *O senhor vivenciou nos Estados Unidos a era do macartismo? O senhor podia falar mais um pouquinho sobre isso?*

Foi uma coisa bárbara! O meu professor de *Theories of Economic*

Descent se jogou pela janela e morreu. Era o Gayer. Todo professor que tivesse dado uma aula sobre socialismo estava perdido. Era perseguido. O Weinthroub foi perseguido, porque mandou carne de cavalo para a União Soviética.

10. ONU

ENTREVISTA • 15 SET. 1986

Assim que eu cheguei à ONU,[10] fui eleito presidente do comitê do programa *International Children's Fund* e consegui uma doação de leite em pó para as crianças da Paraíba, que contou com a colaboração do Cleanto [*Paiva*] Leite, que trabalhava também na ONU, como funcionário internacional. Ele conseguiu do governador da Paraíba um programa, um interesse todo especial para receber o leite. O problema foi que faltou água para diluir o leite – não tinha água potável na Paraíba para isso.

ENTREVISTA • 22 SET. 1986

O Brasil tinha sido reeleito para o Conselho Econômico e Social. Eu fui mandado de volta[11] para tomar conta do Conselho Econômico e Social, que era a minha especialidade no meu primeiro ano de ONU.

MHC *O embaixador era o ...*

Aí, já era um grande embaixador: Ciro de Freitas Vale.

MHC *O embaixador do Brasil junto à ONU?*

A ONU era o Ciro de Freitas Vale. E, incidentalmente, eu briguei com ele o tempo todo e pedi para sair da ONU.

MHC *Por quê?*

Porque eu fiz um relatório de uma Assembleia Geral, dizendo: "O

[10] N.E. – Foi segundo secretário na missão junto à ONU no período de 1947-1951.
[11] N.E. – Miguel Ozorio retorna à missão junto às Nações Unidas em 1956, como primeiro secretário.

Brasil não conseguiu nenhum dos resultados a que tinha direito de almejar. Não atingiu nenhum dos seus objetivos". E o Ciro corrigiu a minha minuta. Não quis mandar. Eu briguei com ele. Eu digo: "Mas não conseguiu mesmo. A gente tem que dizer a verdade".

MHC *Embaixador, havia algum tipo de relacionamento conflituoso entre as ordens do embaixador do Brasil junto à ONU e o trabalho do embaixador do Brasil em Washington, por exemplo?*

Não.

11. GOVERNO JK

ENTREVISTA • 1 JUN. 1987

MHC *Gostaria que o senhor nos falasse um pouco mais acerca da racionalidade econômica do governo Kubitschek e a sua parte nesse assunto.*

O governo Kubitschek teve, a favor dele, um longo período de planejamento em governo anterior. E o Kubitschek teve a inteligência de adotar tal planejamento como base para a sua gestão. De maneira que houve muita racionalidade, desde a saída, embora não fosse uma programação linear, como as programações econômicas mais recentes. A ideia fundamental foi a de identificar pontos de estrangulamento na economia brasileira e atacá-los com os recursos disponíveis, a fim de eliminá-los e liberar o fluxo de crescimento econômico do país. E, em todos os momentos, sempre tivemos em mente coisas básicas, como começar com o simples e o barato para, depois, com isso funcionando, acumular recursos para o mais difícil e caro, que se segue. Mas, em havendo uma dicotomia, uma alternativa, sempre fazia-se o mais simples e o mais barato. Foi essa a atitude que adotamos no conselho de coordenação do programa: sempre o mais simples e o mais barato, nos limites do possível, dentro das áreas de gargalo, de compressão econômica, isto é, aonde houvesse a possibilidade de produtividade comprimida por um arrolhamento qualquer, um "gargalamento" qualquer. Então, tratava-se de liberar a produtividade que o Brasil podia já ter acumulado e não estar usando. Foi essa a racionalidade do programa do Kubitschek.

MHC *Esse diagnóstico dos pontos de estrangulamento tem algo a ver com o trabalho da comissão mista iniciado nos anos 50?*

Tem. Por exemplo, o Programa de Reabilitação de Portos destinava-se, entre outras coisas, a liberar o fluxo norte-sul da produção brasileira.

12. AS ORIGENS DA OPA

ENTREVISTA • 22 SET. 1986

MHC *Nessa época, 1958, na gestão Negrão de Lima, começa a questão da Operação Pan-Americana.*

É, o Amaral[12] foi a Nova York, me pediu para tomar conta do setor econômico da embaixada. Eu aceitei e fui. Eu já estava brigado com o Ciro, mesmo.

MHC *Mas, em* [*19*]*58 o senhor não retornou ao Rio?*

Retornei. Mas, aí foi outra coisa. Quando nós estávamos em Washington, apareceram lá o [*Roberto*] Campos, o Lucas Lopes – que era ministro da Fazenda – e me pediram para ir para o BNDE. Nós íamos criar um departamento de negociações internacionais no BNDE. Então, me pediram para formar o departamento. Eu concordei e falei com o Amaral. Ele concordou. Eu fui para o Rio e montei o Departamento de Operações Internacionais do BNDE. E fiquei, simultaneamente, também como coordenador técnico do Programa de Metas, no Conselho de Desenvolvimento. Foi aí que, realmente, eu tive relações como o Juscelino, que foram muito gratas. Foram extraordinárias. Acho que o Juscelino era um homem extraordinário.

MHC *O senhor poderia me contar alguma estória do Juscelino, que, na sua opinião, mais caracterizaria a personalidade dele, como um todo?*

Um dia, eu estava almoçando com ele, ali no Palácio Guanabara, e ele me disse: – "Olha, Miguel, sabe de uma coisa? Eu não quero passar à história como o homem que fez Brasília, não! Eu quero pas-

[12] N.E. – Ernani do Amaral Peixoto (1905-1989) foi embaixador do Brasil nos Estados Unidos entre 1956 e 1959.

sar à história como o homem que, tendo sido presidente da república do Brasil, nunca usou a enorme força que isso representa para perseguir ninguém. Você não imagina como é difícil não perseguir alguém no Brasil!" E era verdadeiro, muito sincero da parte dele. Lembra? Ele anistiava logo todo mundo. Aqueles Lacerdas, aquela turma que o maltratava tanto. Ele não perseguia. Ele não maltratava de jeito nenhum. A outra coisa era a imensa curiosidade e desejo de aprender. Ele era de uma modéstia incrível! Afinal de contas, era o presidente da república! Olha, estar com o Getúlio e estar com o Juscelino era a mesma coisa que estar com um urso polar e estar com um macaco tropical. O Juscelino era mais um macaco: estava sempre pulando de galho em galho, sempre com ideias novas. O Getúlio era de uma secura, de uma *directness*... de uma segurança enorme em tudo. Ele sabia o que queria. O Juscelino queria fazer o bem. O Getúlio sabia o que queria, fosse o bem, fosse lá o que fosse.

ENTREVISTA • 25 MAIO 1987

A Operação Pan-Americana surgiu da seguinte maneira: o poeta Augusto Frederico Schmidt, muito amigo do Juscelino Kubitschek, inspirou o presidente a fazer um discurso no qual ele falava na Operação Pan-Americana. O Juscelino falou entusiasmado, mas era só um *slogan*. Ele não tinha a menor ideia do que botar lá dentro. Eu estava em Washington, chefiando o departamento econômico da embaixada, com o Amaral [*como*] embaixador. Aí o Amaral, em contato com o Juscelino, Juscelino pediu a ele, Amaral, para vir ao Brasil e trazer uma equipe para estudar a Operação Pan-Americana. O Amaral me pediu para vir e eu vim com ele. Nós tivemos uma reunião no Palácio Guanabara, este mesmo, que está servindo de sede da prefeitura, aqui perto. E o Juscelino dizia: "Agora, o que é que nós vamos botar dentro dessa Operação?" Eu me lembro do Araújo Castro dando lá uns palpites e o Juscelino ficava decepcionado: "Não. Eu quero coisa substantiva". Eu tinha preparado um projeto em Washington, fora das horas de expediente. Esse projeto teve a cooperação de alguns colegas, dentre eles o próprio Saraiva Guerreiro e o

Holanda Cavalcanti, que é muito bom. O Otávio Rainho, que depois ficou muito tempo no Instituto do Café, também. O Osvaldo Lobo, filho do Fernando Lobo, também trabalhou.

[*A ideia*] era despertar os Estados Unidos para o desastre. A mesma coisa que o Kissinger está dizendo hoje no jornal. Despertar os Estados Unidos para o fato de que um desastre na América Latina e no Brasil seria um desastre sem solução para os Estados Unidos da América, na política Norte-Sul, econômica e enquanto política no geral.

Nessa reunião no Palácio Guanabara, eu tomei a palavra e fiz uma série de sugestões baseadas no trabalho que havíamos feito em Washington. Abri a pasta e puxei as folhas de papel, com o trabalho já mais ou menos alinhavado e mostrei ao Juscelino. Ele ouviu a exposição e passou os olhos. Disse: – "É isso mesmo que eu quero. É isso mesmo." Ali ele rematou: "Eu queria que esse trabalho fosse completado, fosse mais avançado do que ele está. Gostaria que fosse mais ousado do que está. O que você quer para fazer esse trabalho, Miguel?" Eu disse: – "Eu queria um certo número de economistas cujos nomes eu vou dar e também colegas do Ministério que eu irei nomear." Ele disse: – "Você diz o que você quer e são todos seus."

Quando o tema foi levado à OEA,[13] disseram[*-me*]: "Olha aqui, a posição do Brasi1 vai ser apresentada amanhã na Organização dos Estados Americanos." Daí, pediram-me para redigir nossa intervenção. Fui para a casa e escrevi, durante a noite, um documento sobre a posição do Brasil. Quem me ajudou foram o Maury e o Mozart Gurgel Valente. Porque eu ia escrevendo furiosamente, uma secretária ia batendo à máquina e os dois iam repassando o estilo, para não ficar violento demais. Quando eu escrevo muito depressa, em geral, sai cada porrada que só Deus sabe! Então, eles iam amenizando, assim, os pontos piores.

[13] N.E. – O projeto da OPA foi desenvolvido no Brasil, mas Miguel Ozorio teve, ainda, participação na apresentação do tema à OEA.

MHC *Embaixador, quais foram essas primeiras ideias que o senhor apresentou ao Juscelino?*

As primeiras ideias eram relativamente simples. Simples, mas, ao mesmo tempo complexas, porque exigiam algum conhecimento de micro e macroeconomia.

Durante aquele período em Washington, antes de vir ao Rio, [*eu*] tinha feito projeções da economia americana e russa e demonstrado que os russos estavam passando longe na frente dos americanos. E então, dizia: "Para defender a democracia, o livre empreendimento democrático, não adianta força dentro dos Estados Unidos da América, porque essa força não é suficiente. O negócio é fazer força na América Latina". E demonstrava que um dólar investido na América Latina teria muito mais rendimento para os Estados Unidos do que um dólar investido lá mesmo, porque eles já estavam com excesso de liquidez de qualquer maneira, portanto, arriscados a terem uma inflação. Então, mostrava que, ao invés de inflacionar os Estados Unidos, o melhor era desenvolver a América Latina. O Kennedy aproveitou, dizendo: "Os Estados Unidos têm a obrigação de se desenvolver na taxa máxima de sua possibilidade. E é isso que nós vamos fazer." O governo dele, então, se propunha a acelerar o desenvolvimento americano ao máximo da possibilidade. Entre essas acelerações ele colocou a aceleração do Programa Espacial para chegar à lua em primeiro lugar. E chegou.

MHC *Bom, então quais foram as suas sugestões?*

A sugestão era de que os Estados Unidos deveriam reorientar o investimento, que normalmente fariam em casa, para a América Latina. E como os investimentos diretamente em força produtiva teriam de ser investimentos privados, ia criar problema político. Então, propus que fossem investimentos de natureza social, isto é, aplicação em universidades, escolas, treinamento, aperfeiçoamentos. Por exemplo, o programa de portos brasileiros, nós botávamos lá na frente.

MHC *De um modo geral, qual foi a reação dos países latino-americanos a essa proposta da OPA?*

Que o Brasil estava querendo se colocar na vanguarda da política latino-americana. Que era um puro problema de liderança pessoal, o que é muito comum. Olha, na verdade, os líderes da política latino-americana tendiam a ser peruanos, ou equatorianos. E o Brasil [*aparentava ignorar*] a política latino-americana. Então, entenderam que aquela era [*a*] hora na qual o Brasil ia entrar no jogo.

MHC *O Brasil se colocava explicitamente como o maior beneficiário da Operação Pan-Americana?*

Não, de jeito nenhum. Pelo contrário. Nós colocávamos, inclusive, os países menos desenvolvidos em primeiro lugar. Equador, Peru, os países da América Central. Guatemala e Nicarágua, nós não podíamos colocar porque os Estados Unidos estavam triturando esses países. Ocupavam-nos a toda hora e davam golpes de Estado e os desestabilizavam quando queriam.

MHC *Então, a racionalidade econômica veio dentro de um planejamento social?*

É.

MHC *E como* [*se*] *daria o mecanismo de transferência de recursos?*

Era recurso governamental. Os Estados Unidos dedicariam n milhões de dólares para investimentos na América Latina, nas áreas tais e tais.

MHC *Quais seriam essas áreas, em prioridade?*

Treinamento tecnológico.

MHC *A ênfase, então, era na educação, em sentido profissional e técnico?*

Científico, tecnológico e universitário, inclusive. Bolsas de estudos nos Estados Unidos.

SRM *É correto nós afirmarmos que o presidente Juscelino lançou as bases de um novo pan-americanismo, que reforçava, por exemplo, o papel das conferências interamericanas a fim de contrabalançar o poder de ingerência dos Estados Unidos?*

Não era para contrabalançar coisa nenhuma, porque acabava sendo sempre os Estados Unidos que iam contribuir. É preciso ser ciente de si próprio, de sua posição no mundo para poder crescer, para poder ser alguém.

MHC *A Operação Pan-Americana tinha uma conotação de barganha com os Estados Unidos, no sentido de 'olhe para nós', como meio a forçar aquele país a fazer investimentos na área latino-americana?*

Era isso mesmo.

MHC *E qual foi a reação dos Estados Unidos, de modo geral, afora essa já apontada, ou seja, a do Kennedy, de aproveitamento das ideias lançadas pela OPA? Como repercutiu, de modo geral, nos Estados Unidos a operação, no momento de seu lançamento? Mais especificamente, qual foi a repercussão à carta de Juscelino e qual a reação da OEA? Em suma: como os americanos reagiram a tudo?*

Reagiram muito bem. Acharam que nós estávamos fazendo um grande serviço a eles. O Brasil demonstrava mais uma vez ser um grande amigo dos Estados Unidos, um grande aliado, estendendo a mão no nível em que podia fazê-lo. Foi essa a sensação que deu. Eu ouvi muita conversa no departamento da América Latina com o Eddie

Martin e aquela turma toda, satisfeitíssimos. Achando que havia sido uma grande ideia do Juscelino. Ele tinha lavrado um tento. Quando chega na hora de pingar o dinheiro, contudo, ninguém gosta de pagar a conta. Eles achavam que muito dinheiro ia ser necessário. Eles estavam barganhando um pouquinho na quantia. Na nossa discussão de Bogotá com o Dillon – repara que ele foi o Secretário do Tesouro, quer dizer, o cabra do dinheiro – a tônica era essa.

MHC *Aí o senhor entrava com o famoso argumento da 'comunização'?*

O argumento era que a Rússia estava ganhando longe. E estava mesmo. Eu fiz as projeções das duas economias para o futuro, extrapolei e mostrei que nos últimos seis anos a Rússia os havia deixado muito para trás. E que, com mais um pouquinho a defasagem aumentaria. E logo depois veio o Sputnik.

SRM *E a Conferência Interamericana de Buenos Aires, ela corroborou esses esforços da OPA?*

A Conferência de Buenos Aires foi completamente dissociada da OPA. Foi uma tentativa dos latino-americanos voltarem a liderar o movimento, ao invés de o Brasil capitanear esse movimento com a OPA.

SRM *Era intencional, da parte do presidente Juscelino, reforçar a posição brasileira na ONU?*

Não, não era, não. Na ONU, não.

MHC *E na OEA?*

Uma das consequências lógicas seria esse reforço, mas o objetivo não era esse. A OPA não era um instrumento para reforçar a posição brasileira. O reforço da posição brasileira era a consequência lógica, como, aliás, foi.

MHC *A OPA era, então, fundamentalmente um instrumento de canalização de recursos para o Brasil?*

E para a América Latina como um todo.

MHC *E a consequência foi que o Brasil, enquanto proponente, passou a ser visto como prócer da defesa do Terceiro Mundo latino-americano?*

O Juscelino se arrebentou todo nas relações dele com o Fundo Monetário Internacional. E, entretanto, ele conseguiu apoio suficiente para terminar o governo dele e seu programa.

MHC *E isso articula-se a toda essa política lançada pela Operação Pan-Americana?*

Está articulado ao fato de que o Juscelino era benquisto nos Estados Unidos. Era benquisto pelos Kennedys, pelo governo americano, pelo Departamento de Estado. A natureza da argumentação que nós usávamos era muito semelhante ao que os professores americanos ensinavam aos alunos nas universidades. [*A OPA*] foi um sucesso no sentido de que a Aliança para o Progresso foi um decalque da Operação Pan-Americana. Era o que eu falava: nós demos uma urdidura aos Estados Unidos que eles acompanharam, a partir daí, cegamente.

ENTREVISTA • 15 SET. 1986

MHC *Embaixador, essa questão de usar a estratégia da questão social no Brasil, ela aparece continuamente? Quer dizer: por que nós temos muito autores que costumam dizer que uma das formas de barganha – e parece que dizem que Getúlio era um mestre nisso –, perante a negociação dura dos Estados Unidos, era sempre ameaçar com a convulsão interna, com a questão social dos trabalhadores no Brasil. Isso realmente era uma constante?*

Ameaçar com a comunização do país foi uma constante na Operação Pan-Americana. Juscelino realmente aproveitou muito do negócio. Incidentalmente, quem preparou isso para ele fui eu. E tentando mostrar, inclusive, coisas feito essa, digo: "Diante de uma situação mundial, em que a Rússia está progredindo economicamente muito mais depressa do que os Estados Unidos, é muito difícil, na situação de pobreza do Brasil e de estagnação econômica, fugir à maior atração do sistema de planejamento socialista. Porque a Rússia estava avançando muito mais rapidamente do que os Estados Unidos – industrialmente, economicamente, em educação, em tudo. Essa foi a essência da expressão brasileira na Operação Pan-Americana. Inclusive, pode-se econometricamente demonstrar que os Estados Unidos podiam alterar essa situação, muito mais, investindo diretamente nos países latino-americanos, do que investindo em si próprios. Quem aproveitou muito a ideia foi o Kennedy. O Kennedy comprou inteiramente a ideia. Daí a simpatia do Kennedy pelo Brasil.

13. PAPEL DO ITAMARATY NA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

ENTREVISTA • 15 JUN. 1987

MHC *Como o senhor viu o papel do Itamaraty, nessa fase de briga pelo desenvolvimento econômico brasileiro e como o senhor vê esse papel hoje? Na verdade, eu gostaria de comprovar com o senhor o seguinte: pelo que li na sua documentação, pelo já dito neste depoimento, o Itamaraty, me parece, foi importantíssimo para o desenvolvimento econômico brasileiro, sobretudo nos anos 50 e 60. Estou enganada?*

Não. É isso mesmo. Parece meio pretensioso dizer que 90% dos documentos formuladores de políticas,[14] no ministério, foram escritos por mim. A política de produtos de base do Ministério da Relações Exteriores, o primeiro documento escrito sobre o assunto, fui eu quem escreveu. E se você for lá, no arquivo do ministério, talvez seja o único. E ainda é o que está valendo. E hoje eu vejo aqueles garotos, saindo do Rio Branco, lendo esses documentos velhos e tentando botar para funcionar, hoje, aquilo que era válido naquela época e, às vezes, não vale mais atualmente. O tempo altera [*a*] validade das proposições; inclusive, porque o Brasil passou a ser um país completamente diferente. O Brasil não é mais um país subdesenvolvido, no sentido que ele era, na época em que nós escrevemos a política de base. A primeira coisa da política de base, que eu botei no ministério, foi tirada da CEPAL. Foi justamente quando a CEPAL mostrou a baixíssima elasticidade-renda e a baixíssima elasticidade-preços da demanda mundial de produtos de base. Então, eu fiz uns cálculos para os produtos do Brasil e mostrei que o Brasil não cresceria nunca exportando esses produtos. E que nós não salvávamos a nossa balança de pagamentos nunca, com a produção de café de São Paulo,

[14] N.E. – O autor parece referir-se unicamente à política econômica internacional.

sempre com as geadas. Cada vez que aparecia uma geada, era uma alegria geral no Brasil e, principalmente, em São Paulo. Uma tentativa americana de provar que a geada não tinha sido tão grande, ou seja, que eles não iam ter de pagar tanto pelo café, gerava pânico. Os americanos botavam logo o satélite em cima para dizer que a geada não era aquela, não.

MHC *Embaixador, em sua opinião, a gente poderia dizer que nessa luta em prol do desenvolvimento econômico brasileiro, o Itamaraty supriu o papel de uma escola de pensadores em economia? Eu considero o senhor como um pensador econômico, agora gostaria que o senhor citasse outros nomes relevantes.*

Mais que isso. O Itamaraty supriu os elementos que foram para os demais ministérios criar uma política econômica brasileira de desenvolvimento. Nós ocupamos a CACEX, ocupamos a Carteira de Câmbio, ocupamos todos os postos aonde não apenas se formulava a política, mas se executava a política. Itamaraty formou o GEIA, Grupo Executivo da Indústria Automobilística.

MHC *O senhor poderia me dizer que outros pensadores econômicos também saíram do Itamaraty? Evidente que não vai ser possível nomeá-los todos, porém o senhor poderia dar alguns nomes?*

Otávio Augusto Dias Carneiro, foi o primeiro ministro de Economia do Brasil e era primeiro secretário quando foi nomeado ministro da Indústria e do Comércio. Roberto de Oliveira Campos, e mais do que isso, nós nos reuníamos periodicamente para escolher brasileiros para mandar estudar no exterior. Evaldo Correia Lima, por exemplo, que foi um bom economista dentro do BNDE e um dos diretores dele durante algum tempo, foi um dos que nós mandamos para estudar nos Estados Unidos, estudar macro e microeconomia e saiu-se muito bem.

MHC *O senhor diria que, em certo sentido, os grandes pensadores econômicos foram formados muito mais pelo Itamaraty do que, por exemplo, pela escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas?*

Muito mais. Infinitamente mais. E muitos dos professores da Getúlio Vargas eram funcionários do Itamaraty. Campos, Carneiro... Um bom economista, que além de ter excelentes conhecimentos teóricos é um homem de grande bom senso é o João Batista Pinheiro, que foi também embaixador em Washington. O Marcílio Marques Moreira, que está atualmente como embaixador, esse é um produto itamaratiano quase que puro. O Marcílio fez sociologia e política internacional na George Washington University. Mas, essas duas matérias vinham sobrecarregadas de economia, naturalmente, como *minors*.

MHC *E na área do pensamento filosófico, do pensamento sobre a realidade brasileira? O senhor acha que o Itamaraty também foi uma grande escola? E quem o senhor citaria?*

Otávio Augusto Dias Carneiro, eu acho que foi perfeito nessa área. O Carneiro veio da Marinha de Guerra. Ele era cadete, formado na Marinha e com isso tinha uma massa de conhecimentos matemáticos muito bons. O Carneiro teve a sorte de, durante a guerra, cair no grupo do Leontiev. Foi um dos primeiros homens no mundo a trabalhar no *input-output table* com o Leontiev. Ele foi o primeiro a compor uma *input-output table* no Brasil. Ele era um homem muito estranho, o que dificultou muito aparecer com o brilho que merecia! O Carneiro, em Washington, foi para a George Washington University, onde ele tirou um PhD com notas máximas e isso lhe deu uma bolsa no MIT, onde encontrou o Leontiev. Este, ao conhecer o Carneiro, se entusiasmou de tal forma que o incorporou ao grupo dele, no qual ele estava fazendo aquele trabalho novo para os Estados Unidos, de trazer o sistema de planejamento russo para uma economia de livre empreendimento. Adaptar o sistema de planejamento russo a uma economia de livre empreendimento.

14. UNCTAD

ENTREVISTA • 6 FEV. 1987

MHC *Embaixador, o senhor estava em Washington em* [*19*]*62, e o senhor fez um discurso na ONU e começou a luta da questão de que os países pobres precisavam de um órgão que os representasse, tipo GATT.*

E lançamos a UNCTAD. Foi o início da UNCTAD.

MHC *E aí provavelmente as relações com Cuba eram muito importantes.*

Cuba sentia a lógica da posição brasileira e nos apoiava, logicamente.

MHC *Quais foram os países que mais importância tiveram, na sua opinião, no deslanche da UNCTAD?*

Brasil e árabes. E mais Egito, Iugoslávia. Os pequenos *comunas*. Porque o grande *comuna* criava logo uma reação contrária, muito violenta.

MHC *Qual foi a reação do GATT, por exemplo, à formação da UNCTAD? Chegou a haver discursos contra, oficiais? Como é que os países ricos se posicionaram perante essa tentativa de união? Eu, pelo menos, acho que historicamente pela primeira vez assumida entre os países pobres.*

A tentativa dos países ricos não foi no GATT propriamente dito. Já foi na Assembleia Geral da ONU, aonde eles tinham mais facilidade, mais amplidão de tema para discutir. Foi, evidentemente, jurar que iriam lá e que iriam suspender toda e qualquer assistência econômica aos países subdesenvolvidos. Um dos meus problemas era convencer o Terceiro Mundo de que eles não poderiam fazer isso e não

teriam a coragem de fazer. Suspender a assistência ao Terceiro Mundo era politicamente tão grave para eles, era mais grave para eles do que para nós. Eles não teriam coragem de fazer. Lembro-me que foi engraçado: houve uma reunião do Terceiro Mundo, na qual eu mandei brasa. Eu disse: – "Eles não têm coragem de fazer. Vamos fazer o seguinte, vamos lá e vamos dizer: pois então, suspendam. Então, suspendam. Então, suspendam." Aí o delegado indiano disse: – "Está bem. Nós concordamos." Ele estava presidindo a nossa reunião. "Nós concordamos. E você vai lá e diz." Aí, eu pensei: "Oh, diabos! Como é que eu vou dizer isso lá?" Quando nós voltamos para o plenário, eu disse: "Nós estamos absolutamente convencidos que o interesse dos desenvolvidos e subdesenvolvidos é tão íntimo, que nenhum país desenvolvido vai tomar a medida radical de suspender a cooperação com o Terceiro Mundo". Isso foi muito mais ameno do que eu tinha dito antes. Mas ficou na base do "dá ou desce", mesmo. Esse foi um dos meus grandes orgulhos. Porque nós estávamos perdidos com relação à UNCTAD. O Terceiro Mundo estava encolhido e sem coragem de arriscar. "E se eles suspenderem a assistência, o que é que a gente faz?" Era essa a situação. Eu disse: "Vocês não veem que eles não podem suspender? Será um desastre mundial para as Nações Unidas e eles não podem permitir uma coisa dessas. Então o que nós temos que fazer é arriscar. Vamos lá e a gente diz: Então, OK, nós estamos prontos para enfrentar o que vier". É qualquer coisa, feito agora: o pagamento da dívida ou não – pagar ou não pagar a dívida? Se a gente disser: "Olha, devo e não nego, mas não posso pagar nas condições atuais, a não ser que vocês criem as condições monetárias internacionais para nós podermos pagar. Quer dizer: nós temos que ter a possibilidade de criar os recursos com os quais nós vamos pagar. E isso depende da liquidez internacional. Então, vamos fazer o seguinte: vamos pedir ao GATT para fazer o levantamento do déficit mundial de liquidez do momento atual, que é em torno de trinta bilhões de dólares. E vamos pedir ao fundo monetário que pegue a estimativa do GATT e faça uma emissão de SDRs – *special drawing rights* – no valor de trinta bilhões de dólares a serem distribuídos aos países subdesenvolvidos. Então nós pagamos tudo, com esses trinta

bilhões de dólares, facilmente. Ninguém está aqui como caloteiro. Nós estamos é sem dinheiro. Mas, com dinheiro, nós pagamos." E a gente tem que fazer assim.

MHC *Mas será que existe interesse, por parte dos credores, de que a dívida seja paga?*

Por que não haveria?

MHC *Porque não sendo paga, ela continua girando e os juros vão aumentando; e, no pagamento dos juros, o lucro e a liquidez, e o capital vão girando muito mais e vai se avolumando muito mais.*

É, mas eles têm que saber que há um limite à paciência humana e, inclusive, aos recursos. O mundo subdesenvolvido não tem o recurso para girar isso por muito tempo.

MHC *Então, eles poderiam simplesmente precipitar uma situação de países, como o Brasil, se recusarem a pagar a dívida e fechar...*

Ficarem inadimplentes, é. E há problemas muito sérios aí, também, inclusive filosóficos. Porque o que é a riqueza das nações? Como é que uma nação reúne recursos? A riqueza das nações depende em parte da escassez dos recursos disponíveis. Quando surgiu o primeiro livro sobre a riqueza das nações, que foi o Adam Smith, ficou entendido que era a mais-valia do trabalho. Aí, veio a crítica marxista e veio a Escola Austríaca, que inverteu o negócio, e declarou e demonstrou que a riqueza, quer dizer, o valor de alguma coisa, dependia da sua escassez relativa. Se nós fizermos um esforço imenso e produzirmos bens de serviço nas quantidades equivalentes ao valor da dívida, o que acontece é que o valor desses bens de serviço caem automaticamente muito abaixo desse valor – quer dizer, é um círculo vicioso do qual você não pode sair. O minério de ferro de Carajás: se, de repente, se tornar totalmente disponível, o preço do minério de ferro vai cair para um décimo do que ele é hoje. E aí, como é que você paga?

MHC *E o que de objetivo foi feito, daquela época da fundação da UNCTAD, de levantamento da situação real dos países pobres, dos países do Terceiro Mundo?*

Bom, quase tudo quanto nós temos numericamente sobre o Terceiro Mundo, foi feito pela UNCTAD e pelas comissões regionais.

MHC *Como era a sistemática desse levantamento?*

O cálculo da renda nacional de todos os países do mundo era feito pela ONU, de maneira que eles tinham todos os dados. Os países se comprometiam e entregavam tudo aos secretariados respectivos que, com computadores e a massa de trabalho de primeira categoria com os quais eles contavam – todo mundo metia o dedo no negócio – em pouco tempo se fazia o cálculo e comparava-se.

MHC *O critério, então, era de renda per capita?*

Era. Na falta de outro.

MHC *Sim. Mas o senhor acha que esse critério realmente dimensiona a realidade econômica de um país?*

A econômica, dimensiona. O grau de civilização desse país, não. Nós estamos aqui no alto de Santa Teresa, olha o Rio de Janeiro aí embaixo: diga se não é um país altamente desenvolvido. É, não é? Tem casas em quantidade para todo mundo, contrariamente ao que se pensa – até as favelas são relativamente confortáveis: já têm água, já têm isso, já têm aquilo... O que é civilização? O que é desenvolvimento econômico? Os critérios da ONU são os únicos possíveis. O critério adotado é o seguinte: existe, em economia, um parâmetro muito fundamental, que é a propensão para consumir, para investir e para poupar. É uma relação funcional. Quer dizer: à medida que aumenta a renda do indivíduo, a propensão dele para consumir aumenta e para poupar aumenta também. E essas relações são conhecidas em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. No caso do Brasil, já está

tudo medidinho. Eu mesmo já medi com muito cuidado. Um país que não tenha uma renda que lhe dê uma propensão para poupar, capaz de proporcionar os investimentos que ele precisa para crescer, [*não tem condições de desenvolver-se*]. Existe também um outro parâmetro, que é a relação capital/produto. Quanto de capital você tem que investir para obter um incremento de produto determinado? Você tem, entretanto, evidentemente esse conjunto de relações interrelacionadas – a propensão para poupar e a propensão para investir, e a relação capital/produto dão a capacidade de um país para continuar crescendo ou não. Então, na ONU, calculou-se que um país crescerá sozinho, terá as propensões necessárias para continuar a crescer quando ele atingir uma determinada renda per capita. Na época da UNCTAD, era quatrocentos dólares per capita. Hoje, já está em torno de setecentos. E a razão é muito simples: é que o dólar desvalorizou muito.

MHC *Mas ela é uma quantia relativamente baixa.*

Mas muito poucos países no mundo têm essa quantia.

MHC *E a questão da distribuição de renda?*

O país cresce quando a renda global dele atingiu um nível tal que, dividida pela população, dá um determinado número. Não é um problema de justiça social para ele crescer, não. Se a renda total dividida pelo número de habitantes der um tanto, acima do mínimo determinado, então esse país cresce.

MHC *Sim. Mas cresce economicamente.*

É. Você está falando economicamente. Nós não estamos falando de civilização.

MHC *Eu estou falando em geral. Quer dizer: eu estou dizendo que, sob o ponto de vista econômico, é o que acontece, por exemplo, no*

Brasil. O Brasil é a oitava economia do mundo. No entanto, a situação do Brasil em termos sociais o coloca em centésimo quinquagésimo terceiro lugar. Então, quer dizer, é dessa dimensão que eu acho que é juntando as duas coisas – tanto a dimensão econômica, quanto a questão da distribuição da renda como é distribuída – é que dá a realidade maior, não é?

A ONU, quando tratou do assunto, tratou apenas de encontrar os números tais que permitissem a perpetuação do processo de crescimento. Se você pode perpetuar o processo de crescimento, o seu problema desaparece, com o tempo.

MHC *Será? O problema que eu estou falando desaparece com a manutenção...*

O problema [*de*] que você está falando agora tem um nome: é o problema do *pingotejamento*.

MHC *Que é isso?*

Pingotejamento, quer dizer: o país vai crescendo e o que pinga para as classes mais baixas? Então, você tem que fazer uma distribuição forçada de renda ou deixa *pingotejar* um pouco de renda nos que não têm nada? A verdade é que se você forçar a distribuição da renda, você aumenta a propensão para consumir e diminui a propensão para poupar e para investir. Então, o país, para de crescer.

MHC *E como é que se resolve essa equação, então?* Pingotejando*?*

Deixando *pingotejar*. Quer dizer: a ideia é que quer você queira, quer não, quer você planeje, quer não, acaba *pingotejando* – havendo muito dinheiro, alguém vai acabar encontrando esse dinheiro e botando no bolso; se eu encontro uma nota de cem na calçada, ponho no bolso e pronto! E melhorou a renda, a distribuição da renda. Evidentemente, o *pingotejamento* é mais complexo do que isso.

MHC *Sim. E, por exemplo, em países como o Brasil, o 'pingotejamento' entraria até numa forma de distribuição de renda indireta, via previdência.*

É. Nós temos um problema que é muito sério contra o *pingotejamento*, que é a pobreza regional. Para *pingotejar* dinheiro no Nordeste, você tem a SUDENE, tem a SUDAM. E, brincando, brincando, o que *pingoteja* não é pouco. O que o Brasil transferiu para o Nordeste nos últimos anos é muito mais do que o Banco Internacional transferiu para todo o Terceiro Mundo. *Pingotejou* pesado!

MHC *Mas choveu para quem, Embaixador?*

Bom, aí a gente tem que perguntar qual é o problema social que está por detrás disso. Não é um problema econômico. É um problema social. É um problema histórico-social.

MHC *É um problema social. Mas quais são as origens? Quer dizer: qual é a história desse problema social, em sua opinião?*

Acho que se a gente souber as origens, a gente não dará um único passo mais próximo da solução.

MHC *O conhecimento da história, aí, então, não facilitará a solução do problema social. Então, qual é o encaminhamento para facilitar essa questão ou amenizar as más condições de vida da maioria da população brasileira?*

Eu acho que a ONU tem razão. Quando a ONU começou a tratar desenvolvimento econômico, ninguém sabia como é que se proporciona desenvolvimento econômico. Ninguém sabia... Não havia um único livro decente. Não havia um único professor. Os grandes nomes eram Timberger – o Jan Timberger da Holanda era um deles; o Hans Singer – judeu alemão muito inteligente – era outro. Mas ninguém sabia o que fazer. O Singer passou mais de dois anos no Nor-

deste e não conseguiu realmente dizer nada que prestasse. Você está querendo que eu agora resolva o problema do desenvolvimento econômico do Brasil...

MHC *Não. Eu estou querendo discutir o critério, quer dizer, eu estou querendo discutir a realidade. Quer dizer: o critério de renda per capita, para mim, não esgota a realidade. Porque, para mim, desenvolvimento econômico...*

Não. O critério de renda per capita abre um caminho. Porque, sem esse critério, você não tem o outro critério, que é o mais importante de todos – que é o da continuidade do desenvolvimento. Só com renda per capita alta, é que você tem recursos para continuar investindo.

MHC *Mas, quer dizer, existe realmente essa questão de separação entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social? Desenvolvimento econômico necessariamente traz desenvolvimento social? Ou pode não trazer em determinados casos?*

Eu acho que o Brasil é a demonstração de que não, não necessariamente. O *pingotejamento* está meio seco. Olha, em matéria de desenvolvimento social, eu acho que o problema é educacional. Olha os países desenvolvidos e olha o que eles faziam quando eles tinham a renda per capita que o Brasil tem hoje. Eles tinham o Alfred North Whitehead fazendo Matemática e Filosofia do mais alto nível. Olha o Brasil! O que tem de grandes cérebros, assim, para entender a realidade humana? Eu acho que existe aí problema de religião, existem problemas de ética, de tanta coisa! A Matemática do Whitehead e do Russell leva, necessariamente, à ética e à justiça social. É engraçado, mas leva.

MHC *Quer dizer, que o passo inicial para resolver essa equação, ou pelo menos para equilibrar os pratos da balança desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, seria...*

Tem que ser desenvolvimento econômico.

MHC *Não. Para equilibrar, quero dizer: chegar a um ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social.*

Seja qual for o desenvolvimento que você queira enfatizar, num determinado momento, *you got to foot the bill*. Então, você tem que ter, primeiro, desenvolvimento econômico...

MHC *Mas eu falo também no caso do Brasil. Para tornar menos desbaratada a questão de ele ser a oitava economia do mundo e ser, em termos de distribuição de renda, o centésimo quinquagésimo terceiro. Quer dizer: isso é um problema educacional. O pontapé é a questão de educação, de mudar a mentalidade, não é isso?*

Educação – eu acho que é.

MHC *E como seria essa educação? Quer dizer, seria realmente o fornecimento de um ensino muito bem administrado, muito sólido?*

Acho que a educação tem que ter uma base de filosofia muito séria, de epistemologia muito séria. E nós não temos nada a ver com epistemologia no Brasil. Nós discutimos desenvolvimento econômico sem saber o que é riqueza, o que é valor. O que é uma loucura! Então, o que é desenvolvimento? O que se está procurando? Acho que nós precisamos muito de método científico. Nós precisamos lógica e método científico. As duas coisas. E para isso, nós precisamos primeiro desenvolver economicamente para ter os recursos.

MHC *Sem dúvida!*

Construir o laboratório, e as faculdades, e pagar os professores.

MHC *Que é coisa que não se faz, não é?*

Pensando o que se paga a um professor de filosofia no Brasil e pensando o que esse cabra tem de estudar e concentrar para preparar uma aula!

15. CUBA

ENTREVISTA • 1 JUN. 1987

MHC *De um modo geral, na sua percepção, qual foi o sentimento de toda a América Latina face à cristalização da Revolução Cubana? A pergunta refere-se já à Cuba socialista, isto é, Fidel Castro fechando para uma economia socialista. Como isso repercutiu em nível dos países grandes e pequenos da América Latina?*

Bom, isso aconteceu simultaneamente com algumas das grandes promessas e manobras capitalistas/financeiras na América Latina como um todo: a Operação Pan-Americana, a Aliança para o Progresso. E, a verdade é que, economicamente, Cuba não avançou muito. Os russos também encontraram problemas quase insolúveis em Cuba.

MHC *O senhor acha que, realmente, houve uma ajuda russa eficaz à Cuba?*

Houve, houve ajuda. Mas, ela não foi eficaz. Falando em desenvolvimento e não apenas em desenvolvimento econômico, talvez, a ajuda russa a Cuba tenha sido superior a toda a ajuda recebida pelos países da América Latina como um todo. Pensem, apenas, no seguinte: acabaram com o analfabetismo. Isso acontece com qualquer país que se comuniza. O primeiro passo, inclusive na Rússia, foi acabar com o analfabetismo e passar para um nível de pesquisa científica e de conhecimento próprio de auto-análise muito mais avançado, cujos resultados finais provavelmente se farão sentir a prazos muito longos. A capacidade de auto-análise de Cuba é inacreditável. É infinitamente maior do que a nossa. Nós, que estamos aqui, cheios de comida, combustíveis, de tudo quanto um país precisa para crescer e não sabemos o que fazer porque não temos capacidade de autoanálise. Não sabemos nem a razão da marginalização de partes substanciais da nossa população. A população cubana acabou com isso. Eles compreenderam. Se vocês olharem para Cuba, notarão que existe

um volume muito grande e uma alta qualidade de desenvolvimento literário e artístico em geral – a pintura, a dança. Nesse ponto, os russos são realmente muito bons. Eles levam os músicos cubanos e treinam nas grandes orquestras russas. Eu conheci muitos cubanos, aliás interessantíssimos, em Moscou. Eles estavam lá enquanto instrumentistas, fazendo cursos de orquestração nos conservatórios soviéticos. E notei sempre uma grande capacidade deles – que notei também no d. Carlos Rafael e no próprio Fidel Castro – de falar sobre o seu país. Eles estão olhando por aquele [*país*], que é uma [ilha] quase afundando no Caribe, de 30 km de largura e de 150 km de comprimento em condições de recursos paupérrimos.

MHC *A comunização terminou coma miséria em Cuba?*

A comunização obteve, em Cuba, um grau de equalização substancial e conseguiu, também, uma população profundamente orgulhosa daquilo que ela atingiu.

MHC *Embaixador, em que medida a Revolução Cubana afetou a relação dos Estados Unidos com o resto da América Latina? Houve alguma mudança?*

Olha, há coisas absolutamente extraordinárias. Todos os países latino-americanos declararam aos Estados Unidos da América que tinham medo de Cuba, inclusive o Brasil.

MHC *Essa reação foi imediata, ou ela deu-se mais em função do incidente da Baía dos Porcos, da crise dos mísseis?*

Ela não foi muito imediata, não. Ela foi progressiva. É lógico que a Baía dos Porcos ajudou porque, quando se vê, afinal de contas, os Estados Unidos, com todo aquele poderio, tentar um golpe em Cuba e se danar, fica demonstrado que os cubanos não são tão despreparados assim. Daí, talvez, a raiz, a longo prazo, desses receios de militares e coisas no gênero: além da Baía dos Porcos, poderia haver Baía de São Luís do Maranhão...

MHC *Como repercutiu a Revolução Cubana num ambiente como o da ALALC?*

Cuba nunca quis entrar na ALALC. Cuba, pela sua independência política, sentia que a sua entrada na ALALC seria abrir mão de uma parte desta independência política. Que, direta ou indiretamente, os Estados Unidos controlariam a economia cubana através da ALALC. Eles nunca foram favoráveis à ALALC, neste sentido.

16. MINISTRO CONSELHEIRO EM WASHINGTON

ENTREVISTA • 29 SET. 1986

O Campos e eu tínhamos ido ao Departamento de Estado, onde (...) tivemos uma conversa com [*o chefe do Departamento da América Latina*]. Aliás, era um cabra razoavelmente simpático. E ele disse que o Lincoln Gordon tinha recebido instruções para fazer uma declaração contra o governo Goulart e a atuação do governo Goulart na área econômica e política do Brasil. E que, com essa declaração, eles esperavam que o plebiscito fosse desfavorável. Aí, o Campos disse: "Olha, isso dai vai dar na mesma coisa que vocês fizeram na Argentina, quando elegeram o Perón; que o Spruille Braden fez a mesma coisa lá. Vai dar o contrário do que vocês estão esperando; vocês vão fazer o plebiscito funcionar a favor do presidente. Se o que vocês querem é o contrário, está errado. É má psicologia". O Campos esculhambava aquela turma do Departamento de Estado com uma empáfia absoluta. Aliás, diga-se de passagem, esculhambava o Kennedy também. O Kennedy adorava o Campos; Campos que ele chamava Bob. *Bob, tell that joke about the tapeworm* (conta a anedota da lombriga). O Campos contava cada anedota para ele! Ele quase caía no chão de tanto rir.

MHC *É, isso deve ter sido exatamente em 1963. Porque era a época que o Roberto Campos estava na embaixada.*

Pediu uma datilógrafa e ditou um telegrama de instruções para o Lincoln Gordon, contrariando tudo quanto tinham dito, para ser mandado pelo Departamento de Estado. Aí, o cara (não estou me lembrando do nome dele agora...): – "Olha, não adianta procurar o Lincoln Gordon. Não está na embaixada. Ele está em Cabo Frio. Ele foi passar uns dias em Cabo Frio e é de Cabo Frio que ele vai soltar a declaração dele, via United Press, e não sei mais o quê." Aí, o Campos me pegou pelo cotovelo e: – "Miguel, vai para Cabo Frio, pega o Lincoln Gordon lá e proíbe ele de fazer a declaração, em meu nome." Eu digo: – "Está bem." Estava uma neve danada em Wash-

ington. Não tinha uma possibilidade de tomar um avião para Nova York. Eu passei em casa, avisei que vinha para o Brasil. Tomei o trem, vim para Nova York de trem; o trem inclusive atrasou – naquele nevoeiro e neve, teve que andar devagar. Eu cheguei na Pensylvannia Station e não arranjava condução para o aeroporto. Mas o Campos tinha telefonado para a Varig, comunicando que o avião tinha que esperar até a minha chegada. Ele mandava, com uma empáfia inacreditável. Ele mandava no Departamento de Estado. Mandava na Varig. Mandava na gente. Mandava nos presidentes. Telefonou para o San Tiago Dantas, pedindo para o San Tiago Dantas ir me esperar no aeroporto e obter a minha passagem rápida e me dar transporte até o Goulart na hora. Eu tomei o avião da Varig, cheguei no Rio, não encontrei o San Tiago no aeroporto. Mas era dia primeiro do ano... Não tinha funcionário na alfândega, nem na imigração. Aí, eu resolvi passar sem ninguém. Passei sem dar satisfações. Do lado de fora, eu encontrei o San Tiago todo sorridente. Ele estava com o carro do ministério. Fomos para o apartamento do Jango, ali atrás do Copacabana Palace. E a posição americana, do Departamento de Estado, é que a não ser que o Jango fizesse uma declaração a favor da Aliança para o Progresso, que o Lincoln Gordon soltaria a tal declaração. Eu fui com o San Tiago para o apartamento do Jango. Eu nunca tinha entrado lá. O San Tiago conhecia – foi entrando – e eu fui atrás dele. Da janela, via-se a piscina ali embaixo. Eu contei a estória para o Jango. Ele, de repente, começou a rir e disse: "Vocês querem ver uma coisa?" E começou a abrir gavetas e tirar papel. Ele disse: "Eu não acredito que os Estados Unidos da América queiram ajudar o Brasil, ajudar a mim em nada. Tenho razões para não acreditar. Quer ver? Vejam isso aqui." Eram cartas do general Kruel, que era ministro da Guerra, encaminhando comunicações dos quartéis do Rio e de São Paulo, que tinham sido visitados pelo coronel Vernon Walters, concitando as forças armadas a um golpe de Estado contra o presidente. "Se alguém tem dúvida sobre a fidelidade das forças armadas, pode ficar sabendo que todos os oficiais que foram contatados fizeram um relatório completo aos seus superiores. E que, de superior em superior, o negócio chegou ao presidente da república, que esta-

va informado de tudo." Bom, a essa altura, pedi se havia um jeito de eu chegar a Cabo Frio, para falar com o Lincoln Gordon – que era meu colega de trabalho e de estudo. Nós tínhamos muita intimidade. O Jango, aí, falou com alguém no telefone, um dos auxiliares dele, que comunicou que o Gordon não estava mais em Cabo Frio, tinha voltado para a embaixada aqui no Rio, que já estava de volta ao Rio de Janeiro, na cidade. Eu digo: "Então, vou à embaixada. É melhor isso. Encurta o caminho, em vez de gastar um avião até Cabo Frio, eu vou de automóvel até a embaixada." Aí, peguei um carro do San Tiago e fui para a embaixada. O Gordon me recebeu imediatamente, quando soube quem era e de onde vinha. Eu tomei todas as precauções que podia para não ser ouvido na minha conversa com ele. Conversamos na varanda do lado de fora – aquela varanda da frente da embaixada, no andar em que fica o gabinete do embaixador, que dá ali para frente da barra. Tem a mesma vista que a gente tem daqui, com o Pão de Açúcar e a fortaleza de Santa Cruz do outro lado. Eu disse a ele: – "Olha, eu gostaria de lhe dizer uma coisa. Eu não sei, ao dizer isso, se eu estou traindo meu país, ou se eu estou fazendo um bem às relações dos nossos países. O seu adido militar anda procurando as forças armadas brasileiras e organizando um movimento contra o presidente da república. E grande parte da desconfiança do presidente da república a respeito de todas essas promessas americanas vem daí, e me parece legítima. Não há nada que eu possa dizer a ele para convencer do contrário." O Gordon disse: – *Miguel, you don't believe that I am involved in this, do you? – I don't know if I believe or not, but if you are, change the whole thing immediately. Because it's not working and it will not work*. A essa altura, entrou um secretário, para comunicar ao Gordon que estava lá o embaixador do Canadá, que eles tinham marcado um encontro às dez da manhã na embaixada. O Gordon pediu licença e disse: – "Eu vou te levar até o meu elevador. Depois, a gente continua a conversa. Que horas você pode voltar?" – "Eu posso tentar voltar à hora tal." Aí, ele me levou até o elevador e saiu. Entrou com o canadense. Quando eu estava ali, esperando o elevador – era o elevador particular dele, mas estava no andar de baixo e custou a subir – de repente eu escuto um barulho

atrás de mim. Era uma espécie de um presunto ambulante. Um sujeito enorme, vermelho, gordo, dizendo: – *Minister Almeida, do you think that the SNI is after me?* Digo: – *Tell me who you are and maybe I can tell you something*. Ele disse: – *I am Vernon Walters*. Eu digo: – *Maybe you know better than I do if they are after you*. Aí, ficou evidente para mim que ele tinha ouvido a nossa conversa. Ele só podia ter feito essa pergunta naquele momento, inclusive sabendo quem era eu, porque ele nunca tinha [*me*] visto antes, como eu não o tinha visto também, a não ser em fotografia de jornal e revista. É claro que ele tinha ouvido a conversa. Ora! Como não tinha microfone na varanda, quem estava *bugged* era o próprio embaixador Gordon. E ele tinha uma posição qualquer, na qual ele ouvia tudo que o embaixador dizia, pensava ou respondia, ou o que fosse. Toda a comunicação com o embaixador chegava aos ouvidos dele. Ele estava *bugging* o próprio chefe dele!

MHC *O senhor realmente acredita que o Lincoln Gordon não teve envolvimento nenhum nos acontecimentos de* [*19*]*64?*

O Gordon era um homem fundamentalmente decente. Ele queria ajudar, mas não sabia como. Ele estava envolvido num *troço* muito mais complicado do que ele estava preparado para enfrentar. Ele ia lá para casa. Nós tínhamos uma casinhola ali no Leblon. Ele ia lá para casa jantar conosco, e perguntava: – *What can I do to help Brazil? What can I do to help Brazil? Tell me something. Give me an idea*. Me dava vontade de dizer: – *Get the hell out of here. That's the best thing*. Mas eu nunca fui agressivo com ele.

MHC *Bom, e essa declaração acabou não saindo.*

Não, não saiu. Ele não fez.

MHC *Mesmo porque, nessas alturas, a população – de uma maneira geral – estava a favor do presidencialismo. Seria uma clara atitude de intervenção na soberania política de um país.*

Seria, seria sim. Ia causar a pior impressão possível. O Campos tinha razão. Ia ser a mesma coisa que o Braden na Argentina.

17. MOSCOU

ENTREVISTA • 27 FEV. 1987

MHC *A sua chegada à União Soviética, em Moscou, é mais ou menos por volta de* [*19*]*63, não é isso?*

Exato.

MHC *Antes da União Soviética, vamos recuperar o governo Jango. Vamos conversar um pouco sobre o Brizola; sobre os acontecimentos do Rio Grande do Sul; a repercussão que teve, no nível externo, a encampação da ITT, da AMFORP; as dificuldades que essa atitude do Brizola já ocasionou para o governo Jango e, sobretudo, para vocês, que estavam tentando – com o esforço conjugado do San Tiago Dantas – uma política externa boa para o Brasil. Até porque, por tradição, era um democrata que estava na presidência dos Estados Unidos na época, sempre favorece um pouco as relações externas Brasil-Estados Unidos.*

A verdade é que a minha remoção de Washington para a União Soviética realizou-se, foi decidida pelo San Tiago Dantas e pelo Jango Goulart, pelo presidente, nessa visita que eu fiz e na qual o Jango Goulart mostrou toda a documentação que ele tinha, enviada pelo Amauri Kruel, ministro da Guerra na época, das visitas do adido militar americano aos comandantes de tropa, sugerindo uma revolta contra o governo do Jango. E, embora tivesse ficado decidido que não valia a pena eu ir procurar o Lincoln Gordon em Campos, para impedi-lo de fazer um pronunciamento contra o Goulart antes do plebiscito, o presidente aproveitou e disse: "Quando você chegar à Rússia faz o seguinte: procura saber se eles estariam em condições de nos ajudar com petróleo e elementos energéticos, caso os Estados Unidos queiram nos sufocar, como fizeram com Cuba, e que levou inclusive à mudança de política do Fidel Castro".

MHC *Exato.*

Chegando a Moscou, fiquei espantado com a recepção ultrafavorável que eu tive. Porque eu não era nem embaixador efetivo, eu era encarregado de negócios. E já tinha um convite para uma visita ao Brezhnev. Eu fui direto a essa visita. Normalmente, eles têm uns vice-presidentes, meio *ersatz*, que eles gastam com gente de segunda categoria. Mas no caso, o Brezhnev era o vice-chefe do Partido Comunista e secretário-geral do Conselho. O Brezhnev me recebeu logo, com uma conversa dizendo: "Olha, é preciso que vocês no Brasil se convençam de que o mundo está dividido em áreas de poder. Vocês, infelizmente, estão na área de poder dos Estados Unidos da América. O desenvolvimento do Brasil tem que ser feito com assistência americana. A União Soviética não tem recursos, nem meios para ajudar vocês. E, de mais a mais, vocês não vão precisar de assistência energética especificamente. Vocês têm todo o petróleo que precisam no Brasil mesmo. Nós estamos prontos a ajudá-los a botar esse petróleo para fora, a botar esse petróleo a serviço do país. Vamos mandar para vocês os nossos melhores técnicos nessa área. Por exemplo: o Taguiev, que extraiu todo o petróleo da Sibéria, que tem uma geologia meio parecida com o Brasil nesse ponto. E vocês vão ver que, em pouco tempo, vocês não precisam mais importar petróleo. Petróleo custa dinheiro. E para que vocês vão gastar dinheiro, se vocês têm o petróleo que precisam? Esperem o Taguiev e vocês vão ver." De fato, mandou uma missão, na qual o Taguiev era o chefe, [*que*] analisou os dados brasileiros. Diga-se de passagem, que ele não saiu em campo procurando novos dados, ele procurou os dados que já estavam acumulados pelos próprios americanos e brasileiros. Ele chegou aqui e pediu a carta geológica – petrolífera geológica – do Brasil. Não havia essa carta. Ele ficou espantadíssimo que o Brasil tivesse procurando petróleo sem essa perspectiva. Houve, inclusive, muita gente que disse que a única coisa que ele fez foi farra no Hotel Glória. Porque ele não saiu do Hotel Glória. Ele ficou lá e ia de lá para a Petrobrás, e disse: "Olha, o petróleo do Brasil está na plataforma. Nós vamos é furar a plataforma. E o que vocês fize-

ram até agora foi procurar os poucos lugares onde não há petróleo para perfurar. E, nos lugares onde há petróleo, vocês perfuraram para não encontrar. Quer dizer: as sondas nunca podiam ter sido tão curtas nessas áreas. Quer dizer, elas pararam uns palmos acima dos lençóis. Tem que ir uns metros mais fundo e, para isso, vocês não têm equipamento. Mas nós vamos fornecer as sondas de ponta turbinada para vocês, porque essas sondas que vocês estão usando não chegam à profundidade necessária." E, de fato, eles compraram na Romênia, que era especialista, sondas turbinadas e mandaram para o Brasil – de turbina na ponta, de maneira que você não tem que girar a haste toda desde a superfície da terra até lá embaixo. Só quem gira é a ponta da turbina, é a ponta da haste, e corta terrenos duríssimos com muita facilidade, como essas brocas novas de dentista, turbinadas. Mas, a partir daí, nós começamos, de fato, a achar petróleo. Acabamos de achar muito mais em Campos. O Taguiev, diga-se de passagem, novamente, transformou a Sibéria na maior reserva de petróleo do mundo. A União Soviética, hoje, na Sibéria, tem mais petróleo do que a Arábia Saudita. É interessante notar um detalhe: é que o petróleo soviético tem uma origem diferente do petróleo saudita e dos petróleos clássicos. Ele é um petróleo de xisto que se liquefez em condições especiais. O petróleo brasileiro é equivalente. Nós temos, segundo Taguiev, uma enorme reserva de petróleo de xisto em profundidade, já liquefeito e extraível pelo método clássico de sonda de perfuração, sem precisar recortar na superfície. Eu encontrei com o Taguiev antes da partida dele para o Brasil, e perguntei a ele: – "O senhor conhece o relatório Link?" Ele disse: – "Conheço." Digo: – "É bom o senhor ir lendo o relatório Link durante a viagem." Ele disse: "Não, eu já conheço." Eu perguntei: – "O Link é incompetente?" Ele disse: – "Não, ele é competentíssimo. Se ele não fosse tão competente, vocês teriam achado o petróleo. Só um homem dessa competência poderia ter conduzido as suas sondas como uma agulha em palheiro, de maneira a não achar nada. Era difícil não achar petróleo no Brasil, mas esse senhor deve ser um gênio para ter conseguido isso." Foi essa a expressão do Taguiev.

MHC *E voltando à minha pergunta, quer dizer, à pergunta inicial. Como foi a repercussão nas relações exteriores, sobretudo nos Estados Unidos, da encampação da ITT, da AMFORP? Como isso dificultou, para o Ministério das Relações Exteriores, o equilíbrio externo do governo Jango?*

Nós chegamos ao ponto de acreditar que era melhor suspender a viagem do Jango aos Estados Unidos e que seria um desastre. Que, se não o matassem com um peso de papel, em Nova York, atirado pela janela – o que já aconteceu nos Estados Unidos, depois da volta do general MacArthur, quando ele desfilou no *Ticker Parade*, mataram várias pessoas, atirando peso das janelas dos arranha-céus – acertar um na cabeça do Jango não seria difícil, não! No Jango. O Gouthier, que era amicíssimo do prefeito de Nova York, fez tudo para que a coisa se passasse sem incidentes maiores, porque tinham preparado uma verdadeira recepção, armada para o Jango Goulart, em Nova York e nos Estados Unidos. Os americanos estavam extremamente perturbados. Olha, de equivalente, só a visita do Tito ao Brasil, com o Lacerda organizando a recepção! Foi qualquer coisa de parecido. Um vexame danado!

MHC *O senhor chegou pessoalmente a conversar com o Brizola sobre o papel dele, as coisas que ele estava fazendo, e que de uma maneira ou de outra, indiretamente, estavam desequilibrando o governo do Jango?*

Não, não conversei, porque a verdade é que as poucas vezes que eu tive ocasião de sentar com ele com um cafezinho na mesa, foi em Punta del Leste. E, francamente, nesse momento, dizer que ele estava prejudicando o Jango, quando ele tinha sido a principal figura para a posse do Jango!

MHC *Foi a Campanha da Legalidade.*

É. Ele poderia dar uma gargalhada e jogar de volta os fatos em cima

de mim, não é? Esse é outro que, falando na televisão, talvez pareça burro, mas de burro não tem nada, não!

ENTREVISTA • 6 MAR. 1987

MHC *Como é que repercutiu na embaixada russa a queda do João Goulart? Na embaixada russa e na embaixada brasileira? O senhor, lá, recebeu a notícia e como é que foi a repercussão entre os meios diplomáticos?*

Eles ficaram extraordinariamente perturbados. Porque eles haviam estudado o esquema brasileiro. O próprio Brezhnev disse ao Vasco Leitão da Cunha, em pessoa, na minha frente: "Olha, isso que está acontecendo no Brasil, nós não temos a mão nisso, não, hein! Nós não queremos é que depois vão dizer que foi a influência russa no Brasil. Comunismo russo no Brasil. Não é verdade. Nós não temos que fazer nada no seu país. E não queremos ser acusados depois de ter levado vocês a uma besteira qualquer." Foi ao longo dessa linha que ele falou. Foi graças a isso que o Vasco, quando voltou ao Brasil e foi convidado para ministro das Relações Exteriores, se recusou a romper com a Rússia. Ele sabia que os russos estavam ultrapreocupados com o que estava acontecendo e que não estavam vendo nada de bom no Brasil para eles.

18. NO ORIENTE

ENTREVISTA • 20 MAR. 1987

MHC *O senhor estava em Moscou quando se deu o golpe militar de [19]64. O senhor já nos falou sobre isso. Em seguida, o senhor foi para o Canadá. O que eu gostaria de saber, agora, é como se deu a passagem do Canadá para Hong Kong.*

Houve uma mudança de pessoal no Ministério das Relações Exteriores e o Sérgio Correia Afonso da Costa foi feito secretário-geral. O Sérgio Correia da Costa fazia parte do grupo que tinha ido para Buenos Aires comigo. E nós tínhamos mantido desde então um relacionamento de trabalho muito íntimo. O Sérgio, no dia em que assumiu a Secretaria-Geral, me mandou um telegrama para o Canadá, dizendo: "Assumi hoje a Secretaria-Geral. Quais são as suas reivindicações?" Eu mandei um telegrama para ele, dizendo: "Olha, estou chegando da Rússia, onde ajudei a preparar o reconhecimento. Eu gostaria de ir à China, fazer um levantamento equivalente ao que eu fiz para a Rússia. Avaliar das vantagens para o Brasil de um reconhecimento da China ou não". A resposta foi: "V. Sa. removido para Hong Kong. Rogo passar pela Secretaria de Estado para instruções".

MHC *Embaixador, não era perigoso, em 1967 e, sobretudo, em 1968, falar de reatamento de relações exteriores com a China? O senhor tinha noção, embora tendo ficado em Moscou, tendo ficado no Canadá, dos acontecimentos do Brasil, não é? 1968, o Brasil está em uma efervescência total – há a Passeata dos Cem Mil e o povo brasileiro vai ser contemplado com o AI-5. Quer dizer, como é, então, que o senhor achava que havia possibilidade de fazer um trabalho que, realmente, conduzisse ao reatamento, quando a posição brasileira já era, bastante ferrenhamente, antissocialista, anticomunista, inclusive o povo brasileiro encarado como inimigo interno?*

É preciso não esquecer que o monólito socialista havia-se rompido e que a China e a Rússia estavam-se castigando, fustigando terrivelmente e, infelizmente, nós só tínhamos informações indiretas sobre a China, via inimigos da China, que tinham interesse em confundir a realidade chinesa para o resto do mundo. Então, a ideia de participar desse *splitting* do bloco socialista, reatando relações com a China – como, possivelmente, agora nós estamos *splitting blocks*, reatando relações com Cuba – era uma ideia que fazia sentido e não era tão perigosa assim. Diga-se de passagem que o Sérgio e eu mantínhamos longa correspondência sobre o assunto, já [*havia*] algum tempo. Os telegramas foram só para afirmar a decisão de atuar, ou não. Quando eu voltei da China – nós já conversamos sobre isso – eu fiz, sobre a China, conferência na Escola Superior de Guerra e na Escola do Estado-Maior do Exército. Foram muito bem recebidas.

MHC *O senhor diria, então, que existia, realmente, um interesse de bases técnicas? Quer dizer, de troca de duas economias. Aí, então, a política, a questão política, não estava tão premente?*

É exatamente isso. Incidentalmente, economicamente, nós temos feito acordos fantásticos com a China. Nós vendemos quinhentos milhões de dólares em tanques de guerra para a China, que é, ela própria, produtora de tanques excelentes.

MHC *Embaixador, qual foi sua impressão de Hong Kong?*

Da colônia? Impressão em que sentido?

MHC *No sentido da vida em Hong Kong, da agitação de Hong Kong. Por que a sensação que se tem é de que é um local muito agitado, não é?*

Bom, nós estivemos em Hong Kong durante a Revolução Cultural. Explodiam bombas todos os dias, em toda parte. No dia em que nós chegamos, fomos para o Hilton Hotel, explodiu o elevador. Muitas

vezes, quando eu entrava no consulado, tinha uma multidão na porta. O que era? Era uma bomba que tinha acabado de explodir. Eu ainda encontrava os pedaços de alguns desgraçados estraçalhados contra a parede. O que mais me espantava eram os olhos, que ficavam grudados na parede e vinham escorrendo, assim como uma ostra, lentamente, pela parede abaixo.

MHC *Muita miséria em Hong Kong ou não?*

Não. O chinês é extraordinariamente trabalhador. E extraordinariamente inteligente e capaz de resolver os seus problemas. Comida, certamente, não faltava.

MHC *O senhor chegou a ir a Pequim?*

Eu fiz mais, foram viagens de trem até Cantão. Cantão era o grande centro econômico e exportador, porque Hong Kong era um porto de transbordo e Cantão era de exportação direta. A indústria de Hong Kong consistia em imprimir, [*em*] produtos chineses, um carimbozinho que dizia *made in Hong Kong*, porque era tudo *made in China*.

MHC *Nós já falamos sobre diversos estadistas. Vamos lá: qual é a sua opinião sobre Mao Tsé-tung?*

Eu acho [*que*] Mao Tsé-tung é o maior estadista dos últimos tempos. Quem leu os famosos pensamentos, fica abobalhado pela simplicidade, *straightforwardness* e relevância de seus pensamentos. Às vezes, eles parecem meio inocentes, por exemplo, mas para o caso da China, não são. "Nunca convoque uma reunião sem um assunto para discutir". Eu usei muito esse pensamento quando se convocou a reunião de Estocolmo sobre meio-ambiente. Era como se eu visse o pensamento 104 de Mao Tsé-tung: "Nunca convoque uma reunião sem um assunto para discutir". Na China, onde o ministro da Agricultura era nomeado porque era capaz de pintar uma espiga de trigo com perfeição numa tela, e não porque ele plantasse trigo, muita coi-

sa que Mao Tsé-tung fez é interessante. Olha, na guerra do Vietnã, o general Giap, que derrotou os americanos, com todo o poderio americano, não fez outra coisa senão aplicar as estratégias de Mao Tsé-tung.

MHC *Em sua opinião, o Mao conseguiu resolver bem o fechamento da tesoura?*

Eu acho que o Mao é mais extraordinário como chefe militar do que como um economista. A própria Revolução Cultural tinha algumas coisas interessantes, sabe? O Lin Piao e o Chou En-lai eram de opinião que a China ia ser atacada pela Rússia e pelos Estados Unidos – pelos dois. Então, eles queriam uma industrialização rápida da China, para poder resistir. E o Mao Tsé-tung era de opinião de que, essa industrialização, eles não tinham tempo de realizá-la. Então, daí, aquela industrialização de aldeia que ele planejou, com pequenos fornos catalães de quintal, para produzir aço. Ele precisava que a China, mesmo ocupada, pudesse continuar a combater. Aliás, quando ele derrotou o Chiang Kai-chek, o Chiang Kai-chek estava super armado de equipamentos americanos. O Mao tem algumas frases que, se a gente refletir sobre elas, são extraordinárias. Ele, por exemplo, diz: "Quem cerca, está cercado; ninguém cerca sem estar cercado. O ato de cercar é o ato de se fazer cercar". E, com isso, ele derrotou o Chiang Kai-chek. O Chiang Kai-chek conduzia um exército de primeira, todo mecanizado, avançava nas áreas chinesas. A primeira coisa que o Mao Tsé-tung fazia na área de avanço do Chiang Kai-chek era uma reforma agrária. Imediatamente, ele decretava uma reforma agrária. Então, todo chinês, todo camponês, ficava pró Mao Tsé-tung. O Chiang Kai-chek ia avançando, os comunas iam abrindo na frente dele e bloqueavam a saída. A única coisa que ele fazia era botar um *road block* na saída. Imediatamente, a psicologia mudava. Porque o problema do Chiang Kai-chek passava a ser voltar atrás e não continuar para frente. E voltar para trás contra um *road block* que já tinha sido aprofundado e tido tempo de se reforçar. Quer dizer, os chineses do Chiang Kai-chek estavam combatendo para trás,

na direção errada. Psicologicamente, isso liquidou todo o exército do Chiang Kai-chek.

MHC *E aí tem a questão da estratégia, mesmo. Quer dizer, a formação, do que o senhor estava falando, do Exército Popular da China. Me parece que ali todo mundo pega em armas e todo mundo é um militar, que vai e que avança, não é?*

É a tal industrialização de aldeias, com pequenos fornos: todos eles fabricavam munição no fundo do quintal. E, mesmo que os russos e os americanos viessem com bombas atômicas, eles poderiam continuar lutando. Aí foi a briga com o Lin Piao e o Chou En-lai, que queriam industrializar. E com o Lin Xiao-chin. O Lin Xiao-chin tinha sido designado pelo Mao para ser seu substituto. Mas o Lin Xiao-chin queria a industrialização à europeia e à Estados Unidos. Então, foi posto para fora.

MHC *E como é que o senhor vê a situação da China agora?*

Bom , o Deng Xiao-ping é extraordinariamente arguto. Ele percebeu que a China está em contato com o mundo. E que ela está invejando o mundo. Então, ele resolveu fazer uma industrialização consumista, agora.

MHC *Dando ênfase nos bens de consumo duráveis?*

É. Ele chega ao limite e à ironia de dar Coca-Cola. O Deng Xiao-ping diz: "Depois que o chinês provar Coca-Cola, ele vai ver que não tem nada mais a copiar do mundo ocidental".

MHC *É outro caminho de desenvolvimento, para o senhor, que não é o caminho russo? São dois caminhos completamente diferentes?*

É, porque o russo foi muito rígido. Os chineses são muito mais flexíveis: pouquinho daqui, pouquinho dali. Aquele negócio de deixar o

exército inimigo penetrar e fechar, porque é o inimigo que tem todo o trabalho de se deixar cercar.

MHC *Não, eu falo em termos de desenvolvimento econômico. Quer dizer: quais são os pontos em comum e os pontos diferentes, dentro do comunismo russo e do comunismo chinês, em termos de desenvolvimento econômico?*

O comunismo russo é, em termos marxistas, um capitalismo industrial de Estado, de alta densidade. Com o sacrifício do trabalhador, com a manutenção da tesoura aberta para desviar recursos, recursos de capital para acumular capital. E o chinês, a partir da Revolução Cultural, sobretudo, com uma enorme ênfase na agricultura, ou seja, alimento; na indústria leve, portanto requerendo menos capital; e usando aquela habilidade secular, milenar, chinesa de produzir coisas de alta categoria, de alta qualidade por meios manuais. A seda chinesa, as porcelanas chinesas...

MHC *Qual dos dois, em termos de projeção de futuro, em termos de desenvolvimento econômico, tem melhores perspectivas – a China ou a Rússia?*

Em termos de desenvolvimento, a China, evidentemente.

MHC *E enquanto cabeça-de-ponte do mundo socialista e do mundo comunista? O senhor acha que a Rússia dificilmente perde esse lugar?*

A Rússia tem uma coisa em favor dela: é a tecnologia de alto nível. Tecnologia espacial muito adiantada, miniaturização, coisas do gênero. Ela está muito avançada aí, para a China alcançar isso. Mas o chinês é mais feliz, é um povo mais encontrado em si mesmo, o chinês é um povo mais ele mesmo... ele não tem de se violentar, violentar as suas raízes e a sua maneira de ser.

MHC *Ele nunca passou por um processo de 'ocidentalização' que, de qualquer maneira, em termos de história, a Rússia passou, não é? Pedro, o Grande é um exemplo de 'ocidentalização'. Quer dizer: essa questão do ocidental penetrou muito na Rússia, na minha avaliação.*

E o Sun Yat-sen é o Pedro, o Grande da China. Ele tentou ocidentalizar a China, mas não conseguiu.

MHC *Pois é, mas acontece que aí é uma questão de tempo histórico. Quer dizer: a formação da mentalidade russa,* [deu-se] *em termos seculares e a 'ocidentalização' da China é mais recente. A da Rússia é muito mais antiga.*

É.

MHC *Então, formou-se uma mentalidade muito mais 'ocidentalizada' que a mentalidade chinesa. Talvez, de Rússia, China e Japão, o menos ocidentalizado seja a China. Muito embora isso seja uma coisa interessante no Japão. Quer dizer: na minha avaliação, com o capitalismo japonês, com todo o avanço industrial japonês, contudo, o Japão é um país peculiar...*

O Japão é um país oriental e tem muita influência da China. Talvez seja por isso que a China esteja menos 'ocidentalizada', por ter visto que o Japão é um caminho alternativo, no qual, procurando-se as raízes da civilização oriental, se encontra um caminho para uma vida melhor.

MHC *Quer dizer que o senhor concorda comigo? O Japão, embora nas aparências possa parecer ocidentalizado, ele é bastante oriental, fundamentalmente oriental.*

É muito oriental.

MHC *O mundo ocidental penetrou pouco. É muito mais uma questão de aparência do que de essência?*

É. Basta olhar o comportamento do japonês, pensar no *kamikaze*, pensar no *harakiri*, pensar nessas coisas tão naturais ao japonês!

MHC *Como o senhor definiria o modelo de desenvolvimento econômico japonês?*

É um modelo capitalista concentrado, acelerado, em que eles abriram o país com o objetivo de importação de tecnologia e conseguiram.

MHC *Mas o senhor o qualificaria como um modelo novo de desenvolvimento, uma coisa nova na história? Quer dizer: tomando-se a história desde a Revolução Industrial, o senhor acha que o desenvolvimento do capitalismo no Japão tem uma característica especial, ou não?*

Tem, sim. O desenvolvimento da industrialização, por exemplo, na Europa, foi um desenvolvimento imposto de uma classe para outra, não foi? Uma classe espremeu a outra e tirou os recursos. O japonês, foi autoimposto e autoimposto com prazer. Isso é que é engraçado: é quase masoquista.

MHC *O senhor não acha que tem um traço corporativo muito forte nesse capitalismo japonês, não?*

Tem, mas é uma característica japonesa e oriental em geral. E os chineses vão seguindo por esse caminho, também.

MHC *Mas é o mesmo tipo de corporativismo que se vê no Japão? Porque, por exemplo, a minha impressão é que no Japão não existe um corporativismo sindical, há um corporativismo de empresa, não é? Quer dizer: é dentro daquela unidade de produção, é dentro daquela empresa que o corporativismo se faz sentir.*

É. A unidade, a célula produtora tem muito menos influência dentro do mecanismo global. Quer dizer: o trabalhador é muito menos ouvido no Japão e na China do que no corporativismo ocidental, à americana ou europeia...

MHC *... muito mais construído em cima do sindicato do que propriamente da empresa. O senhor acha, então, que é menos conflituoso esse tipo de caminho? O caminho japonês é menos conflituoso, então, do que o caminho ocidental normal?*

É muito menos conflituoso. Olha o Brasil, agora, por exemplo: é só dar meio palmo de liberdade corporativista, eles estão fazendo tudo quanto podem para demonstrar que não servem, para agredir o próprio sistema, de dentro para fora! O nosso corporativismo está sempre com gripe...

MHC *Mas o senhor é contra ou a favor de um, ou de outro corporativismo? Quer dizer: o senhor acha que essa questão da corporação é uma questão que já está dentro do próprio ser humano e que, portanto, ela é aproveitada, porque já está, realmente, presente ali? E, nesse caso, inevitavelmente, mesmo sob o neoliberalismo, vai sempre haver um tipo de corporativismo? Mas, que corporativismo – do tipo japonês, por exemplo – permite dirimir melhor os conflitos entre capital e trabalho?*

Olha, o corporativismo japonês é muito parecido com o corporativismo alemão – da grande era prussiana, da industrialização alemã. O apoio da população alemã àquelas grandes firmas, aos Krupps, e o orgulho que eles tinham de pertencer àquilo, era enorme.

MHC *Então, quer dizer que, enquanto sistema de dominação, enquanto instrumento para dirimir ou diminuir o conflito entre capital e trabalho, o tipo de corporativismo japonês é mais eficaz?*

Muito mais eficaz. Não tem dúvida! Aliás, é só olhar as séries de crescimento das economias consequentes, para ver que é muito mais

veloz e é muito menos arrepiado de ciclos, ou anticiclos. É um longo ciclo de crescimento e não uma série de 'ciclinhos', ciclinhos mais ou menos...

MHC *Engraçado, também. Eu estava falando para o senhor e estava me lembrando: esse tipo de corporativismo, que eu estava discutindo – de empresa – não lhe parece também ter uma ênfase no familiar, no sentido de que a tecnologia vai sendo passada de pai para filho, de avô, uma coisa ancestral?*

É.

MHC *A própria família já constitui um aprendizado: o pai vai para aquela fábrica, passa para o filho, o filho passa para o neto. Essa questão de corporativismo, no Japão, está dentro da própria família. Me parece que a tendência é que as famílias permaneçam e trabalhem para as mesmas empresas, secularmente.*

E aumenta muito o orgulho de pertencer ao sistema. E, com esse orgulho, com que eficiência o indivíduo se dedica ao trabalho!

MHC *E o Japão tem um problema – isto é, tinha: me parece que ele solucionou isso muito bem – o Japão tinha mão-de-obra em abundância, não é?*

Relativamente. Em termos convencionais, na época da Revolução Industrial japonesa, emprego tinha de ser agrícola e eles não tinham terra. Então, com o sistema de industrialização que eles criaram, a abundância de emprego foi muito grande. E deu muito conforto e tranquilidade à população. E deu, também, paralelamente, uma enorme possibilidade militar. Porque a possibilidade de recrutar um trabalhador industrial para as forças armadas é muito maior do que um camponês, que tem um grau de analfabetismo mais pronunciado.

MHC *Qual o grau de militarização do Japão?*

O Japão está sendo estimulado a se remilitarizar, sobretudo contra a União Soviética.

MHC *Na base da importação de armamentos dos Estados Unidos, por exemplo?*

Não, os japoneses estão produzindo agora os próprios armamentos. Eles já criaram uma indústria de aviação, de novo.

Missão em Hong Kong

Em Hong Kong, a primeira coisa que eu fiz foi entrar para a Universidade de Hong Kong – a Faculdade de Economia da Universidade. Infelizmente, em pouco tempo, eu já não era mais aluno, já era professor da faculdade. Mas a faculdade de Economia de Hong Kong, quando discutia a China Continental, discutia de forma safadamente errônea.

MHC *Ideológica, o senhor diria?*

É. Por exemplo: produção de carvão na China. Eles faziam uma avaliação da produção de carvão na China muito pequena – que a China é um dos maiores produtores mundiais de carvão e era nisso que eu estava de olho, porque eu queria importar carvão chinês para o Brasil – carvão siderúrgico. A gente fazia uma avaliação mínima, tão pequena, que... Eu levei um computador, um Olivetti, para o consulado em Hong Kong. Nós fizemos um cálculo daquela quantidade de carvão, a caloria que tinha e como é que, nas temperaturas da China do norte – que é um dos países mais frios do mundo, Manchúria, aquela coisa toda – [*com*] aquela quantidade de carvão, quantos chineses sobreviveriam. Nós fizemos cálculos desse tipo. Fomos direto ao computador, chegamos à conclusão de que estava tudo errado. Que tinha que ser uma quantidade de carvão infinitamente maior, já que o chinês não morria de frio. A mesma coisa, calculamos com o peso médio do chinês, que estava se mantendo fixo – o chinês não estava

emagrecendo. Então, ele estava comendo o suficiente para se manter. O cálculo da produção de trigo e arroz na China nós fizemos e demonstramos que a universidade estava errada. Era bom a gente pegar a universidade! A gente pegava tudo que a gente via que era safadeza, que tinha intenção de enganar. E fizemos uma matriz da economia chinesa, que funcionou muito bem. Nos deu uma capacidade de previsão muito grande do que estava acontecendo na China. Inclusive a população, que estava subestimada, era muito maior do que eles estavam calculando. Nós vimos logo que era muito maior, porque a China tem uma coisa interessante: o país das estatísticas mais antigas do mundo. Os mandarins faziam estatísticas demográficas há mais de cinco mil anos. E muito bem feitas. Então, nós pegamos essas estatísticas antigas, extrapolamos, intrapolamos, retrapolamos e calculamos a população da China. Naquela época, [*havia mais*] chineses do que eles confessavam, eles próprios. E eles ficavam com muita surpresa quando chegava a época das convocações para serviço militar, porque aparecia sempre muito mais chinês do que devia. E aparecia de acordo com a percentagem daquilo que nós tínhamos calculado. Então, nós fomos calculando que nós estávamos certos. E, aos poucos, calculamos o número de chineses, e o que tem que comer um chinês. Nós fomos calculando a produção agrícola chinesa. Nunca mais tinha havido fome na China. Como é que uma população de mais de um bilhão pode comer, e não sentir fome, se a produção agrícola não for, no mínimo tanto ou quanto? Embora houvesse, também, alguns truques chineses. Por exemplo: eles mandavam arroz de primeira qualidade, vendiam no mercado internacional esse arroz por um preço relativamente alto, e com a diferença de preço eles compravam o trigo. Eles não plantavam trigo. Eles plantavam arroz, vendiam esse arroz com um sobrepreço, que o mercado aceitava naturalmente pela qualidade do arroz, e importavam com isso todo o trigo que queriam.

MHC *Geralmente importavam o trigo de onde?*

De muitos lugares: dos Estados Unidos, da Rússia. Muito da Rússia.

O trigo siberiano descia para a China com muita facilidade – não tinha quase problema de transporte. E as estradas de ferro, ali daquela área, são muito mais norte-sul do que leste-oeste. Não era trigo da Ucrânia, era trigo siberiano.

MHC *Feito todo esse levantamento, como é que o senhor começou a mandar as notícias para o Brasil, os levantamentos? E quais as propostas que, objetivamente, o senhor encaminhou?*

A primeira foi ver se os chineses estariam interessados em vender carvão e petróleo. Eles estavam também avançando muito na descoberta de petróleo, ainda com a ajuda russa.

MHC *Que já seria uma coisa que já estava na sua cabeça, perante a falsidade do relatório Link e as propostas russas de* [pr]*ospecção de petróleo no Brasil?*

É.

MHC *Quer dizer que a Rússia estava fazendo na China exatamente aquilo que o senhor desejaria que fosse feito aqui?*

A China, para nós, era um bom exemplo daquilo que podiam ser as nossas relações com a Rússia. A Rússia tinha, inclusive, estabelecido na China fábricas de automóveis muito boas. Tanques de guerra, automóveis, aviões.

MHC *Inclusive é uma coisa interessante, porque se a gente começa a ver, por exemplo, no cinema, essa coisa começa a se refletir aí. Os vilões praticamente...*

São chineses.

MHC *Na década de setenta, deixam de ser os russos para serem os chineses, não é? Aí, a gente volta àquela velha tecla dos Estados*

Unidos ameaçados com o desenvolvimento econômico alternativo.

Os chineses realmente tinham, apesar da eliminação do Lin Xiaochin – que era favorável à grande industrialização – eles tinham conseguido, com a assistência russa, uma tecnologia muito avançada. Uma vez eu conversei com um senador americano, [*membro*] do comitê de Forças Armadas, [*que*] estava voltando de uma inspeção a convite do exército chinês. Então ele disse: "O poder de fogo de uma divisão chinesa é o maior que eu conheço. Não tem no mundo ocidental nada que se compare. O que eles têm de foguete, de artilharia convencional de tubo, é qualquer coisa de extraordinário!"

MHC *Embaixador, o senhor chegou a enviar alguma proposta para o Ministério das Relações Exteriores daqui, incentivando o reatamento das relações, abrir relações com a China ou não ?*

Natural, não? Era o final do relatório. Quer dizer: depois de demonstrar aquela massa enorme...

MHC *... de potencialidade?*

... econômica, ficar de fora é loucura.

MHC *E, em sua opinião, quais foram os desdobramentos concretos do seu trabalho na China?*

Foi o reatamento. Os chineses estavam muito ressabiados com o Brasil. Porque, quando veio a Revolução de 64, nós pegamos uma missão chinesa que estava aqui, no Rio de Janeiro, e maltratamos muito. Eles queriam saber, primeiro, que garantias nós podíamos dar de que isso não se repetiria. Foi um pouco de vergonha para o nosso lado. Os chineses andaram apanhando, apanhando aí na cadeia. Foram trancafiados. Incomunicáveis. E o consulado chinês não pôde entrar em contato com eles.

MHC *Como é que o senhor começou a penetrar diplomaticamente na China Continental, na China comunista, e começou a perguntar...*

Pelos bancos chineses, que iam a Hong Kong. A China tinha em Hong Kong vários bancos, o Banco Nacional da China. E foi muito engraçado, que na porta do banco tem daqueles dragões chineses segurando uma bola com a pata. E, do outro lado, em geral, uma daquelas... um símbolo inglês, que tem também um dragão e um unicórnio. Então, nos jornais chineses, você via sempre um unicórnio pedindo a bola que o dragão estava segurando na pata dele. E o dragão respondendo: "A bola é minha".

MHC *Mas, quer dizer, então, que foi através dos banqueiros que o senhor começou a penetrar? Quer dizer, não foi diretamente com escalões superiores, nada disso? Foi através dos banqueiros?*

Não. Foi através dos grandes comerciantes.

MHC *Embaixador, o senhor achou satisfatória a sua estada na China? O senhor gostou da experiência em Hong Kong?*

Adorei. Eu fiz contato com o Chou En-lai, que era realmente o mais intelectualizado dos chefes chineses. E arrumei o encontro dele com o nosso ministro das Relações Exteriores, no Mar Amarelo, num navio. Mas não houve jeito do Magalhães Pinto querer ir ao encontro. Os chineses queriam um favor do Brasil que, se nós tivéssemos feito, teria sido brilhante. Os americanos, ali no Vietnã, estavam querendo atravessar o paralelo para o norte, como tinham feito anteriormente, na Guerra da Coreia. E os chineses queriam avisar que, se eles atravessassem para o norte – o paralelo não sei o quê, não me lembro mais o número do paralelo, não era o 38, não; era o 33, eu creio – que eles, chineses, entrariam na guerra, do lado do Vietnã do Norte. Eles queriam avisar para não atravessar. E queriam usar o Brasil como instrumento de comunicação.

MHC *Um intermediário.*

Intermediário. No caso da Coreia, eles tinham usado os suecos. Se o Brasil tivesse prestado esse serviço, teria sido brilhante. Mas o Magalhães dizia, talvez com razão: "Olha, o Costa nunca vai entender um encontro meu com o Chou En-lai". O Costa e Silva. "Ele nunca vai entender. Eu não sei, não". E acabou não indo.

MHC *E também o Magalhães Pinto é mineiro.*

Vai ver que ele tem razão. Talvez o Costa... Eu não conhecia suficientemente o Costa e Silva para saber se entenderia esse favor. Os americanos teriam ficado muito gratos. E o Chou En-lai querendo saber: "E o encontro? Cadê o encontro? Quando é que a gente encontra?" Eles iam botar um navio ali no Mar Amarelo, e nós iríamos de lancha, e encontraríamos no navio para ter as conversas. E chinês preparava essas coisas muito bem.

MHC *O senhor sabe se ele chegou a levantar, de alguma maneira, a hipótese junto ao presidente, ou não?*

Não. Não levantou, não. Eu acho que ele ficou com medo de comunicar que tinha estado em contato indireto com o Chou En-lai. E mineiro é mineiro, não é? Brasil é Brasil! Mas, ali daquele cantinho de Hong Kong! Eu estava em Hong Kong e o ministro tinha ido a uma conferência da UNCTAD em Nova Délhi. Eu mandei o Álvaro Alencar, que estava comigo – e que agora é um dos negociadores da dívida externa – eu mandei o Álvaro Alencar a Nova Délhi, comunicar que o Chou En-lai queria vê-lo. Ele já chegou em Hong Kong escabreado. Não queria ir, não. Nós tínhamos um colega que estava acompanhando ele e que foi muito contrário. Aconselhou ele muito a não ir. Um colega diplomático.

MHC *Bom, e aí, Embaixador, quer dizer: o senhor saiu de Hong Kong em* [*19*]*69. Mas quando o senhor estava em Hong Kong, o senhor fez viagens periódicas ao Brasil?*

Periódicas, não. Foi quando o ministro passou lá, que ele me convidou para servir com ele no gabinete. E eu aceitei voltar para o Brasil para isso. Eu achei, na época, o Magalhães Pinto muito aberto e inteligente.

19. NACIONALISMO

ENTREVISTA • 21 MAIO 1987

SRM *O nacionalismo patriótico do início dos anos [19]50 – que é simbolizado por campanhas, por exemplo, como a do "Petróleo é nosso" – constituiu uma ameaça aos interesses norte-americanos no Brasil?*

Sem dúvida, era interpretado dessa maneira, sobretudo pelo governo americano e, obviamente, pelo capital americano. Chegou a um apogeu contra o Brizola, quando houve o nacionalismo do Brizola, que nacionalizou uma subsidiária da ITT no Rio Grande do Sul. Aí é que realmente eu vi um povo enfurecido. O povo americano se enfureceu. E o governo americano enfureceu-se também. O assistente secretário-geral para assuntos latino-americanos não saía lá da embaixada em Washington.

MHC *Mas isso é década de 60. Eu gostaria de saber do senhor em referência à década de 50...*

Mas, 60 foi apenas a extrapolação do que aconteceu em 50...

MHC *Em sua opinião, Embaixador, como é que a Secretaria de Estado norte-americana reagiu à questão da possibilidade do retorno de Vargas ao poder? O retorno de Vargas ao poder era visto com bons olhos pelos americanos?*

O retorno de Vargas ao poder, aos olhos americanos, se realizou com o retorno do João Goulart. O Goulart era a imagem do Vargas. Aliás, era o instrumento do Vargas na área correspondente: nacionalista, trabalhista.

MHC *Mas eu falo em relação aos anos 50, porque uma vez eu li um*

documento do embaixador dos Estados Unidos na época, prestando contas à Secretaria de Estado norte-americana, dizendo que possivelmente a vitória de Vargas na eleição significaria a implantação de um tipo de capitalismo com bases nacionais e, possivelmente, com um discurso um pouco socialista e que isso não interessava aos Estados Unidos. E, nesse momento, aconteceu a queda do Arbenz. Então, é nesse sentido que eu estou colocando a pergunta para o senhor. Em sua opinião, quando termina o governo Dutra e fica claro que Vargas provavelmente será eleito, essa eleição constitui uma ameaça, por parte da política externa norte-americana, em relação à América Latina?

Se ela constituiu, ou não, é difícil dizer. Mas, ela foi entendida como constituindo, da mesma maneira que o Spruille Braden entendeu – aliás, com muita razão – que a volta de Perón, a eleição do Perón, seria também uma volta a um nacionalismo, com as mesmas características. E o Getúlio era entendido como um "Perón brasileiro". Foi por isso que eu fiz a tal viagem ao Brasil, para impedir o Gordon de falar contra a eleição, ou contra o plebiscito a favor do Jango Goulart. E eles exigiam que o Goulart falasse a favor da carta de Punta del Este, que era, na verdade, analiticamente, a carta de Bogotá, que nós tínhamos trabalhado em Bogotá com o Dillon. Era uma carta em que os Estados Unidos se comprometiam com um nível altíssimo de assistência financeira aos países latino-americanos, assistência essa que não era apenas para desenvolvimento econômico, era para desenvolvimento social. Incidentalmente, o Instituto Thomas Jefferson no Brasil, que tem muita influência, está com a intenção de trocar a ênfase do seu trabalho – não é mais ensinar inglês. Vai passar a ser agora a *brain-wash* do estudante brasileiro no sentido da civilização norte-americana, do contrato social norte-americano. E essa é a ideia deles no momento atual. Como diretor do Departamento de Educação, Ciência e Tecnologia do Ministério, eu era parte do Conselho de Administração do Thomas Jefferson e fui sempre contra essa ideia de transformar aquilo em agência de propaganda americana.

MHC *Mas, num certo sentido, Embaixador, o Ponto 4 não se transformou exatamente nisso que o senhor está falando?*

Não. O Ponto 4 permitiu a indústria brasileira; o Ponto 4 permitiu a construção naval brasileira. No duro, no duro, o Ponto 4 tinha um objetivo de treinamento de operários muito parecido com o treinamento de operários que a Federação das Indústrias já vinha fazendo, nessas escolas técnicas profissionalizantes. Era mais nesse sentido.

MHC *Quer dizer que, na área, por exemplo, de cursos sindicais fora dos Estados Unidos, existindo praticamente através de cursos Ponto 4 oferecidos pela Organização Mundial do Trabalho, não haveria treinamento de tipo algum...*

Não, a Organização Mundial do Trabalho é bastante independente dos Estados Unidos da América. Ela é muito mais europeia que americana. Repare que diretores e secretariados, os indivíduos que [*a*] orientam, são muito mais franceses, alemães, ingleses. Uma coisa importante é a presença russa, que está sempre ali, como uma trava, quando o negócio tende a degenerar em certas direções. Os russos apoiam a Organização Mundial do Trabalho e a UNIDO e oferecem muito treinamento. E lógico que o treinamento deles vai acabar sempre, num certo grau, entusiasmando o treinado pelo sistema soviético.

MHC *Quanto ao Ponto 4, então, a questão era, realmente, curso profissionalizante. Não havia treinamento de lideranças, como dizer, em nível sindical, em sua opinião?*

Não. Lideranças, tem havido muito mais, no Brasil, no nível empresarial. Em nível empresarial e em nível racial.

MHC *O senhor, ainda há pouco, falou no Perón. Eu queria aproveitar o gancho e perguntar se havia, de fato, a possibilidade do Pacto ABC, que o Perón propôs e, nesse caso, o que ele representaria em termos de desenvolvimento econômico autônomo?*

O Perón que eu conheço melhor é o Perón da revolução. É o Perón da Evita. Eu estava na Argentina quando o Perón tomou posse. Perón, com a desculpa da palavra, é um louco completo. Quando nós estávamos na Argentina, um dos nossos trabalhos era avaliar a potencialidade militar relativa da Argentina e do Brasil, porque havia um risco de conflito entre os dois países no final da guerra passada. A Argentina, entrando do lado da Alemanha em cheio, quando o Brasil ainda estava engajado com os Estados Unidos, graças à atração do Roosevelt junto ao Getúlio. E a essência do nosso relatório, que eu acho que era inteiramente válido e foi totalmente justificado pelos fatos subsequentes, era de que, se Perón assumisse a Argentina, ele acabava com a economia argentina em um ano. O que, de fato, aconteceu. Não conhecia nada de economia e estava mais do que empenhado em lançar a Argentina num caminho pseudossocialista. Queria criar um desses organismos que não são nem uma coisa, nem outra e que acabam se confundindo. E liquidou a economia argentina, ultrapróspera. A Argentina, no final da guerra, era um país que chegou acreditar poder fazer um Plano Marshall para o resto da América Latina. Era um dos poucos países do mundo que produzia aviões a jato; produzia os seus tanques de guerra, de ótima qualidade, o que exige uma tecnologia metalúrgica e uma tecnologia militar muito avançada.

20. PAPEL INTERNACIONAL DO BRASIL

ENTREVISTA • 4 JUN. 1987

Eu não teria medo de ver o Brasil se tornar hegemônico, porque o Brasil não é um país agressivo. O Brasil não é um país insatisfeito. Digamos: do ponto de vista territorial o Brasil tem terra demais, oito e meio milhões de quilômetros quadrados; tem recursos infinitos, com exceção de petróleo de que somos relativamente pobres, ou até agora temos sido relativamente pobres. Na verdade nós somos pobres porque não procuramos adequadamente as reservas de petróleo. Todos [*os*] países têm uma correlação altíssima com o número de metros perfurados em pesquisa de petróleo. O Brasil tem exatamente a reserva de petróleo que pesquisou. Nada mais, nada menos. Talvez, ele não seja pobre nem em petróleo. Certamente não é pobre em energia. Quando a gente vê a energia hidrelétrica do Brasil e a energia solar do Brasil! Nós estamos caminhando tecnologicamente para um aproveitamento econômico de energia solar. O que o Brasil tem, portanto, nos torna um país sem invejas e sem rancores. E sendo um país assim, quando a gente vê os grandes conflitos, a gente nota que eles têm bases históricas. A Europa e suas guerras, e seus massacres periódicos, é uma pura antipatia fronteiriça. Não tem nada na França que a Alemanha queira tirar. Pelo contrário, eles querem é ir lá gozar um pouquinho de boa vida em Paris. Na Rússia é verdade que havia alguma coisa que eles queriam, que era aquela extensão de terra preta na Ucrânia e a riqueza mineral. O Brasil, sob esse ponto de vista, equivale à Rússia, quer dizer, tem um pouco de tudo e um clima muito mais ameno.

SRM *Embaixador, dos vários documentos seus que nós lemos, teve um que nos chamou a atenção e, nele, fica bastante clara sua reação ao conceito de 'graduation' do GATT. Por que essa reação?*

O Brasil, a partir da Conferência da UNCTAD, liderou uma filosofia de cooperação econômica segundo a qual os países desenvolvidos ofereciam certas vantagens aos subdesenvolvidos. Os países desenvolvidos concederam essas vantagens, mas o conceito de *graduation* não é outra coisa senão a cláusula de escape que eles colocaram nas concessões que fizeram. Ela consiste no seguinte: todo aquele país subdesenvolvido que atingir um certo nível de desenvolvimento perde a vantagem oferecida. Então, é lógico que nós temos que ser contra a ideia de *graduation*, porque a verdade é que, vamos dizer, que eles façam uma concessão para certos tecidos brasileiros de alta qualidade, e na hora em que você conseguir vender o tecido, eles retiram a *graduation* e você fica de fora. É só enquanto durar, que o negócio vale. Logo eles tiram e você volta à estaca zero. *Graduation* é uma cláusula de escape para as concessões oferecidas.

MHC *Num aspecto mais amplo, não poderia também ser visto como estratégia para dividir a própria UNCTAD ou a UNIDO, i.e., quebrar a união que, porventura, viesse a se construir entre os países do chamado Terceiro Mundo? Colocando melhor: uma estratégia objetivando jogar os menos desenvolvidos contra os NICs[15]?*

E jogavam mesmo. Porque os mais subdesenvolvidos logo começaram a querer vantagens adicionais, quer dizer: *with special emphasis for the less developed countries*. Isto é, tal concessão terá de ser feita, sobretudo, para os mais subdesenvolvidos. E eles usam o argumento: o Brasil é um país muito grande e com uma economia muito grande; quando o Brasil toma conta de uma fração de mercado, não sobra nada para mais ninguém. Eles mesmos pedem aos países desenvolvidos para cortarem o Brasil. E os países desenvolvidos, com o maior prazer, o fazem. Dizem: "Não, o Brasil já é *graduated"*. Quer dizer, já virou desenvolvido, não tem mais direito as vantagens de subdesenvolvido.

[15] N.E. – *Newly industrialized countries*.

MHC *Embaixador, com relação à "Nova Ordem Econômica Internacional", seu pleito partiu de quem?*

A Nova Ordem Econômica Internacional, a expressão, partiu do Brasil; mas, foi um pouco *à la* operação Pan-Americana. Só que não tinha conteúdo.

MHC *E, nessa questão, lhe agrada a classificação do Brasil enquanto 'Newly Industrialized Country'?*

Não, porque *Newly Industrialized Country* é o primeiro degrau na subida para a *graduation*. A gente tem que cortar o negócio do princípio, antes que escorregue até muito alto.

SRM *Embaixador, já que o princípio da 'graduation' vigora e tem esses efeitos nocivos...*

Ele vigora, mas... Digamos: eu sou contra e fiz muito trabalho no ministério contra.

MHC *Era comum da parte dos países menos desenvolvidos do que o Brasil, através do recurso de seus representantes, utilizarem a denominação de 'Newly Industrialized Country' para se referirem ao Brasil?*

Era.

MHC *Quais seriam os outros 'Newly Industrialized Countries'?*

Os *Newly Industrialized Countries* são México, Argentina, Coreia, Taiwan. A Coreia tem uma construção naval equivalente, senão ligeiramente superior, à nossa.

MHC *O senhor acha que esse conceito de 'graduation' poderia ser encarado como sintoma de um interesse em retirar os NICs do grupo dos 77, de maneira a diminuir não só o poder de barganha do*

grupo como um todo, mas dos países em desenvolvimento mais acelerado dentro dele?

A ideia foi induzida pelos desenvolvidos aos *least developed* para poder coonestar as suas posições ao tirarem as vantagens oferecidas.

MHC *O senhor diria que essa política frutificou na relação entre os países 'least developed' com os chamados NICs? A semente plantada deu frutos? Já existe uma tendência a ver com antipatia as reivindicações dos NICs?*

Há. Todas essas reivindicações, em geral, são feitas pelo Brasil. Nós somos muito mais organizados do que os demais, então, as iniciativas partem do Brasil. Mas, na hora que a coisa é aprovada, lá aparece aquele último parágrafo: *with special emphasis for the least developed countries*. Não me lembro exatamente que trabalho meu, sobre esse assunto, vocês leram.

MHC *É um trabalho de 1963, no qual o senhor já se coloca contra a graduação.*

Foi o Guerreiro que me pediu para fazer aquilo. Aliás, ele pediu para eu fazer o contrário. Na verdade, eu fiz o inverso do que ele requisitou. Ele queria argumentos econômicos em favor da não graduação e eu fiz esse documento que não tratou bem do que ele queria. Eu tentei mostrar que nós estávamos no grupo errado, que dar graduação ao Brasil seria passá-lo para o grupo do Primeiro Mundo. O grupo do Terceiro Mundo nos interessava menos do que o Primeiro Grupo. O Primeiro Grupo é onde está toda a colaboração na qual nós temos a ganhar nas trocas. Nós temos alguma coisa a aprender. Nós temos acordos de cooperação técnica com a Alemanha também...

MHC *Então o que estaria em pauta não seria a saída dos NICs do grupo dos 77 para formar uma agrupação autônoma, mas a saída visando à incorporação ao grupo dos desenvolvidos?*

Pelo nosso acordo com os Estados Unidos, nós estaríamos dando compensações mais do que suficientes aos mais subdesenvolvidos ao criarmos uma liquidez capaz de adquirir tecnologia brasileira.

MHC *Sim. Porém o senhor não proporia a saída do grupo dos 77 para formar um grupo só de NICs?*

(Reflete e, depois, decidido) Não. Eu não propus isso, não proporia. Os outros NICs são concorrentes nossos. O México e a Argentina. A Argentina, por exemplo, em indústria automobilística. O México e a Coreia em construção naval são concorrentes nossos. Nós não temos nada a aprender com eles. Nós temos competição com eles.

SRM *Mas, o senhor concorda que no caso de uma ascensão ao grupo dos graduados, nós não ascenderíamos sozinhos; iriam também a Argentina, o México junto conosco?*

É. A ascensão não é um ato individual. É uma consequência estrutural das posições relativas de cada unidade. Quer dizer, você verifica, de repente, que tais países já estão em condições de ajudar aos outros e de não precisar mais de pequenas facilidades. O Brasil não vai pedir, agora, a nenhum país desenvolvido que faça concessões para a exportação de alpercatas. Mas nós podemos perfeitamente pedir concessões para a exportação de dentaduras. Nós somos grandes exportadores de dentaduras, que é uma exportação rica. É muito caro. Tem pouca matéria-prima, mas tem muita tecnologia. É uma espécie de relógio *Seiko* brasileiro.

21. DESENVOLVIMENTO

ENTREVISTA • 4 JUN. 1987

O Brasil tinha consciência de que, com uma economia aberta ao comércio internacional, teria maiores probabilidades de crescimento do que com uma economia fechada na qual se tivesse que inventar o fósforo, a pólvora e a bússola novamente. Mas, nessa economia internacional que era oligopolista, com o monopólio americano numa ponta e o monopólio anglo-europeu na outra, nós tínhamos muitas vantagens para criar condições de concorrência neste mercado. Ao menos a embaixada em Moscou preparou trabalhos procurando demonstrar que a evolução da economia russa era de tal natureza que, se nós passássemos a trabalhar num mercado aonde os russos fossem concorrentes também, tanto para suprir quanto para comprar, nós teríamos imensas vantagens. A ideia não era substituir os Estados Unidos pela União Soviética, porém acrescentar mais um gigante que pudesse concorrer nesse mercado.

MHC *E, em relação aos países africanos e aos países latino-americanos, qual seria a posição do Brasil? Seria uma posição de lançar as bases de um império em termos de mercado?*

Não, a ideia era alargar o mercado dos nossos serviços. O Brasil tendia a se tornar um país com uma tecnologia própria, muito mais adequada aos países do Terceiro Mundo do que as tecnologias da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América. E a nossa tecnologia estava fenecendo, por falta de uso. Quantas represas nós fizemos, depois de Três Marias e Furnas? Quantas usinas de aço com carvão vegetal nós produzimos, depois das primeiras grandes? Quase nada. Nós, com África e América Latina, teríamos condições de produzir para eles alto-fornos com tecnologia brasileira e não existentes na Europa e nos Estados Unidos da América. E, com isso, manter o nosso pessoal afiado, lá na ponta do sistema.

MHC *Mas, nós não poderíamos correr o risco de reproduzir em relação ao Terceiro Mundo o papel que os Estados Unidos exercem em relação a nós?*

O risco de ficar antipatizado?

MHC *De ficar um país imperialista, imperializando os países que estariam em situação mais atrasada, vamos dizer. Reproduzir a dicotomia, a dualidade do desenvolvimento e subdesenvolvimento e o Brasil expoente desenvolvido perante os demais países da América Latina.*

A verdade é que a menor das preocupações do Brasil deveria ser esta, a de se tornar possante em relação aos demais membros do clube a que pertence. O nosso medo sempre foi não ficar possante bastante. E sempre [*nos*] conduzimos direito [*com vistas*] a crescermos relativamente aos demais, dentro do sistema e prestar-lhes serviços reais. Porque a ideia não é dominar esses países por meio de investimentos brasileiros. Nós [não] queremos fazer investimentos em nenhum deles. Nós queremos simplesmente encontrar com eles soluções originais para problemas originais, com matérias-primas originais, climas originais. O risco de chegar a isso é um risco altamente desejável. Se nós – nos Camarões, por exemplo – pudermos fazer altos-fornos de carvão vegetal melhor do que os nossos em Itabira, tanto melhor. Nós traríamos parte dessa tecnologia de volta para o Brasil e poderíamos com a mesma enriquecer Angola e Moçambique com a independência, independência em relação a produtos fundamentais como o aço de alta qualidade.

MHC *O Brasil, atingindo uma posição dessas, não manteria a tese prebischiana do desequilíbrio das trocas? O senhor acha que essa tese é historicamente incapaz de ser posta abaixo? Quer dizer, o desequilíbrio das trocas vai existir sempre? Não há como terminar com isso?*

O desequilíbrio das trocas é uma fatalidade do processo econômico de troca.

MHC *Vai sempre haver? Não há nem solução política, nem econômica que resolva esse impasse?*

Ele é o resultado daquilo que se chama vantagem comparativa. Nós teríamos uma vantagem comparativa. Quem tem uma vantagem comparativa, acaba-a transformando numa vantagem absoluta. Mas nós não estamos discutindo o problema em termos de troca de bens. Estamos discutindo em termos de criação de serviços. Se nós, ao trabalharmos com um parceiro do Terceiro Mundo, pudermos desenvolver serviços de novas naturezas para atender a problemas específicos de uma fase muito inicial de desenvolvimento, nós estaríamos em condições, inclusive, de ajudar a outros países. Além disso, esses países com os quais nós tivermos feito a primeira fase do trabalho são países que também serão donos dessas tecnologias. No acordo que eu negociei com os Estados Unidos agora, isso ficou claro, ou seja, que toda a tecnologia que nós pudermos desenvolver com países do Terceiro Mundo será atribuída a esses países também e eles também poderão usufruir dos benefícios de exportar essa tecnologia. Fizemos uma divisão da exportação da tecnologia para evitar uma monopolização por um grupo muito pequeno. E partimos do ponto de vista [*de*] que um país pequeno, que tiver participado na criação de uma tecnologia nova, não será nunca temido por outros países pequenos. Tem menos probabilidades de ser temido. E alguns dos problemas políticos e temores políticos da cooperação internacional desapareceriam. A outra coisa é que, se nós fizermos esse sistema através de créditos recíprocos, nós estaremos criando novas moedas internacionais. Um crédito em cruzeiros para trabalharmos em Angola ou Moçambique é dinheiro internacional. É moeda internacional. E aumentará a liquidez internacional. E com esse aumento da liquidez internacional, em pouco tempo nós teríamos facilidade em reformar os conceitos da Carta do Atlântico e de Bretton Woods, fazendo com que todos os países pequenos contribuam para a produção de moeda internacional. Moeda internacional é tudo aquilo que está amarrado à prestação de um serviço ou à entrega de um bem, através de fronteiras. E não restaria outro meio a essa sombrinha de Bretton

Woods que ainda existe aí, o Fundo Monetário Internacional, senão emitir esses "SDRs".[16]

MHC *Estaria solucionado o problema...*

Da liquidez internacional.

MHC *E de uma moeda...*

É. Porque a moeda internacional, no momento atual, é meramente o resultado do déficit do comércio americano. Eles imprimem folhinhas de papel, chamam aquilo de dólar e todo mundo aceita aquilo e põe aquilo como reserva. E toda a liquidez internacional é consequência disso. A liquidez internacional poderia ser a consequência dos acordos de cooperação entre os países subdesenvolvidos e, para evitar uma confusão internacional muito grande, o fundo monetário poderia emitir *special drawing rights* em volumes correspondentes para facilitar a comparação dos valores.

MHC *E aí estaria resolvido o problema da convertibilidade da moeda que se está procurando solucionar desde a queda da libra?*

Exatamente.

ENTREVISTA• 15 JUN. 1987

MHC *O senhor diria, Embaixador, que a atual locomotiva dos países desenvolvidos é o setor de serviços?*

É o setor de serviços, mesmo.

MHC *E nos países subdesenvolvidos, qual seria o setor que, na sua opinião, deveria ser considerado o de locomotiva para o desenvolvimento? No Brasil, particularmente.*

[16] N.E. – *Special drawing rights* ou direitos especiais de saque.

Serviços, sem sombra de dúvida. Serviços acadêmicos, serviços de conhecimento. Difusão de inteligência.

MHC *Então, o senhor defenderia uma forma de investimento na produção do conhecimento, na produção de tecnologia?*

E na liquidação real e não tapeada do analfabetismo também. Mas, de verdade. Não meramente ensinar como escrever o nome em documento de votante.

MHC *A canalização de recursos teria de ser jogada na área da educação? Isso para o senhor seria fundamental, pensando a longo prazo, não é? Não seria uma perspectiva imediatista, mas secular, de desenvolvimento?*

Olha, os setores humanos que correspondem a esses serviços são setores fundamentalmente da burguesia média e fregueses de automóveis, de quase tudo que nós chamamos de consumismo. Portanto, levaria a uma forte demanda de produtos industriais brasileiros e produtos alimentares de alto nível. Logicamente, no meio dessa difusão de conhecimentos, estaria a difusão de conhecimentos alimentares, para fazer com que o Brasil, que é um dos maiores produtores de proteínas do mundo, comesse um pouco mais delas.

SRM *Eu queria lhe fazer duas perguntas: qual é o seu conceito de ciência e o que é fazer ciência num mundo 'subdesenvolvido'?*

Fazer ciência num mundo subdesenvolvido é fundamentalmente tornar esse mundo absolutamente familiarizado com matemática, lógica e método científico. Antes de fazermos ciência mesmo, nós temos de aprender o *modus faciendi.* Matemática, lógica e método científico. O que é método científico? Hipótese, experimentação, verificação e utilização. Mas, teria que acabar essa história de professor ganhar salário de lixeiro. Lixeiro é muito necessário, não há a menor dúvida, mas o lixeiro não estudou um décimo, não fez em si próprio o investimento correspondente a um décimo de um professor de matemáti-

ca. Ou um professor de estatística econômica, de econometria. Por que o Roberto Campos aterroriza tanto o Brasil? É porque ele estudou em seminário religioso, onde os padres eram jesuítas de alto calibre e ele tem um bocado de método científico, um bocado de conhecimentos históricos adquiridos e habilidades de manuseio de conhecimento, lógica formal, lógica simbólica. Tanto [*a*] lógica formal quanto a lógica simbólica são absolutamente fundamentais. É verdade que a lógica formal ainda é a lógica aristotélica. Mas o velho Aristóteles ensinava coisas para a dedução de verdades interconectadas, que nós no Brasil não sabemos fazer e nem ensinamos no colégio. A população brasileira correspondente a essa área de serviços deve subir dezenas de milhões de pessoas, para não dizer de milhões de famílias e, portanto, em torno de 30 milhões de pessoas. E o problema de emprego ou de liquidez dentro da economia estaria liquidado. A demanda estaria toda aí. E uma demanda altamente sofisticada, que estaria puxando, forçando o afloramento de produções, inclusive, de serviços de alta sofisticação. Todo esse problema de computadores, de informática, estaria resolvido automaticamente, porque, com o esforço nessa direção, seria necessário um grande número de computadores e de programadores [*de*] que as instituições de ensino estariam abarrotadas. E o mercado de fornecimento de equipamentos e programas, portanto de inteligência pura, floresceria. Um programa desses contém em si todo o método científico, toda matemática, toda lógica simbólica que o Brasil ainda precisa absorver. E você não perderia tempo construindo pirâmides de Quéops e outras coisas, estrada Norte-Sul. É uma coisa relativamente rápida. Olha, a Rússia, quando resolveu entrar no primeiro [*plano*] quinquenal, fez o seguinte: ela não tinha os cérebros em quantidade suficiente, mas tinha a noção da necessidade. Ela sabia que ela ia precisar de matemáticos e de economistas nas áreas tais e tais. Então, ela decretou que Fulano, Beltrano e Sicrano eram matemáticos e economistas; e os cabras tiveram que virar matemáticos e economistas, mesmo. Da mesma maneira que a gente aprende a ser carpinteiro pegando uma plaina e um serrote, eles tiveram que virar o que precisaram que eles fossem. No Brasil, no momento atual, ninguém se dirige para muitas dessas

áreas porque acha que não teria emprego. Mas nós estaríamos começando por criar o emprego e a sugar o pessoal para o conhecimento que emprega.

MHC *Para fechar essa parte relativa ao desenvolvimento econômico, como o senhor se situa perante a questão dos acordos nucleares Brasil-Alemanha? O senhor acha que o Brasil deve dominar a tecnologia nuclear?*

Para efeito de energia, não. O que acontece com os acordos nucleares é que o valor deles não está no problema energia, no foco energia, no fulcro energia. O problema está na tecnologia de produção. [*N*]um reator nuclear de potência, mais de ou quase 100% do preço dele é controle de materiais. Uma vez o Brasil entrando nessa área de controle de materiais, as exportações brasileiras ficariam muito mais fáceis. Aí é que a gente esbarra ainda um pouco na exportação industrial, porque o nosso controle de materiais é fraco. O valor do programa nuclear brasileiro é puramente científico e tecnológico. Não é energético. Energeticamente, o Brasil não precisa dessas usinas.

MHC *E quanto à reserva de mercado para a informática?*

Não haveria necessidade de reservar mercados, de criar conflitos ao fazer essa reserva, se nós virássemos o Brasil para a criação intelectual dos elementos que nós estamos discutindo. Não haveria. Eu conheço um número muito grande de pessoas que, no momento atual, estão necessitando produzir serviços e por isso estão comprando computadores. E como estão encontrando os computadores brasileiros muito caros e os importados mais baratos, estão comprando o importado. Não é que o importado seja melhor. Não é que não se pudesse fazer o bichinho aqui dentro. É que ele está saindo muito caro, por falta de diluição dos custos fixos. O número de vendas é tão pequeno que, quando você vende um computador, você tem que pagar seis meses de pensamento humano acumulado, o que é um custo fixo brutal. O mais interessante aí é que, embora o nosso pes-

soal esteja conseguindo programar computadores, fazer o trabalho e conseguir tirar dele serviços de valor no mercado, eles não têm a formação básica necessária para isso. Se eles tivessem a formação básica, nós estaríamos explodindo de entusiasmo nessa área e não haveria o problema de reserva de mercado, porque ela consiste em reservar não o mercado da máquina e sim o mercado de pensamento que gira em volta da máquina.

22. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ENTREVISTA • 3 ABR. 1987

MHC *Depois de dois anos de Austrália, o senhor volta para o Brasil em* [*19*]*78 e, então, é designado para onde?*

Eu fui designado para uma coisa engraçada. Ia haver a Conferência Mundial de Ciência e Tecnologia. Tinha um grupo de trabalho que tinha trabalhado durante um ano para fazer um *paper* da posição brasileira. E o *paper* foi rejeitado. Então, no dia em que eu cheguei, o Silveira me chamou e me deu uma semana para escrever outro. Bom, eu demorei mais ou menos um mês e meio, trancado lá numa saleta, isolado, perto da Secretaria-Geral, e escrevi um novo *paper* que foi aprovado. E que foi o *paper* que foi para a conferência como a posição brasileira. Eu sei que o *paper* que eu escrevi e que foi aprovado causou bom efeito na conferência.

MHC *Quais eram as ênfases maiores do senhor, nesse momento, na questão da ciência e tecnologia, tendo em vista os interesses brasileiros?*

A primeira coisa que eu queria deixar claro no *paper*, e tive que desenvolver muito cuidadosamente, é que tecnologia não é transferível, qual a diferença entre ciência e tecnologia. Nós sempre confundimos as duas coisas: tecnologia não é transferível. Um país, cuja densidade demográfica é diferente do outro, não pode transferir tecnologia para o outro, e vice-versa.

MHC *Sim. Mas, então, como é que fica aquela famosa ideia – inclusive uma ideia defendida pela CEPAL – de que o que já está feito é para ser importado, não precisa ser desenvolvido?*

Bom, mas isto aí é economicamente e não tecnologicamente.

MHC *Epistemologicamente, como o senhor define tecnologia?*

Tecnologia é a aplicação de ciência, conhecimento científico e método científico ao processo produtivo, a fim de maximizar o acesso ao objetivo do empresário, que é o lucro.

MHC *E, nesse ponto, ela não é transferível em termos de tecnologia. Agora, ela é transferível enquanto uma mercadoria de troca, quer dizer: em termos econômicos, ela é uma mercadoria, que é comprada?*

Mesmo que ela seja comprada, ela vai dar prejuízo.

MHC *Por quê?*

Porque a maximização dos objetivos do empresário de um país de alta densidade de trabalho se faz pelo processo de trabalho intensivo, com alta aplicação de conhecimento científico. Aliás, a alta aplicação de conhecimento científico leva necessariamente ao aproveitamento máximo do fator mais abundante.

MHC *Para mim, ainda não está muito...*

Talvez, a melhor maneira seja dividir a tecnologia em tecnologia de produtos e em tecnologia de processo. Tecnologia de produto, essa sim, é transferível. Quer dizer, um automóvel desenhado na Alemanha pode ser útil no Brasil. Mas o processo de produção desse automóvel na Alemanha pode não ser aproveitável no Brasil. O do Japão, pode ser feito, totalmente feito por robôs. No Brasil, se você robotizar a produção agora, você vai gastar capital que você não tem e que é escasso, em vez de utilizar trabalho que é abundante e está à procura de emprego. Com a separação entre tecnologia de produto e de processo, talvez a coisa fique mais fácil de entender.

MHC *Está mais fácil.*

E eu fiz essa separação no *paper* brasileiro, que foi aprovado.

MHC *E essa é uma ideia que já estava em gestação – pelo menos nos documentos que eu li do senhor – desde as suas posições na UNIDO.*

Exato.

MHC *A proposta sempre foi essa, não é? Em referência à tecnologia. Isso era...*

Quando me chamaram para fazer o *paper*, evidentemente porque eu tinha um passado nessa área, não é? Uma semana, para fazer um *paper*, que um grupo tinha demorado seis meses e não tinha conseguido.

MHC *Sim. Mas, aí vamos falar aplicadamente, quer dizer: em termos de tecnologia, qual era, em sua opinião, o investimento a ser feito em nível interno para maximizar o processo de industrialização brasileira?*

Eu preciso voltar atrás um pouquinho, antes de responder isso. O secretário da Conferência de Ciência e Tecnologia [*foi*] Frank da Costa.[17] [*A meu juízo,*] ele colocou a conferência numa posição errada, que foi a seguinte: "Quem tem de dizer o que quer de ciência e tecnologia são os países subdesenvolvidos, e não os desenvolvidos imporem aos subdesenvolvidos o que eles querem". Isso parece muito racional, assim à primeira vista, mas na prática [*implica grande erro*]. Pelo seguinte: ser subdesenvolvido é ser [*em certa medida*] irracional. Quer dizer: você nasce com o cérebro, mãos e dedos, e pés e braços (...) e recursos naturais – você nasce com tudo isso. E, de tudo isso, você tem que fazer a riqueza da nação e a sua própria. Se você não fez, é porque você não foi suficientemente racional. Então, pedir ao irracional que diga como é que ele quer ser rico é uma contradição, em termos. Você não pode pedir ao irracional que dite o processo de racionalização.

[17] N.E. – João Frank da Costa.

MHC *Quer dizer: aí, se trata de discutir soberania só, por si, sem levar em consideração o que implica uma verdadeira soberania, não é isso?*

É. Há uma confusão de universos aí. Então, eu procurei, no *paper* brasileiro, destrinchar as confusões que havia. Porque não é o que não sabe, não é o pobre, que nunca conseguiu enriquecer, que vai dizer como é que se enriquece, como é que ele quer enriquecer, nem qual é o processo. Evidentemente, isso tem de se acoplar à ideia de que tecnologia não se transfere. Mas, eu tentei mostrar que não havia conhecimento de desenvolvimento econômico. Descasquei o Adam Smith logo nas primeiras páginas, completamente, dizendo: "É o único livro sobre desenvolvimento econômico jamais escrito". Mostrei todos os erros que a ONU tinha feito no inicio, antes da CEPAL abrir o caminho que o Prebisch apontou para o desenvolvimento econômico. Ora, e incidentalmente, junto com a CEPAL foi fundada a ECAFE – *Economic Comission for Asia and the Far East*. O chefe da ECAFE era o Lokanathan,[18] um indiano meio [*limitado*] (...). E também a Comissão Econômica da Europa, na qual o Myrdal teve uma influência muito grande. A Europa tem também países subdesenvolvidos – a Iugoslávia, a Bulgária, Portugal, Espanha, Grécia.

MHC *Mas, essa questão de quem vai ditar as regras era uma discussão antiga. E, nesse documento, como o senhor colocava e destrinchava essa questão?*

Bom, o documento tinha umas quatrocentas ou quinhentas páginas. Eu nunca consegui ser razoavelmente lacônico. E sempre que fui lacônico, as pessoas não entenderam o que eu escrevi. Quando eu não fui lacônico, elas não leram o que eu escrevi, de maneira que eu não sei o que é pior.

[18] N.E. – Palamadai S. Lokanathan, secretário da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Ásia e o Extremo Oriente entre 1947 e 1956.

MHC *Bom, mas voltando a essa Conferência de Ciência e Tecnologia. Em termos de tecnologia, qual seria a ênfase que o senhor daria para uma maximização da industrialização brasileira?*

No documento, eu tinha [*abordado*] alguns aspectos específicos que deviam ser tratados especialmente, por causa da situação política. Inclusive, o problema da tecnologia atômica. Eu tratei a tecnologia atômica não em termos de energia, e sim em termos de controle de materiais. Trinta por cento do custo de um reator atômico é controle de materiais. O Brasil, até hoje, está atrás tecnologicamente de outros países do mundo, por falta de controle de materiais. E no dia em que nós tivermos controle de materiais adequados, as nossas exportações se tornarão infinitamente mais fáceis; o controle de materiais, inclusive, atinge a agricultura.

MHC *O senhor chegou a participar dessa conferência, ou não?*

Da conferência, não. Eu preferi não ir, porque eu ia brigar com o Frank, que era o secretário-geral da conferência. (...) [*Era preciso*] fazer a diferença entre tecnologia de produto e tecnologia de processo. No acordo que nós assinamos agora com os Estados Unidos, e que eu negociei, eu fiz logo a diferença entre tecnologia de produto e tecnologia de processo. Os americanos ficaram encantados: "Se nós pudermos desenvolver com o Brasil tecnologia de processo para produtos brasileiros, para empresários brasileiros, essa tecnologia teria valor para a África, para outros países latino-americanos, e nós ficaríamos em posição de ajudar a todos esses países, junto com o Brasil." Eles reconhecem que, quando chegam num país e querem logo [*impor*] as regras americanas, é um desastre completo.

ENTREVISTA • 4 JUN. 1987

Acordo de Cooperação Técnica

Houve um seminário no Ministério das Relações Exteriores para explicar o acordo [*de cooperação técnica*] e eu fui convidado para um

seminário na Confederação de Indústrias do Estado de São Paulo para explicar o acordo – o que, aliás, não deveria ser necessário, porque a Confederação de Indústrias do Estado de São Paulo esteve presente na negociação, tanto em Washington quanto em Brasília. Por exemplo, o diretor da Metal Leve estava entusiasmado. O pessoal das grandes empreiteiras estava absolutamente encantado. Os Camargos e Correias, os Mendes Júnior estavam alucinados, porque eles sentem, mais do que ninguém, o enferrujamento e o desperdício da inteligência que eles já têm sobre o assunto, por falta de uso, de novos desafios. Eu acho que o perigo apontado, de o Brasil se tornar um grande monopolista, não está dentro da nossa programação, dentro da nossa ideia. Aliás, o perigo é meramente um perigo psicológico. Um perigo político-psicológico, como tudo que é político é psicológico.

23. SOBRE A DÉCADA DE 1960

ENTREVISTA • 15 ABR. 1987

MHC *Falamos muito sobre política, sobre história e sobre desenvolvimento econômico nessas duas décadas. Agora, eu gostaria de perguntar ao senhor a sua impressão sobre a mudança de costumes que se assiste na década de* [*19*]*60. Afinal de contas, a década de* [*19*]*60 é a grande entrada em cena do consumismo, dos Beatles, da televisão em cores, da pílula. O senhor é um homem que viajou pelo mundo inteiro, então eu gostaria muito que o senhor me desse as suas impressões dessa mudança. Se houve, foi para melhor, não foi?*

Bom, a verdade é que o mundo inteiro tinha esse consumismo e ele era uma espécie de sinônimo de desenvolvimento. Desenvolvimento consistia nesse alto nível de consumo dos mais variados bens de serviços. E desenvolver era chegar a um ritmo de produção que permitisse ao Brasil acompanhar os países que tinham essas altas taxas de consumo. Possivelmente alguns desses consumos de bens de serviços não fossem tão benéficos quanto se supunha, mas a verdade é que [*quem*] não tinha esse consumo, invejava mesmo e almejava chegar lá, a qualquer coisa parecida. Pessoalmente, eu não discutia comigo mesmo ou com os amigos, muito, a vantagem ou a desvantagem de tudo isso, não. Nós queríamos, de acordo com a ONU, era aumentar o desenvolvimento econômico dos países chamados subdesenvolvidos. Ser subdesenvolvido era não ter isso. A definição de subdesenvolvimento era não ter esse consumismo. Agora, a moralidade do mesmo, ou não, não estava em discussão para nós naquele tempo. Simplesmente: como chegar lá? Não há um único livro de desenvolvimento econômico da época de [*19*]60 que discuta a moralidade do desenvolvimento ou das alternativas disponíveis – estagnação ou o que fosse. Havia também uma consciência de que esse consumismo era também sinônimo de força. Força internacional. Força militar. E talvez um pouco também de tirania. Os países estavam sempre dispostos a abrir mão do que nós chamamos de democracia, para poder se desenvolver ao longo dessa

linha. A Alemanha de Bismarck, por exemplo, foi uma Alemanha que se desenvolveu rapidissimamente, e inclusive criou o problema de confronto comercial com a Inglaterra, que provavelmente foi a principal razão da guerra, da I Guerra Mundial. Mas não se discutia a moralidade nos conflitos da época, e [*para*] justificar a I Guerra foi preciso a invasão da Bélgica. Coitadinha! Que era um país de crescimento rapidíssimo e um dos países que, moralmente, menos justificava o seu consumismo. Era uma monarquia extremamente *self-centered,* que tomava conta do Congo com uma ferocidade inacreditável, maltratava os nativos e [os] explorava de uma maneira incrível. A Bélgica, no Congo, chegou ao cúmulo de só permitir como língua estrangeira o flamengo, para impedir o nativo do Congo de poder assimilar tecnologias exógenas, melhorar a sua vida e aumentar o seu consumismo local. E, no Brasil, nós tínhamos a noção de que a única maneira de desenvolver era produzir e consumir. Por exemplo: o plano do Juscelino – o Plano de Metas – tinha por objetivo substituir as importações de bens suntuários, que haviam sido importados mediante a apropriação da mais-valia da agricultura brasileira, que era apropriada nas cidades exportadoras de Rio de Janeiro e Santos para importar automóveis e toda a parafernália consumista que começava a tomar conta do mundo e a se tornar tão atraente. Então, não havia muita discussão, não! Não havia muita consciência. A verdade [*é*] que o nosso papel era o de chegar a uma produção equivalente a esse alto nível de consumo o mais rapidamente e ao menor custo possível. Era esse o objetivo. Por exemplo: nós discutíamos muito alternativas de estrada de ferro, que era muito cara por unidade de distância percorrida, e estrada de rodagem, que, evidentemente, era indispensável para o automóvel que se queria e para a unificação interna do mercado que se desejava. Nunca conseguimos chegar a um acordo sobre um ou outro, porque a estrada de rodagem era muito mais barata, embora muito menos eficiente. Se nós tivéssemos optado por estrada de ferro eletrificada na época, o problema de combustíveis que se seguiu teria sido infinitamente menos importante no Brasil. E talvez não tivesse chegado a crise [*a*] que chegamos agora, que ainda é atribuída em parte ao problema de importação de petróleo e de combustíveis em geral.

24. ALGUNS PERFIS

ENTREVISTA • 6 FEV. 1987

San Tiago Dantas

O San Tiago era muito... era muito aristocrático demais. Embora não chegasse a perturbar a capacidade dele de desunhar certos problemas, San Tiago era o tipo... Aliás, é isso uma das coisas que nós precisamos conversar hoje: o que é desenvolvimento econômico? O que é civilização? O que é ser civilizado? O San Tiago era altamente civilizado, cultura no sentido amplo da palavra e no sentido restrito – no sentido de uma cultura viável, prática, capaz de esclarecer e não de confundir.

MHC *Ele era capaz, em sua opinião, de ter realmente o que todo mundo diz, quer dizer, uma percepção muito grande da realidade brasileira em todos os níveis? Isso é uma coisa que eu escuto da maioria das pessoas. Quando a gente fala de política no Brasil, San Tiago Dantas é sempre citado como um expoente, um exemplo do político perfeito. Quer dizer, o exemplo daquele homem que tem a concepção política da história do seu país, do momento atual, do saber o que fazer. Ele realmente tinha essa capacidade? Ele era isso?*

Olha, eu acho que, se a gente pudesse botar numa panela o San Tiago Dantas e o Augusto Frederico Schmidt e mexer bem, eu acho que a sopa que ia dar ia ser perfeita para o Brasil. O Schmidt tinha a intuição do Brasil. O San Tiago tinha a compreensão do Brasil, não necessariamente a intuição. Ele não era intuitivo. Era racional.

MHC *Como é que eram as relações do Roberto Campos com o San Tiago Dantas?*

Maravilhosas. Eram dois homens supremamente inteligentes, que se

entendiam às mil maravilhas. O San Tiago era, talvez, o homem mais inteligente que eu conheci na vida. Era extraordinariamente claro. Ele foi meu professor de direito, depois foi ministro e me botou no gabinete dele. E eu conversava muito com ele. Todas as vezes que a gente ficava tonto, sem saber para que lado se virar em alguma situação, o San Tiago dizia: "Não, espera um pouco. Vamos descascar essa cebola, primeiro, e depois..." Aos poucos, ele começava a falar e a gente começava a ver o caminho. Ele era, realmente, espantosamente inteligente. E, mais do que isso, de uma cultura imensa e eclética. Sabia um pouco de tudo. E quando a gente explicava a ele alguma coisa de macro ou microeconomia, que ele não conhecia, ele entendia logo. Em pouco tempo, ele estava raciocinando naqueles termos.

MHC *Ele conversava, alguma vez conversou com o senhor, de como é que ele, pessoalmente, estava encarando aquele momento de crise do governo Jango, a questão do parlamentarismo? Alguma vez ele conversou com o senhor sobre isso?*

Ele achava que estava tudo perdido, mesmo. Que o ambiente era excessivamente negativo para que o Jango tivesse uma chance. Inclusive, eu tive uma longa conversa pelo telefone com ele, quando ele estava morrendo. Eu disse: "Olha, os russos é que..." (Eu estava em Moscou) "Os russos é que acham que eles podem fazer alguma coisa por você". Ele disse: "Mas, oh, Miguel! Não adianta. Porque eu não posso fazer nada pelo Brasil. Deixa morrer mesmo, porque eu não sei. Eu não sei o que fazer com a minha vida se ela for salva". Foi essa a atitude dele.

Roberto de Oliveira Campos

MHC *Embaixador, eu gostaria de relembrar com o senhor como é que era a situação da política externa brasileira naquela conjuntura conturbada da renúncia súbita do Jânio e da tentativa, pelos militares, de impedir a posse do vice-presidente João Goulart.*

A política de relações exteriores do primeiro-ministro parlamentar Tancredo Neves não podia deixar de ser uma sequência, ou consequência, da política do próprio Jânio, a política de relações exteriores do próprio Jânio Quadros. Ou seja: ninguém entendia nada sobre coisa nenhuma. E o outro aspecto importante a destacar é que o Brasil estava com uma dívida externa absolutamente esmagadora, do gênero da atual. Talvez, em números absolutos fosse menor, mas em número relativo não era menor, não. Era igualmente esmagadora. E a má vontade para com o Brasil tinha raízes políticas, além de raízes econômicas na época. De maneira que a política de relações exteriores era muito difícil e penosa. E as opções consistiam em pegar os homens mais inteligentes e mais experientes das relações exteriores do Brasil, como o Sette Câmara e Roberto de Oliveira Campos, e enviá-los em negociações quase de caráter pessoal, confiando em que eles mereceriam a confiança dos chefes de Estado, com os quais iriam discutir a posição do Brasil. Roberto Campos, por exemplo, era íntimo do primeiro-ministro da Alemanha. Não falando do presidente dos Estados Unidos da América, com o qual ele tinha relações [*de grande intimidade*]. Ele vivia contando anedotas as mais estranhas ao Kennedy, que morria de rir. O Campos sempre teve uma *directness* em tudo o que ele faz, sabe? Um presidente em reunião diz: "Eu vou fazer isso, assim, assim, assado". E ele diz: "Não vai coisa nenhuma, ouviu?" O Campos era perfeitamente capaz de dizer: "Isso é besteira. Não fala isso, não. Fica quietinho, ouviu?" O Juscelino reclamava: "O Campos pensa que o presidente da república é empregado dele..."

ENTREVISTA • 8 JUN. 1987

O ministro Roberto Campos é o maior gênio executivo do Brasil. O que o Campos tem de fundamentalmente bom é a profunda honestidade intelectual, a imensa capacidade de trabalho e a coerência tecnológica e...

MHC *Epistemológica?*

Bom, espistemologicamente, o Campos é uma maravilha. Conceitualmente, ele é um homem de absoluta coerência. Eu acredito, inclusive, que essa coerência dele aumentou agora com a aventura eleitoral que ele teve. Passar por Mato Grosso pedindo votos (...) foi uma grande experiência. Eu sou muito maldoso: acredito até que o enfarte do miocárdio que o Campos teve também o tornou um homem melhor do que ele era antes. Porque o Campos era desses jovens que aprendia o que tinha a aprender, com uma tal segurança que nunca tinha dúvidas. O enfarte do miocárdio trouxe dúvidas ao Campos. E, o fato de ter dúvidas é uma coisa muito importante, às vezes, num organizador. Eu creio que o Campos ainda tem muito a dar ao Brasil. Talvez, isso tudo seja causado pelo fato de o Campos cultivar a popularidade, via impopularidade, sabe? Uma das formas de ser popular é ser impopular. Se você é totalmente impopular, você é popular. Me lembra muito D'Artagnan. Lembra quando ele chega em Paris e vai visitar monsieur De Trévilles, o chefe dos mosqueteiros, e aí aparece o rei? E D'Artagnan, coitadinho, pequenininho ali, não era nem mosqueteiro. Mas, ele não quer ficar atrás dos outros maiores que estão ali na frente dele e, pensando que mais vale ser mal visto do que não ser visto, afastou lá um "mosqueteirão" qualquer, o Porthos – que até o convidou logo para um duelo – e avançou no salão para ser visto. O Campos é um D'Artagnan nesse ponto – mais vale ser mal visto do que não ser visto.

ENTREVISTA • 27 FEV. 1987

Horácio Lafer

O Horácio Lafer era um homem extremamente valente. Eu vi o Lafer esculhambar um embaixador americano com uma ferocidade que nenhum outro brasileiro já fez.

MHC *Conta para a gente.*

Quando terminou a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e havia uma presunção brasileira de que os projetos aprovados seriam finan-

ciados pelos americanos, o embaixador americano disse: "Não, não vai, não. Não vai ser, não." Então o Lafer, lá no gabinete dele, no Ministério da Fazenda, berrava feito um búfalo ferido: "Olha, a nossa presunção é que existe o compromisso de financiamento. Existe ou não existe?" O outro começava a desviar o assunto, e ele: "Não desvia, não! Existe ou não existe? Eu quero que o senhor diga sim ou não. Diga aí: sim ou não. E é só." O embaixador americano foi saindo e ele disse: – *Don't go now. Yes or no*? Ele berrava. O embaixador voltou: – *Yes, there is.* – "Bom, é isso que eu queria. Está registrado." O negócio estava sendo gravado, naturalmente. Eu nunca vi, nesse nível, um funcionário brasileiro dar um arrocho desses. Ele era bravo. E entendia lá bastante de negócios. Ele não entendia nada de microeconomia, nem de macro. Mas, como banqueiro, ele tinha boas noções de como administrar finanças.

Afonso Arinos

MHC *E o Afonso Arinos?*

O Afonso Arinos é um homem sensato. Muito sensato. E aquele orgulho do nome de família faz com que ele procure estar sempre acima de dúvidas e pendengas. Ele está sempre acima das "pequenezas" da política.

MHC *Mas ele teria uma posição de enfrentamento aberto, tipo da que o Horácio Lafer teve, por exemplo?*

Não, não teria, não. Ele tinha um certo *savoir faire*, à Magalhães Pinto. Quando o [*Afonso Arinos*] assumiu, pediu aos antecessores dele a lista dos melhores funcionários do ministério, em termos de tais e tais assuntos. E convocou todos esses funcionários, fez perguntas a todos eles e gravou as respostas de todos eles. Depois, entregou a gravação a algum desses funcionários, para resumir para ele o que o ministério pensava sobre o assunto. Um único, outro, eu vi fazer a mesma coisa: foi o Magalhães Pinto que, eu creio, o fez por conselho do próprio. Dois mineiros se ajudando...

Juscelino Kubitschek

MHC *E a recusa do Juscelino de ir ao Fundo Monetário Internacional no fim do governo dele?*

Infelizmente, o Juscelino transformou o Fundo Monetário Internacional num tiranossauro – que não era, porque o fundo monetário era um clube, ao qual a gente pagava um tanto para pertencer. E podia sair, voluntariamente, quando quisesse. E o Juscelino colocou o fundo como [*n*]um jardim zoológico, do qual ele não pudesse escapar, porque os bichos estavam fora da jaula.

MHC *Mas, por que isso? Em função da política interna, que dizer, para estabilizar melhor o final do seu governo?*

É, porque o Juscelino estava vivendo um pesadelo e ele acordou gritando. E o grito dele foi esse.

MHC *Mas, o senhor acha que, realmente, a decisão de não ir* [*ao*] *FMI foi uma decisão econômica, ou foi uma decisão política, tendo em vista todo o movimento grevista, toda a conturbação que se sucede – vamos dizer, nos dois últimos anos do período do Juscelino?*

Foi uma reação puramente emocional, pessoal e emocional. Ele não sabia as consequências que teria. E ficou muito satisfeito, quando viu as consequências, que foram nenhumas... Não aconteceu nada. O Brasil continuou aí, como continuará ainda por algum tempo. Porque é muito difícil afundá-lo no oceano. A crosta terrestre é de tal natureza que não dá para afundar um pedaço do tamanho do Brasil. E essa crosta tem muito daquelas *commodities*, de matérias-primas que o Roosevelt e o Churchill, naquele encontro da Carta do Atlântico, tanto queriam para os países desenvolvidos. De maneira que ninguém quer afundar o Brasil. E desorganizar o Brasil é o equivalente a afundá-lo um pouco. É o equivalente a intranquilizá-lo. Qual é a expressão que

é usada agora pelos americanos para isso? Não é bem intranquilizar, não. É desestabilizar.

Jânio Quadros

MHC *E qual era a posição de Jânio, quer dizer, nessa questão do FMI? Quer dizer: vamos pagar a dívida até o último tostão. Mas, isso daí significa uma política externa progressista, ou isso é uma retórica, somente?*

Não, isso daí era colocar-se numa posição tranquila inicial. Dos adversários que ele tinha, uns tantos eram internos e uns tantos eram externos. Ele, assim, separava. E botava os externos fora de combate. E podia voltar todas as suas forças para os biquínis e as corridas de cavalos.

MHC *Quer dizer, esse "vamos pagar até o último tostão" seria aquela estratégia que o senhor definiu como a dele, quer dizer: ele soltava uma frase de efeito e ganhava tempo.*

Ganhava tempo e podia fazer besteira à vontade porque, depois dessa frase, a gente podia esperar um esforço de pagamento. É como o caso do Plano Cruzado – que não é plano, é um slogan, apenas. É engraçado! No momento em que o principal problema ainda era a dívida externa, o Plano Cruzado teve um objetivo decantado de aumentar o consumo no Brasil. Ora, aumentar consumo num país não é a maneira de pagar as dívidas. A maneira de pagar as dívidas é reduzir o consumo interno. O Plano Cruzado, orgulhoso das primeiras semanas do enorme aumento de consumo do povo, inclusive, distribuição de renda significa aumento de consumo. É passar a renda de uma área que tem baixa propensão para consumir, para uma área com alta propensão para consumir. De maneira que o Plano Cruzado não tinha lógica. Não era plano, não tinha lógica. E ele cumpriu [*um de*] seus principais ingredientes, que era a melhor distribuição de renda, levando ao resultado desastroso que levou.

MHC *Bom, voltando para a história, como é que vocês souberam da renúncia do Jânio? Era uma coisa esperada? Não era esperada? Foi de repente? O senhor, por exemplo, pessoalmente, como é que soube e como é que reagiu à notícia?*

Eu estava no Rio de Janeiro, no Ministério das Relações Exteriores, na rua Larga – no serpentário da Rua Larga, como chamavam, assim, na época – e a minha primeira reação foi um enorme alívio. Eu disse: "Puxa! Estou livre desse cabra. Estou livre dessa situação sem saída, em que não se pode fazer nada, a não ser somar desprestígio".

MHC *O que o senhor gostaria de nos contar a respeito do Jânio?*

Do Jânio Quadros, eu acho que o que se sabe é suficiente para definir a personalidade dele. Uma personalidade instável, impulsiva e extremamente [*imprevisível*]. Muita gente pergunta se a condecoração do Che Guevara foi planejada há muito tempo. Eu estou convencido que foi um impulso do momento. Foi da mesma maneira quando ele viu aquele bolo de papéis e chamou a imprensa e declarou que aquilo era o plano do governo dele, sabendo (...) que não estava ordenado, que não estava entrosado na forma de plano nenhum. Porque, no documento da entrega, nós dizíamos tudo isso claramente. E ele, na base do impulso... O Jânio fazia tudo por *épater les bourgeois*. Ele sacava sempre alguma coisa para espantar o mais que pudesse. E ele vivia muito em função do silêncio que ele criava com essas surpresas que ele soltava em cima do interlocutor, que ficava completamente chocado. Então tinha que ouvir a parte subsequente. Ele era muito esse gênero de chocar para criar uma situação favorável de recepção para o que vinha depois.

MHC *Embaixador, de um modo geral, pelo menos a bibliografia sobre o governo Jânio é uma coisa com a qual eu intuitivamente, não sei, não concordo muito, não. Mas eu gostaria de saber a sua opinião. Quer dizer, o balanço que eles fazem do governo Jânio é o seguinte: internamente reacionário, externamente progressista. O senhor concorda?*

Externamente, o Jânio, com o instinto político dele conseguia... Ele começou o governo dele declarando que ia pagar todas as dívidas, naquela expressão dele: "Tostão por tostão, pagaremos o último vintém". E isso, evidentemente, causou uma excelente impressão internacional. Quer dizer: os Rockefeller ficaram rindo sozinhos lá nos seus bancos, quando souberam que tudo ia ser pago. Pouco antes, o Canadá tinha anunciado, em função de um de seus ministros econômicos, do Gordon, que não estava em condições de continuar os serviços da sua dívida privada com os Estados Unidos. O Rockefeller tomou um avião, ia desembarcar em Montreal, fez uma declaração contra o Gordon. Minutos depois o Gordon estava no rádio desmentindo tudo que tinha dito. Nesse momento, eu acho que o Jânio pegou a linha de direção que ele tinha que tomar para *épater les bourgeois.*

João Goulart

MHC *E qual é a sua impressão do Jango?*

Extraordinariamente inteligente e inculto ao mesmo tempo. Muito inteligente. Muito inculto. Mas muito bem informado e muito realista. Ele sabia que não ia resistir àquele movimento, que não ia dar nada. O famoso esquema militar do general... Como era o nome?[19]

Era um daqueles esquemas militares que durante anos haviam trocado os comandos: tirado Fulano, botado Sicrano de confiança em comando da tropa. Eu lembro o russo perguntando durante o golpe, que eu estava em Moscou: "E o esquema militar do general [*Assis Brasil*] não funciona?" E ficávamos sem saber o que dizer.

ENTREVISTA • 3 ABR. 1987

Hélio Beltrão

MHC *Em termos econômicos, o senhor acha que o AI-5 teve algum*

[19] N.E. – Argemiro de Assis Brasil.

significado especial? Ele proporcionou algum tipo de instrumento para a política econômica que se assiste a seguir e que vai culminar no chamado milagre brasileiro?

O AI-5 teve uma coincidência, que foi a entrada do Beltrão para ministro do Planejamento. E o Beltrão foi realmente o único burguês capitalista brasileiro que foi totalmente coerente no seu planejamento. A política brasileira ficou muito mais solta no sentido de acumulação de capital. A inflação caiu repentinamente com as medidas do Beltrão. O Beltrão partia do ponto de vista que era uma inflação de custos. Que o que nós precisávamos era aumentar a produção para cair o custo unitário, que a inflação cairia. O que de fato aconteceu. Eu acho que essa mudança de política foi brilhante. O Beltrão teve realmente um sucesso espantoso na primeira fase. Eu lembro o fato que a fase final do arrocho do Campos foi contraditória. O Campos estava aplicando aquela política com uma grande coerência no sentido de reduzir a demanda. E o Beltrão aplicou a política no sentido de aumentar a oferta. Então, houve um impacto imediato. Favorável.

MHC *Mas sempre privilegiando o setor de bens de produção duráveis, não é?*

É, sempre privilegiando o setor que permite capitalizar. Mas se a gente olhar as estatísticas da época, a gente verifica que o efeito, o impacto, foi imediato. E o alívio do Brasil foi muito grande. Eu estava num hospital em Hong Kong, quando o Beltrão chegou lá e me contou o que ele estava fazendo e o que ele pensava fazer. Eu ouvi tudo quanto ele tinha a dizer, recolhido a um hospital. Mas tanto quanto eu me lembre, fazia um sentido tremendo tudo quanto ele dizia. E fez. A gente olhando as estatísticas, as séries do IBGE, foi brilhante o resultado. Porque, no final do Campos, houve uma recidiva de inflação; e, no início do Beltrão, houve uma queda brusca de inflação. Quer dizer: inverteu-se completamente a tendência.

ENTREVISTA • 15 JUN. 1987

Maurício Nabuco

O Nabuco era um gênio administrativo. O arquivo do Itamaraty funcionava da maneira mais incrível. Todo documento, quando entrava no Itamaraty, ia direto para a classificação. Nós usávamos a classificação decimal. Aí passava para a Secretaria-Geral, onde era alocado a um departamento, dentro da classificação. E esse departamento era alocado a um funcionário determinado. E ele recebia, então, um prazo de respostas. O funcionário ao qual o documento havia sido alocado, se não tivesse respondido dentro do prazo, recebia um lembrete: "O documento tal, que lhe foi enviado com a data limite de resposta tal, ainda não foi respondido. Já está excedida a data".

Quando o governo de Getúlio Vargas resolveu que o Brasil precisava ser um país eficiente em administração, fundou o DASP. Sabe que o DASP copiou todos os modelos do Itamaraty? O Maurício tinha organizado o trabalho de uma maneira tão extremamente eficiente, que o DASP achou que era melhor copiar.

O Itamaraty de Nabuco era um relógio suíço, uma máquina de absoluta precisão. De tantas em tantas semanas, todo funcionário de categoria era selecionado e mandado ao arquivo para ajudar a recompô-lo e ficar conhecendo-o, de dentro para fora. Em outras palavras, havia um autorrespeito e uma consciência de direitos, deveres e obrigações que se perderam. E que, no meio das coisas maiores, era muito importante, porque você se sentia enquadrado numa máquina que funcionava.

O embaixador Maurício Nabuco, quando secretário-geral, foi o único homem que eu posso dizer, na minha vida, que me aterrorizava completamente. Eu ficava mudo diante dele. Quando ele falava comigo, eu olhava para trás para ver se era alguém que estivesse atrás de mim. Tinha uma presença absolutamente *overwhelming*.

ENTREVISTA • 15 SET. 1986

Bertrand Russell

Eu o conheci pessoalmente [*e*] até, depois, namorei a filha dele.

MHC *E como ele era, como pessoa?*

Parecia um galo garnisé. Ele lembrava, de certa forma, um pouco, o Gudin, atrevido como ele só. Nunca me esqueço de uma entrevista que ele deu, em Nova York. Ele desembarcou em Nova York e o entrevistador disse assim: – *Bertrand Russell, would you mind discussing some of the political personalities of the moment?* Ele disse: – *Not at all, not at all. Let's do it*. – *Shall we discuss Churchill or Adenauer*? Ele disse: – *Why start at the bottom?* Eu creio que o esquema começa a fazer sentido, não começa?

Os economistas

Os economistas em geral merecem aquela análise de Oliveira Martins sobre Pombal. Ele diz, de Pombal: "Passará para a história, mais pelo mal que fez, do que pelo bem que, indubitavelmente, desejaria ter feito".

25. LEGADO DE MIGUEL OZORIO DE ALMEIDA

ENTREVISTA • 29 ABR. 1987

MHC *De todo o seu trabalho, de toda a sua trajetória, de toda a sua luta, do que o senhor mais se orgulha?*

Do trabalho que eu fiz para criar a UNCTAD e a UNIDO. Quando estava tudo perdido, eu consegui sacar aquilo tudo de volta e estão aí até hoje. Não valem grande coisa, mas o que a gente precisa entender é que um mau resultado é tão importante quanto um bom resultado, às vezes. O mau resultado, bem analisado, é extraordinariamente importante.

MHC *Qual o conselho que o senhor daria aos jovens diplomatas brasileiros? Eu me lembro de uma homenagem que lhe foi prestada, em que o senhor fazia um discurso, dizendo que há de se ter alguma dose de* [insubordinação]. *Eu gostaria de saber se é esse o conselho que o senhor daria aos diplomatas brasileiros que estão aí se formando?*

É necessário ter um certo grau de indisciplina. Não tenho dúvida sobre isso. Mas a indisciplina tem que ser o resultado da convicção firmemente abalizada de que você está certo e que as instruções recebidas estão erradas, e que vão levar a um resultado negativo. Eu creio que já mencionei o fato de que na última guerra em que a Alemanha arrasou a França e a Polônia, a derrota da França foi o resultado exclusivo da desobediência dos comandantes de tropa alemães, que estavam na frente do combate e que desobedeceram a todas as instruções recebidas. É interessante o fato. Quer dizer: a gente encontra na história muitas vitórias por desobediência de instruções, instruções muito convencionais. E, no dia a dia da administração pública, isso também é verdade. A gente tem que estar sempre pronto a dar o pescoço à guilhotina, quando a gente desobedece. De maneira que precisa ter muita convicção de que se está certo. Outra coisa que

é muito importante é saber que força e poder são resultados de informação. Você tem que estar sempre muito bem informado dentro da área de sua atuação. O universo de informação tem que ter uma textura muito densa para que você possa atuar insubordinadamente dentro do mesmo. Mas, entre outras coisas, quando negociava com o embaixador inglês, eu preparei um documento com informações óbvias, e dizendo que se a Inglaterra não concordasse em pagar a dívida ao Brasil, a dívida de guerra ao Brasil, nas condições que nós queríamos, nós seríamos obrigados a conseguir os recursos correspondentes através de invisíveis no comércio externo, ou seja, transportando a totalidade do nosso próprio comércio externo. Como a Inglaterra fazia um bom dinheiro transportando visíveis e invisíveis brasileiros, isso seria um prejuízo para ela. Aí o malandro do embaixador inglês vir[ou] para o Oswaldo Aranha e disse que aquilo era uma ameaça ao governo de Sua Majestade. [E] o Aranha vir[ou] e disse: – "Não. Isso daqui é uma ameaça, mas não leva a mal, não. Porque esse menino aqui, que é muito estudioso, ele é que faz essas ameaças, não é o governo brasileiro não. É coisa desse menino, mas não está endossado pelo governo brasileiro." E, direitinho, ele tirou o corpo fora. Aí o embaixador inglês disse: – *Well, if such is the case, then I have nothing to complain anymore*.

SUMÁRIO

Prefácio v

Celso Amorim

Apresentação ix

Alvaro da Costa Franco

Introdução xiii

Geraldo Holanda Cavalcanti

Contribuição de Jorio Dauster xxv

Contribuição de Sergio Paulo Rouanet xxix

1. Vida intelectual e formação acadêmica 3

ENTREVISTA • 15 SET. 1986 3

2. Os primeiros passos na carreira diplomática e a Missão Cooke 5

ENTREVISTA • 15 SET. 1986 5

ENTREVISTA • 29 SET. 1986 13

3. Carta do Atlântico 19

ENTREVISTA • 14 MAIO 1987 19

4. Crise do pós-guerra 22

ENTREVISTA • 18 MAIO 1987 22

5. Bretton Woods 28

ENTREVISTA • 18 MAIO 1987 28

6. UNRRA (Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas) 36
ENTREVISTA • 14 MAIO 1987 36

7. Missão Abbink 38
ENTREVISTA • 18 MAIO 1987 38
ENTREVISTA • 21 MAIO 1987 38

8. CEPAL 39
ENTREVISTA • 15 SET. 1986 39
ENTREVISTA • 22 SET. 1986 43
ENTREVISTA • 21 MAIO 1987 48

9. Plano Marshall 51
ENTREVISTA • 14 MAIO 1987 51
ENTREVISTA • 18 MAIO 1987 52

10. ONU 55
ENTREVISTA • 15 SET. 1986 55
ENTREVISTA • 22 SET. 1986 55

11. Governo JK 57
ENTREVISTA • 1 JUN. 1987 57

12. As origens da OPA 58
ENTREVISTA • 22 SET. 1986 58
ENTREVISTA • 25 MAIO 1987 59
ENTREVISTA • 15 SET. 1986 65

13. Papel do Itamaraty na política de desenvolvimento 67
ENTREVISTA • 15 JUN. 1987 67

14. UNCTAD 70
ENTREVISTA • 6 FEV. 1987 70

15. Cuba 80
ENTREVISTA • 1 JUN. 1987 80

16. Ministro conselheiro em Washington 83
ENTREVISTA • 29 SET. 1986 83

17. Moscou 88
ENTREVISTA • 27 FEV. 1987 88
ENTREVISTA • 6 MAR. 1987 92

18. No Oriente 93
ENTREVISTA • 20 MAR. 1987 93

19. Nacionalismo 110
ENTREVISTA • 21 MAIO 1987 110

20. Papel internacional do Brasil 114
ENTREVISTA • 4 JUN. 1987 114

21. Desenvolvimento 119
ENTREVISTA • 4 JUN. 1987 119
ENTREVISTA• 15 JUN. 1987 122

22. Ciência e tecnologia 127
ENTREVISTA • 3 ABR. 1987 127
ENTREVISTA • 4 JUN. 1987 131

23. Sobre a década de 1960 133
ENTREVISTA • 15 ABR. 1987 133

24. Alguns perfis 135
SAN TIAGO DANTAS 135
ROBERTO CAMPOS 136
HORÁCIO LAFER 138
AFONSO ARINOS 139
JUSCELINO KUBITSCHEK 140
JÂNIO QUADROS 141
JOÃO GOULART 143
HÉLIO BELTRÃO 143
MAURÍCIO NABUCO 145
BERTRAND RUSSELL 146
OS ECONOMISTAS 146
25. Legado de Miguel Ozorio de Almeida 147
ENTREVISTA • 29 ABR. 1987 147